

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Da individualização do sofrimento à coletivização da vida pela luta: saúde
mental e juventude militante no Distrito Federal**

Marina Thuane Melo da Silva

BRASÍLIA - DF

2023



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica

Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**Da individualização do sofrimento à coletivização da vida pela luta: saúde
mental e juventude militante no Distrito Federal**

Marina Thuane Melo da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa.

BRASÍLIA - DF

2023

Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília,
sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Antunes da Costa

Banca Examinadora

Pedro Henrique Antunes da Costa (Universidade de Brasília)

Presidente

Silvia Renata Lordello (Universidade de Brasília)

Membra Titular Interna

Rachel Gouveia Passos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Membra Titular Externa

Cláudia Oliveira Alves (Universidade de Brasília)

Membra Suplente

AGRADECIMENTOS

Quero e preciso iniciar meus agradecimentos pela minha mãe, Maria do Socorro, quem cuja luta implicou tantos desafios a sua própria saúde mental (e a minha), mas cuja força me mobiliza e impulsiona. A você devo, além da própria vida, os meus primeiros contatos com o campo da saúde mental antimanicomial e também com a militância. De você também vem a curiosidade e a paixão pelo estudo e pela educação.

Agradeço carinhosamente à minha *pituquinha*, Luna, que mesmo sendo tão pequena, é tão gigante em amor e alegria, fazendo de mim igualmente gigante em amor por você. Obrigada por acariciar meu coração sempre que sorri.

Agradeço à minha irmã, Marília Thuane. Você sempre foi e segue sendo uma inspiração grandiosa, obrigada por ser essa parceira de vida e o meu refúgio em qualquer circunstância.

Agradeço ao meu pai, Idelfonso, e ao meu irmão, Giordano, vocês são as pessoas das minhas memórias alegres.

Agradeço à minha avó Terezinha, que nos deixou em 2022, durante essa pesquisa e que, certamente, seria a primeira a comemorar mais um passo na minha jornada. A você devo a fortaleza e a paixão por café com leite no fim da tarde.

Agradeço ao Daniel Landim, por permanecer, pela amizade e por ser abraço.

Agradeço à Izabella Palhano, cuja potência da presença e a leitura de mundo tanto contribuíram às reflexões dessa pesquisa. À Gilceli Menezes, que com sua experiência de vida, vivacidade e crítica, me tiraram do lugar comum e me trouxeram outras perspectivas. À Luíza Guimarães, que com suas pontuações enérgicas, revoltadas e críticas, me ajudaram a amplificar a leitura sobre a temática, e que, com suas próprias mãos, ajudou-me na conclusão deste trabalho. Vocês três foram fundamentais para a construção dessa dissertação.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Militância, pela parceria durante toda essa jornada e por tudo que vocês têm construído conjuntamente, dentro e fora da universidade.

Agradeço à Soraya, por ter aceitado participar da minha qualificação e ser tão humana no processo.

Agradeço às mulheres da banca, Silvia Lordello, Rachel Gouveia Passos e Cláudia Alves, por aceitarem participar e contribuírem para a minha formação e para a educação de tantos(as) trabalhadores(as) e pesquisadores(as).

Agradeço à Universidade de Brasília, por ser espaço tão potente de ensino, pesquisa, formação de profissionais e também de militantes revolucionários(as).

Agradeço ao Utopia Viva, coletivo de mulheres antimanicomiais, que me deu abrigo na militância por uma *sociedade sem manicômios*, que dá sentido a esta pesquisa e pelo trabalho (in)cansável na construção coletiva e constante da Luta Antimanicomial no DF.

Agradeço também a todos(as) militantes que participaram dessa pesquisa e às/aos que não participaram, mas que seguem firmes na revolucionária missão de transformar o mundo.

Agradeço muito pela parceria, orientação, paciência e dedicação do meu orientador, Pedro Henrique Antunes da Costa, esse trabalho tem muito do que aprendi e aprendo com você. A admiração já existia antes de te conhecer e após a experiência de dois anos de orientação, afirmo que ela extrapola o campo da academia. Você tornou esse processo leve, tanto quanto poderia ser, mesmo quando não poderia. Você me ensinou sobre militância, sobre saúde mental, sobre docência e, sobretudo, sobre a humanização *das/pelas/nas* relações. E sobre revolução. Obrigada pela leitura sensível e contribuições, palavra por palavra.

Por último, mas evidentemente não menos importante, agradeço à minha esposa, Nathaly Leal. Com você, comemoro cada passo, desde os mais simples, do resultado da seleção do mestrado até cada uma das várias vezes em que eu “quase acabei de escrever”. Com você, dividi cada desafio do processo, recebendo o colo e o impulso necessário. Você leu para mim quando eu

não conseguia mais, antes de dormir, no bar, em casa; dialogou e me provocou reflexões; me incentivou; foi paciente e companheira. Você foi e é a melhor parceira que eu poderia ter. Obrigada por tanto apoio, eu te amo.

RESUMO

O ponto de partida deste trabalho é antimanicomial e a fundamentação teórico-política é o marxismo, o que implica em uma compreensão crítica que rejeita a compreensão clássica da saúde mental como doença, fragmentando os sujeitos e, conseqüentemente, justificando violências. A partir disso, entende-se também que esta saúde mental consiste também na ruptura e superação do modo de produção capitalista, e transformação radical dos modos de sociabilidade. Nesse sentido, se sujeitos que se engajam ativamente em movimentos sociais que visam a transformação da sociedade são atravessados pelas múltiplas determinações sociais que incorrem em relações alienantes e que, portanto, geram sofrimento, também cabe questionar quais as possibilidades de produção de vida nesse contexto. Diante disso, a presente tese é composta por capítulos: de fundamento e contextualizações histórica do objeto; de revisão da literatura; e uma pesquisa empírica de caráter exploratório e com abordagem qualitativa. Nesta, utilizou-se a técnica do grupo focal e análise do conteúdo do tipo temática para compreender a vivência de militantes de três organizações políticas do Distrito Federal (DF) quanto à saúde mental. Os resultados são apresentados e discutidos conforme quatro eixos de categorias, entre os quais estão 1) os sentidos da militância; 2) militância e juventude; 3) particularidades do DF; e 4) saúde mental na e da militância, com exploração dos desafios e das potencialidades. Em uma análise da totalidade dos conteúdos apresentados, apontamos que o tímido ganho de relevância da temática permite elaborar críticas às abordagens individualizantes acerca da saúde mental como um dos desafios para a potencialização da luta e da própria saúde mental dos(as) militantes. Ao mesmo tempo, a união e os vínculos que existem a partir da intenção de destruir formas de opressão, pela revolta consciente, coletiva e organizada, fortalecem o sujeito e a coletividade, num movimento da individualização do sofrimento à coletivização da vida pela luta.

Palavras-chave: Saúde mental; Sofrimento psíquico; Militância; Movimentos sociais.

ABSTRACT

The starting point of this work is an anti-asylum perspective, and the theoretical-political foundation is Marxism, which implies a critical understanding that rejects classical understanding of mental health as illness, fragmenting subjects and, consequently, justifying violence. From this, it is also understood that this mental health also consists of the rupture and overcoming of the capitalist mode of production, and radical transformation of the modes of sociability. In this sense, if subjects who actively engage in social movements that aim to transform society are crossed by multiple social determinations that result in alienating relationships and that, therefore, generate suffering, it is also worth questioning what the possibilities for producing life in this context. Therefore, this thesis is composed of chapters: foundation and historical contextualization of the object; literature review; and empirical research of an exploratory nature and with a qualitative approach. In this, the focus group technique and thematic content analysis were used to understand the experience of activists from three political organizations in the Federal District (DF) regarding mental health. The results are presented and discussed according to four axes of categories, including 1) the meanings of militancy; 2) militancy and youth; 3) particularities of the DF; and 4) mental health in and from activism, exploring challenges and potential. In an analysis of the totality of the content presented, we point out that the timid gain in relevance of the theme allows us to criticize individualizing approaches to mental health as one of the challenges for enhancing the struggle and the mental health of the militants themselves. At the same time, the union and bonds that exist based on the intention to destroy of all forms of oppression, through conscious, collective, and organized revolt, strengthen the subject and the collectivity, in a movement from the individualization of suffering to the collectivization of life through struggle.

Keywords: Mental health; Psychic suffering; Militancy; Social movements.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DF	Distrito Federal
FAC	Fundo de Apoio à Cultura
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Panssexuais, Não-binárias e outros.
GF	Grupos Focais
MEI	Microempreendedor Individual
MPC	Modo de Produção Capitalista
MPL	Movimento Passe Livre
MPSM-DF	Movimento Pró-Saúde Mental do DF
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto
OnG	Organizações não Governamentais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
RA	Região Administrativa
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
RJ	Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
URP	Unidade de Referência de Preços

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa empírica -----	25
Tabela 1 - Estudos encontrados sobre saúde mental e militância no Brasil -----	56
Tabela 2 - Resultados expressos em categorias e eixos temáticos -----	82

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - TECENDO CONCEITOS	26
SAÚDE MENTAL: O PONTO DE PARTIDA ANTIMANICOMIAL	26
MILITÂNCIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	37
DISTRITO FEDERAL: CIDADE PLANEJADA, PARA QUEM?	47
CAPÍTULO 2 - SAÚDE MENTAL NA E DA MILITÂNCIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA	54
RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
Aspectos Gerais	58
O que os estudos dizem sobre militância e saúde mental?	60
Desafios e caminhos da militância no que se refere à saúde mental	69
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ESTA REVISÃO DA LITERATURA	78
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA EMPÍRICA	80
OS SENTIDOS DA MILITÂNCIA	82
MILITÂNCIA E JUVENTUDE: “JUVENTUDE SEQUESTRADA DE IMAGINÁRIO DE MUDANÇA”	102
PARTICULARIDADES DA MILITÂNCIA NO DF: CIDADE PLANEJADA PARA <i>ERRADICAR A LUTA</i>	114
SAÚDE MENTAL NA E DA MILITÂNCIA	125
A vida não é feita para militar: os desafios e sofrimento psíquico <i>na e da</i> militância ---	126
A luta torna a vida possível: as potencialidades da e na militância	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	182
ANEXO I - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DOS GRUPOS FOCAIS	195
ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	196

Que tal se delirarmos por um tempinho
 Que tal fixarmos nossos olhos mais além da infâmia
 Para imaginar outro mundo possível?

O ar estará mais limpo de todo o veneno que
 Não provenha dos medos humanos e das humanas paixões.

Nas ruas, os carros serão esmagados pelos cães.
 As pessoas não serão dirigidas pelos carros
 Nem serão programadas pelo computador.

Nem serão compradas pelos supermercados
 Nem serão assistidas pela TV,
 A TV deixará de ser o membro mais importante da família,
 Será tratada como um ferro de passar roupa
 Ou uma máquina de lavar.

Será incorporado aos códigos penais
 O crime da estupidez para aqueles que a cometem

Por viver só para ter o que ganhar
 Ao invés de viver simplesmente
 Como canta o pássaro em saber que canta
 E como brinca a criança sem saber que brinca.

Em nenhum país serão presos os jovens
 Que se recusem ao serviço militar
 Senão aqueles que queiram servi-lo.

Ninguém viverá para trabalhar.
 Mas todos trabalharemos para viver.
 Os economistas não chamarão mais
 De nível de vida o nível de consumo
 E nem chamarão a qualidade de vida
 A quantidade de coisas.

Os cozinheiros não mais acreditarão
 que as lagostas gostam de ser fervidas vivas.
 Os historiadores não acreditarão que os países adoram ser invadidos.
 Os políticos não acreditarão que os pobres
 Se encantam em comer promessas.

A solenidade deixará de acreditar que é uma virtude,
 E ninguém, ninguém levará a sério alguém que não seja capaz de rir de si mesmo.
 A morte e o dinheiro perderão seus mágicos poderes

E nem por falecimento e nem por fortuna
 Se tornará o canalha em virtuoso cavalheiro.

A comida não será uma mercadoria

Nem a comunicação um negócio
 Porque a comida e a comunicação são direitos humanos.

Ninguém morrerá de fome
 Porque ninguém morrerá de indigestão.
 As crianças de rua não serão tratadas como se fossem lixo
 Porque não existirão crianças de rua.
 As crianças ricas não serão como se fossem dinheiro
 Porque não haverá crianças ricas.

A educação não será privilégio daqueles que podem pagá-la
 E a polícia não será a maldição daqueles que podem comprá-la
 A justiça e a liberdade, irmãs siamesas
 Condenadas a viver separadas
 Voltarão a juntar-se, bem agarradinhas,
 Costas com costas.

Na Argentina, as loucas da Plaza de Mayo
 Serão um exemplo de saúde mental
 Porque elas se negaram a esquecer
 Os tempos da amnésia obrigatória.

A Santa Madre Igreja corrigirá
 Algumas erratas das Taboas de Moisés,
 E o sexto mandamento mandará festejar o corpo.
 A Igreja ditará outro mandamento que Deus havia esquecido:
 “Amarás a natureza, da qual fazes parte”
 Serão reflorestados os desertos do mundo
 E os desertos da alma
 Os desesperados serão esperados
 E os perdidos serão encontrados
 Porque eles são os que se desesperaram por muito esperar
 E eles se perderam por tanto buscar.

Seremos compatriotas e contemporâneos
 De todos o que tenham
 A vontade de beleza e vontade de justiça
 Tenham nascido quando tenham nascido
 Tenham vivido onde tenham vivido
 Sem importarem nem um pouquinho
 As fronteiras do mapa e do tempo.

Seremos imperfeitos
 Porque a perfeição continuará sendo o aborrecido privilégio dos deuses
 Mas neste mundo, trapalhão e fodido,
 Seremos capazes
 De viver cada dia como se fosse o primeiro
 E cada noite como se fosse a última.

Direito ao delírio, Eduardo Galeano

APRESENTAÇÃO

Em 2019, iniciei minha caminhada pela militância. Durante a minha jornada na residência multiprofissional em saúde mental do adulto, trabalhando na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Distrito Federal (DF), conhecendo usuários(as) e trabalhadores(as) da saúde mental, me encontrei também com militantes e com toda a história da Luta Antimanicomial no Brasil e no DF. Foi no Sistema Único de Saúde (SUS) que me tornei psicóloga e militante.

Passei a compor o Movimento Pró-Saúde Mental do DF (MPSM-DF)¹, fiz parte do coletivo de residentes e passei a me encontrar na coletividade. Posteriormente, essas sementes não floresceram apenas em mim, mas em outras amigas e camaradas, o que culminou na criação do coletivo Utopia Viva, um coletivo de mulheres antimanicomiais do DF. É a partir desses lugares e processos que surge uma intersecção: saúde mental e militância.

Na minha jornada acadêmica e de luta, esses dois aspectos foram tomando lugares muito relevantes na minha vida. Aprofundando-me teoricamente sobre a Reforma Psiquiátrica, dedicando muitas horas de trabalho a uma práxis antimanicomial, encontrando-me frequentemente com pessoas engajadas na luta, fui me tornando militante da Luta Antimanicomial.

Não há aqui o que se falar em saúde mental de modo psicologizante, ignorando as condições concretas das vidas das pessoas. Não cabe a mim, psicóloga e militante, pensar sobre saúde mental sem sequer notar que, no momento em que faço essa pesquisa, temos um país com mais de 33 milhões de pessoas passando fome, que o desemprego e as condições precárias

¹ De acordo com Ferrari e Odeh (2023), o MPSM-DF é um coletivo organizado e em funcionamento há mais de 20 anos no DF, numa militância antimanicomial, em prol do avanço da Reforma Psiquiátrica. É o núcleo do DF da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA).

de trabalho pioram e que tenhamos passado por um governo que, por falta de medidas sanitárias, deixou que mais de 680 mil pessoas morressem por Covid-19.

Além do contexto pandêmico e bolsonarista, é preciso também notar pessoas que, apesar de tudo, dedicam a vida a lutar pela transformação da sociedade. E não é fácil, não é seguro lutar no país que assassina militantes, como Marielle Franco², Dom Phillips³ e Bruno Pereira⁴ e que prende militantes como os que foram presos em 2021, em uma ocupação no DF, por lutar contra despejos⁵. E, por isso, há muito o que ser fortalecido para que sigamos conseguindo lutar e, especialmente, poder deixar de lutar.

A vida e o contexto de exploração e opressão capitalista não é projetado para que lutemos. A conjuntura atual tende a nos distanciar de processos de construção coletiva de transformação da sociedade e nos distancia uns dos outros, precariza a vida e, por conseguinte, nos adoce e nos faz sofrer. A intersecção entre saúde mental e militância comparece não apenas na Luta Antimanicomial, na qual militantes lutam por outras formas de concebermos a abordarmos a saúde mental, mas também na militância em sentido mais amplo. É na luta conjunta pela superação de condições de exploração e opressão em que as pessoas sofrem, que também se curam, se recuperam, se encontram, e em que há produção de saúde mental.

O campo da saúde mental é amplamente objeto de disputa, no que se refere à compreensão do conceito em si, mas “principalmente em relação a projetos, concepções e políticas públicas, seja pelo mercado, seja pelas entidades profissionais, seja ainda pelos movimentos sociais” (Passos, 2022, p. 2). Aqui, o ponto de partida é antimanicomial e, portanto, entende saúde mental a partir de vivências e referenciais teóricos que concebem a

² Mulher negra, lésbica, socialista, moradora do Complexo da Maré-RJ, vereadora do Rio de Janeiro que foi brutalmente assassinada em 14 de março de 2018.

³ Jornalista britânico assassinado em 5 de junho de 2022, durante viagem no Vale do Javari, uma das maiores terras indígenas do Brasil.

⁴ Indigenista brasileiro assassinado em 5 de junho de 2022, durante viagem no Vale do Javari, uma das maiores terras indígenas do Brasil

⁵ Em 07 de abril de 2021, quatro militantes foram presos em tentativa de impedir despejos ilegais na região central de Brasília.

saúde mental enquanto um campo transdisciplinar do conhecimento e atuação que vai na direção contrária à psicopatologização e ao encontro das diversidades e possibilidades de existir. Entender que a saúde mental não se prende, por um lado, ao campo psi, mas que perpassa diversas áreas profissionais, e, por outro, não é propriedade privada de qualquer disciplina e profissão, dizendo do ser humano como ser social e como este se produz concretamente em uma realidade concreta, nos leva a reflexões amplas, profundas, complexas e necessárias para dar seguimento.

No mesmo sentido, tendo em vista que até a Luta Antimanicomial, tal como a saúde mental, é também disputada e que coexistem muitos projetos e estratégias políticas – alguns não tão transformadores – cabe salientar que há radicalidade de posicionamento também nesta esteira, na qual se orienta para um horizonte revolucionário, com extinção dos manicômios em suas diversas expressões, para além das estruturas físicas de instituições totais. Isso significa que ao apontar o antimanicomial como ponto de partida – e de chegada – indica-se uma radicalidade, entendendo que esse *anti* aglutina e atravessa diversos modos de reprodução da lógica do manicômio. Ou seja, indica a intenção de superação dos manicômios enquanto estruturas sociais que se expressam também nas instituições, enquanto lógica de *descuidado*, de violência, enquanto modo de vivenciar a loucura, abarcando, assim, um enfrentamento absoluto a tudo que explora e oprime, que inclusive gera a loucura e que por ela é denunciada. Grosso modo, uma luta que só é antimanicomial se for anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, dentre outros horizontes de superação desta ordem enquanto totalidade social e o que ela configura, manifesta, é.

Da mesma forma que a saúde mental remete a como os indivíduos se produzem concretamente, ou seja, histórica e socialmente, as formas de organização coletiva também são e expressam a realidade de dado momento, denunciam um desordenamento social e sobretudo constroem o que, posteriormente, será chamado de história. Cabe, então, a reflexão acerca da

especificidade do sofrimento psíquico⁶ e do processo de produção de saúde na militância, ou seja, de espaços, relações e, sobretudo, pessoas que, coletivamente, existem numa realidade desfavorável e lutam cotidianamente para transformá-la, ao mesmo tempo que transformam também a si próprios.

Contudo, por mais que relevante, tal empreitada nos acrescenta dificuldades, já que a militância também é plural, ou seja, existem diversas maneiras de se militar, variadas formas organizativas, não havendo consensos também na literatura (Montaño & Duriguetto, 2014). A título introdutório e sem a menor intenção de esgotar o debate, entendemos a militância enquanto forma organizada, coletiva, de luta. Indo desde formas mais tradicionais, como os sindicatos e partidos políticos, até outras que são frequentemente apontadas como “novas”, como os movimentos sociais, mas que possuem extenso lastro histórico ou, ao menos, suas pautas defendidas - pelas quais se luta -, como, por exemplo, o feminismo, o antirracismo, a luta pela terra etc., já configuram formas de luta há bastante tempo (Neves, 2020).

A militância por estes meios implica a existência de organizações de caráter político, com relativo grau de formalidade e estabilidade, sendo conformadas por sujeitos que guardam relação direta com as questões que orientam o seu próprio enfrentamento. Em termos da tática e da estratégia, ou seja, da estratégia como determinação do “caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta [...] para conseguir o seu objetivo final” (Harnecker, 2012, p. 65), e da tática enquanto “o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia [...] em cada nova conjuntura política” (p. 120), há também pluralidade, indo desde variadas

⁶ Em consonância a Costa (2023, p. 41) concebemos sofrimento psíquico “como um dos sentidos da loucura em suas formas contemporâneas”, “abarcando formas que são múltiplas, diversas, dizendo da própria multiplicidade dos indivíduos singulares” Ao mesmo tempo, o autor ressalta que tal forma específica “é qualitativamente superior a situações corriqueiras de aborrecimento, chateação, frustrações, mal-estar”, havendo “um salto de qualidade, uma condição que os difere” (p. 41). Contudo, é importante reiterar as observações do autor de que o *pleonasm* existente no conceito - afinal, todo sofrimento é (também) psíquico, subjetivo -, pode indicar certo psicologismo, subjetivismo (Costa, 2023).

perspectivas de orientação e transformação dentro da ordem, à transformação (e superação) da própria ordem capitalista, com inúmeros meios e formas para se chegar a tais objetivos.

De acordo com Magalhães (2019), a despeito de o “tema da saúde mental est[ar] cada vez mais presente na militância e se aprofunda em tempos de crise generalizada” (s/p.), ainda “[é] um assunto difícil e muitas vezes evitado no contexto militante, o que torna importante a tentativa de trazer à tona e politizar este debate” (s/p.). Contudo, dialeticamente, tal dificuldade só expressa a necessidade de que a saúde mental na (e pela) militância seja abordada, tomando como pressuposto e horizonte aquilo que constitui a militância: seu caráter político, social, histórico, bem como seu movimento à transformação da realidade - qual seja esta - e, nisso, de transformação e produção de mais e melhor saúde mental.

A partir do exposto, a presente dissertação busca ampliar o conhecimento e o debate no que se refere à saúde mental *na* e *da* militância em nosso país e, dessa forma, contribuir para a potencialização de reflexões e debates sobre a saúde mental no contexto da militância, bem como ao fortalecimento da própria militância. Para isto, o trabalho empreende um aprofundamento sobre o tema, com revisão da literatura e pesquisa empírica com participação de militantes do DF.

Para isso, o trabalho será estruturado por três capítulos, nos quais será realizada, no primeiro, uma apresentação teórica e histórica sobre saúde mental, militância, movimentos sociais e organizações políticas e o processo de criação e desenvolvimento no DF, costurando as compreensões sobre processo de saúde, Luta Antimanicomial e militância, com ênfase no contexto latino-americano, brasileiro e, mais especificamente, distrital. No segundo capítulo, será apresentada a revisão bibliográfica que teve por objetivo, sistematizar estudos brasileiros realizados sobre a temática desta dissertação. No terceiro capítulo, serão apresentados os resultados e a discussão da pesquisa empírica realizada com militantes do DF, seguido por considerações finais.

A fundamentação teórico-política é o marxismo, sobretudo as suas contribuições para a práxis com a saúde mental. Serão tecidos diálogos com importantes autores(as) e movimentos da tradição marxista no campo da saúde mental e para além dele, buscando dirimir as parcializações do conhecimento e do trabalho, quando não romper com elas. Esperamos, assim, contribuir também para subverter certa marginalização do marxismo no campo como uma das expressões da correlação de forças e luta de classes na saúde mental, atrelada a “derrotas históricas da classe trabalhadora e inflexões políticas no movimento organizativo da mesma” e de “disputas ideo-políticas, que visam escantear o marxismo não apenas no campo da saúde mental, mas de qualquer esfera da vida (e de luta)” (Costa, 2023a, p. 11).

Quanto à pesquisa empírica em específico, parte central da presente dissertação, ela tem como objetivo geral compreender a vivência de jovens militantes de diferentes organizações políticas e movimentos sociais do DF quanto à saúde mental. Os objetivos específicos foram: a) analisar os sentidos que atribuem à militância; b) conhecer os principais desafios que militantes identificam como produtores de sofrimento psíquico; c) analisar como grupos de militantes de diferentes organizações e movimentos sociais identificam as potencialidades na atuação militante para a produção de saúde mental; d) conhecer quais são as conexões existentes entre o horizonte almejado por meio da luta social e a saúde mental dos militantes; e e) analisar as implicações das diferentes formas organizativas e características das organizações e movimentos sociais na saúde mental dos militantes.

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, na qual buscou-se conhecer as vivências relacionadas à saúde mental de militantes de três organizações políticas do DF. Entendendo que militantes de diferentes organizações têm experiências diversas a depender das suas singularidades e das próprias formas organizativas, suas táticas e estratégias, optou-se pela utilização da técnica do grupo focal com cada uma das organizações, pois esta permite que sejam obtidas informações que dificilmente seriam tidas em entrevistas

individuais, ao considerar o processo grupal como mais do que a mera soma das informações fornecidas individualmente. Além disso, permite-se a obtenção de informações oriundas das interações grupais, para além do que é verbalizado individualmente, estando em consonância com a própria dinâmica daquilo que aqui se estuda, isto é, movimentos sociais, coletivos partidários etc., ao mesmo tempo que também possibilita espaços reflexivos sobre os temas abordados (Kind, 2004).

Inicialmente, optou-se pela escolha de quatro grupos: um coletivo da juventude vinculado a um partido revolucionário; um coletivo de mulheres ligado a outro partido que se coloca como revolucionário; um movimento social que também se vincula ao mesmo partido político; e um coletivo da Luta Antimanicomial composto apenas por mulheres. Acabamos, então, por abordar múltiplas formas organizativas, como movimentos sociais, coletivos partidários, e, nisso, transitando também pela própria forma-partido, por mais que sem se debruçar sobre ela em específico. Tal escolha se deu para possibilitar que o objetivo de compreender a vivência de militantes de diferentes segmentos e formas organizativas fosse alcançado, de modo a também analisar comparativamente as implicações das diferentes formas organizativas e características de organizações na saúde mental dos e das militantes. Ou seja, incluir militantes de diferentes organizações permitiria explorar, na heterogeneidade, as singularidades e confluências nas diversidades das vivências de militantes em diferentes movimentos sociais.

A escolha por esses movimentos se deu por conveniência, em decorrência de suas atuações no DF e, também, devido às suas aberturas à temática aqui estudada. Soma-se a isso a trajetória da própria pesquisadora, enquanto militante da Luta Antimanicomial no Distrito Federal, o que contribuiu para a identificação de tais atributos nas referidas organizações, a partir de relações de proximidade com elas no bojo da própria militância. Assim, acredita-se ser possível uma apreensão do objeto aqui tratado, no qual haja um envolvimento dos grupos

e comunidade estudadas, na análise da própria realidade, o que também justifica a utilização da técnica do grupo focal. Contudo, é ressaltado que não só tais organizações tratam das temáticas abordadas no presente estudo, ou que estas só atravessam elas enquanto organizações políticas no DF. Muito menos, com tais escolhas pretendemos afirmar que apenas os grupos aqui estudados eram (e são) apropriados para a presente pesquisa. Ademais, a escolha por conveniência, restringindo os grupos a movimentos sociais com quem já havia algum nível de proximidade e ciência por parte da pesquisadora quanto à abordagem da pauta da saúde mental, configura uma limitação, tendo em vista que se exclui a possibilidade de dialogar com grupos de militantes com dinâmicas e vivências mais diversificadas.

Assim, foram feitos convites a essas quatro organizações políticas, as quais não serão informados aqui por questões éticas, de sigilo. Os contatos iniciais foram feitos com uma pessoa de cada uma das organizações, nos quais foram apresentadas brevemente a proposta e solicitado que o convite fosse estendido a outras pessoas da mesma organização. Destas, três aceitaram participar da pesquisa e indicaram contatos de militantes da organização que haviam manifestado interesse e disponibilidade para participar de um grupo focal. Uma das organizações, o coletivo de mulheres ligado a partido político, declinou o convite após não se sentir confortável para expor questões internas e íntimas.

Assim, a pesquisa empírica foi realizada com três organizações políticas do DF, as quais denominarei como organização A, B e C. Duas delas, as organizações A e B, são vinculadas a diferentes partidos políticos - ambos de orientação revolucionária - e são compostas por homens e mulheres. A organização C é composta apenas por mulheres, não tem vinculação formal com partido político e tem a Luta Antimanicomial como principal tema de militância. A organização A é formada por jovens e o principal contexto de atuação é a Universidade de Brasília (UnB) e o contexto universitário como um todo. As organizações B e C não são

movimentos da juventude, mas foi observado que a composição dos três grupos é notadamente formada por pessoas jovens e com relação muito próxima com o contexto acadêmico.

Após aceite coletivo para participar da pesquisa, foram feitos convites individualmente a cada um(a) dos(a) militantes que manifestaram interesse e disponibilidade. Da organização A, foram convidados(as) seis militantes e três compareceram; da organização B, foram convidados(as) oito militantes e compareceram quatro, sendo que uma delas precisou sair durante o grupo focal e posteriormente realizou-se uma entrevista individual com ela; da organização C, foram convidados(as) seis militantes e compareceram quatro. Dois grupos focais, com as organizações A e C foram realizados presencialmente, o primeiro na UnB e o segundo na sede da organização. O grupo focal com a organização B foi realizado de forma remota, pelo *Google Meet*, em razão da indisponibilidade de comparecimento presencial de uma das militantes, em razão de dificuldades de locomoção. Ou seja, a despeito da heterogeneidade das organizações abarcadas, os grupos focais foram homogêneos, um por organização, como indica a literatura (Kind, 2004).

Não foi intenção prévia a participação de militantes jovens. No entanto, no decorrer da realização da pesquisa, notou-se a existência dessa especificidade no público participante – assim como outras, que serão abordadas no decorrer do trabalho. Nesse sentido, o campo da pesquisa, assim como a trajetória da própria pesquisadora, acabou por orientar a escolha das organizações e dos participantes em direção a militantes jovens. As implicações dessa característica dos participantes serão tratadas nos/pelos achados da pesquisa com suas devidas interpretações e discussões. Ao mesmo tempo, uma pergunta que atravessa a análise e discussão dos achados e consideramos pertinente de expô-la aqui, afinal, carece de de ser introduzida e também diz respeito ao método, é se a própria temática da saúde mental, tal como vem sendo concebida e tratada, que vem ganhando força nos últimos anos, já não é algo atrelada à própria juventude.

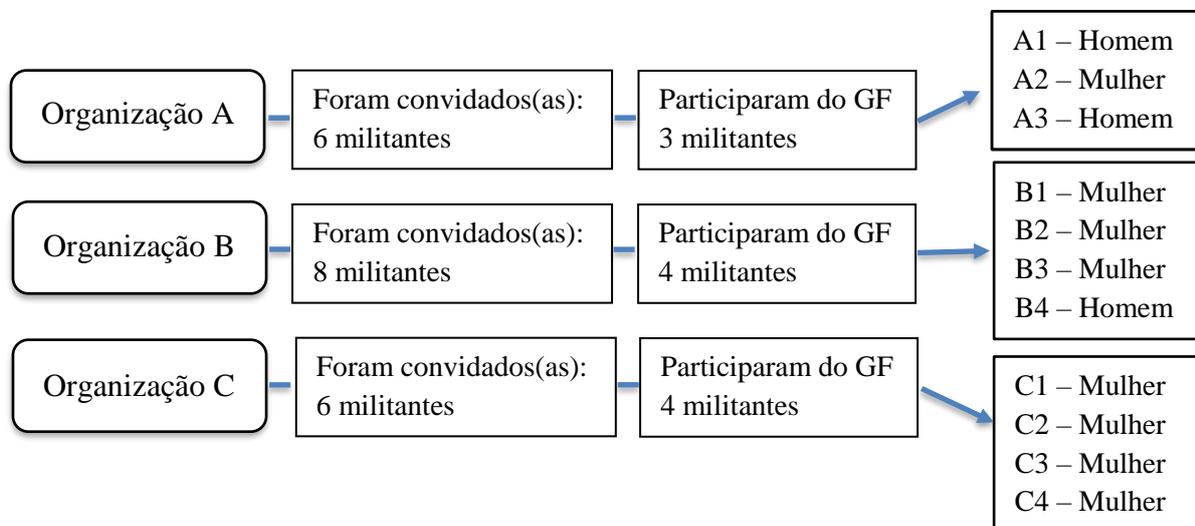
Cada grupo focal foi conduzido por uma moderadora e uma observadora com três a quatro militantes da mesma organização. A estrutura de cada grupo seguiu as seguintes etapas, conforme orienta Debus (1988, citado por Kind, 2004): abertura, preparação, debate, encerramento, discussão e ação posterior. Para debate, utilizou-se um roteiro semiestruturado preparado previamente, com as seguintes perguntas: “Como vocês avaliam o cenário da militância no Distrito Federal?”; “Como percebem as implicações do envolvimento com a militância para a saúde mental de vocês?”; “Como vocês compartilham e lidam, coletivamente, com as questões de saúde mental?”; “Qual a relação do horizonte almejado pela luta com os processos de saúde e sofrimento mental?”; “Como a organização coletiva favorece a superação/minimização de sofrimento e/ou manutenção de uma saúde mental?”; “Quais são as principais dificuldades?”; “O que pode a militância no Distrito Federal no que se refere à saúde mental de seus militantes e da população geral”. Enquanto roteiro semiestruturado, a dinâmica dos próprios grupos focais é que guiou a concatenação de perguntas e respostas, acrescentando, inclusive, conteúdos para além das perguntas, não sendo, portanto, algo rígido. Após o debate, foi possibilitado espaço adicional para dúvidas, comentários etc.

O conteúdo dos grupos focais foi gravado, transcrito integralmente e, em seguida, os dados foram analisados a partir de uma análise de conteúdo do tipo temática (Gomes, 2011). O percurso analítico ocorreu da seguinte forma: (a) pré-análise, com seleção, organização e familiarização com o material a partir de leitura flutuante; (b) fase exploratória, com definição das unidades de análise (os temas, isto é, os sentidos expressos no conteúdo das respostas); e (c) a interpretação dos resultados, expandindo e significando a síntese elaborada anteriormente pela categorização.

A categorização foi realizada de modo a organizar e sistematizar o conteúdo das falas em eixos temáticos e categorias. A análise se deu fundamentada no marxismo, sobretudo a partir do diálogo com a tradição marxista presente no campo da saúde mental ou que se debruça

sobre a saúde e, mais especificamente, a saúde mental enquanto objeto. Esse percurso metodológico fica representado graficamente na Figura 1.

Figura 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa empírica



Fonte: Elaboração própria

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa foi revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, parecer nº 61330922.4.0000.5540. Todos(as) participantes foram informados(as) dos termos constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com leitura conjunta, disponibilização para assinatura e entrega de segunda via. Não só os nomes dos grupos, como os dos participantes não serão expostos, sendo atribuídos letras e números - a partir da numeração de seus respectivos grupos. Consideramos este um cuidado ético importante, sobretudo, no que se refere à natureza política dos grupos aqui abordados, assim como a conjuntura nacional - e societária como um todo - de ascenso conservador e fascismo que tem como alguns de seus principais alvos tais grupos e a militância por mudanças sociais, quando não a superação do capitalismo.

CAPÍTULO 1

TECENDO CONCEITOS

Normal é quem trabalha e obedece. Normal é quem não protesta, não reivindica e colabora com a ordem estabelecida. Tudo que se afaste disso é rotulado como patologia. Por quem? Por cientistas, médicos (higienistas, psiquiatras, pediatras) e educadores [...] (Patto, 2003, p. 32)

SAÚDE MENTAL: O PONTO DE PARTIDA ANTIMANICOMIAL

Para entendermos saúde mental, é necessário situar os sujeitos no mundo. Para isto, é importante colocar lugar e tempo, ou seja, contextualizar. No que se refere à saúde mental, cabe também nos distanciarmos, ou demarcarmos a distância já presente, de certos entendimentos e práticas que vinculam saúde, sofrimento psíquico e a diversidade humana em si às doenças mentais, transtornos psíquicos ou categorias equivalentes; ou seja, rompermos com concepções de saúde mental que a sinonimizam ou a antagonizam à doença.

É válido afirmar que palavras são modos de expressar, de nomear, mas são também e para além disso, demarcações de visões de mundo. E no caso, demarcam posicionamentos políticos e expressam bases teóricas. Nesse sentido, cabe realizar apontamentos gerais sobre o que se entende por saúde mental e por onde se relaciona com a militância. Não é incomum que, a despeito do ganho de relevância do tema, que se fale bastante de saúde mental, mas não se reflita tanto quanto ao que ela significa, tomando-a como dada. Isto acontece até mesmo no campo acadêmico. Por exemplo, em revisão da literatura que analisou os conceitos de saúde mental em produções acadêmicas brasileiras publicadas em revistas de alto fator de impacto, Alcântara, Vieira e Alves (2022), constataram a saúde mental:

como um termo indefinido, já que alguns textos utilizaram a expressão saúde mental como se seu significado fosse presumido pela comunidade científica, sem ser necessário defini-la, confirmando também o pressuposto inicial de que a expressão é utilizada sem que sejam problematizados os discursos ou os paradigmas a ela associados (p. 359).

A despeito da polissemia e diversidade dos usos do termo, *saúde mental* é concebida neste estudo também como um campo transdisciplinar do conhecimento e de práticas que é, sobretudo, contrário e confrontador de noções psicopatologizantes, orientadas pela normatização, docilização e asilamento de sujeitos (Amarante, 2007). Frisar o caráter antimanicomial se faz extremamente relevante, visto que o modelo manicomial cumpre um papel de “reprodução do capitalismo e de sua sociabilidade” os quais “estão assentados no racismo e no patriarcado” (Passos, 2018, p. 13).

Perante essa realidade, é urgente compreender que os processos de produção de saúde mental estão atrelados aos modos de organização da sociedade e de seu contexto histórico, social, cultural, econômico e político. Nesse sentido, esses processos, por mais que singulares, afinal, dizem dos indivíduos e suas singularidades, expressam a(s) forma(s) como nós vivemos, nos produzimos e nos relacionamos enquanto sociedade, isto é, a totalidade social e suas particularidades, de modo que tal relação dialética entre o singular e o particular medeiam e concretizam a própria universalidade humana (Pasqualini & Martins, 2015). Em nosso caso, trata-se, pois, de uma saúde mental contextualizada, histórica, social, pois de seres históricos, sociais; a saúde mental no e do capitalismo em seu atual estágio de desenvolvimento nas particularidades do Brasil (Costa, 2022).

A princípio, podemos concluir que a saúde mental passou a remeter quase imediatamente à patologia, a doenças, mal-estar e sofrimento. No entanto, isto se trata de como ela é hegemonicamente analisada e abordada nos marcos do modo de produção capitalista. Nas

sociedades pré-capitalistas, a concepção da loucura se atrelava ao pitoresco, à excentricidade, ao lúdico. Acompanhando o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desde os seus primórdios na *assim chamada acumulação originária*, é possível observar uma mudança em termos de como a loucura era lida e abordada, a partir do patológico, com sentido negativo, pejorativo; uma mazela social a ser controlada, e não sendo possível, extirpada. Como aponta o Grupo Organizador de Debates sobre as Instituições Psiquiátricas (GODIP, 1977, p. 112), “um fato ainda mais importante é a fase de acumulação primitiva, tal como Marx demonstra na sua análise, o princípio da concentração capitalista – ‘A representação moderna da loucura nasce com o capitalismo’”. Consequentemente, partindo dessas concepções, pessoas adoecidas, doentes ou em sofrimento, tornam-se logo objetos de intervenção disciplinadora, normativa, coercitiva - sendo a psiquiatria e, posteriormente, o campo psi (adicionando a psicologia e a psicanálise) os principais responsáveis por sustentar ideologicamente e cientificamente tal *modus operandi*.

Seres humanos são objetificados e, portanto, desumanizados a partir do momento em que manifestam algum “desvio” que remete à loucura. Sob o rótulo da loucura e consequente desumanização, foi possível violentar, prender, amarrar, matar, isolar, separar corpos e povos. A história do modo de produção capitalista mostra como, em cada local, foram sendo erguidos hospícios, manicômios, hospitais psiquiátricos e neles, foram sendo manifestadas de forma mais direta as violências que vitimizam os mesmos seres também fora de estruturas físicas de isolamento.

Conhecendo os hospitais psiquiátricos, é possível conhecer a estrutura de determinado país, portanto se conhece a sociedade, o país, a cultura (Fanon, 2020a), até porque são suas expressões. E toma-se conhecimento, não apenas do que se diz ser a loucura, mas de quem é dito como louco ou louca. Toma-se conhecimento do que o capital, chancelado pelo Estado burguês, detentor do poder, faz com quem ele próprio torna e determina louca. Frantz Fanon,

em sua experiência enquanto psiquiatra e diretor de Hospital Psiquiátrico, afirmava ser inviável a persistência em uma estrutura que está fadada a ser o que é, violenta, reprodutora do capitalismo (Fanon, 2018); o manicômio é “o meio externo” (Fanon & Asselah, 2020); ele é a sociedade (capitalista). E nos marcos de uma sociedade cujo desenvolvimento capitalista se dá na/pela colonização, “as particularidades das formações sociais colonizadas se expressam nas/pelas particularidades do manicômio em tais contextos” (Costa, 2023a, p. 120), de modo que “temos o manicômio como sofisticação da violência colonial, como forma de ‘tratamento’, contribuindo para que a colonização se apresente ‘pacífica’ ou, mesmo, não se mostre, se esconda” (p. 121). Assim, Fanon demonstra, em sua práxis *antimanicomial* (*antirracista, anticolonial e anticapitalista*), a necessidade de uma radicalidade no sentido da transformação e que uma mudança do aparato manicomial, perpassa a necessidade da mudança do modelo de sociedade no qual ele existe, em todas as suas formas.

Inspirados em experiências como a de Fanon, outros sujeitos constroem reflexões críticas e práticas revolucionárias no que tange à saúde mental. Por exemplo, os Basaglia (Franco e Franca) e colegas demonstraram sua radicalidade na experiência da Psiquiatria Democrática, ramificação do Movimento Anti-institucional, na Itália. Ignacio Martín-Baró contribuiu para a construção de uma Psicologia da Libertação, formada em contexto de luta em El Salvador e pautada em um horizonte de transformação da realidade. Poderíamos também citar vários exemplos, alguns mais radicais e revolucionários, outros menos - mas não menos relevantes -, como a proposta das Comunidades Terapêuticas e a Antipsiquiatria na Inglaterra, a Psiquiatria de Setor ou Psicoterapia Institucional na França, bem como a própria construção da Luta e Movimento Antimanicomial no Brasil, que tem na implantação da Reforma Psiquiátrica uma de suas conquistas.

Nesse sentido, saúde mental diz respeito aos modos de se produzir e existir no mundo, às relações sociais do sujeito e o modo como a sociedade recebe e reage às suas expressões

objetivas e subjetivas, é sobre modos de sociabilidade, sobre existir em diversidade. O sofrimento intenso compõe essa possibilidade, não enquanto um contraponto, nem como sinônimo, mas se conforma e é conformado a partir das relações humanas. A saúde mental diz sobre formas de existir, que se dão a partir de uma sociedade que está dada, mas que também se conforma cotidianamente e que é, portanto, passível de mudanças.

De acordo com Ignacio Martín-Baró (2017a), importante psicólogo salvadorenho, morto no contexto da guerra civil em El Salvador, a saúde mental é “um problema das relações sociais” (p. 255). Ao invés de uma mera “manifestação de um funcionamento individual interno”, é a “materialização em uma pessoa ou grupo do caráter humanizador ou alienante de uma trama de relações históricas” (Martín-Baró, 2017a, p. 255). Portanto, apreender como a saúde mental é produzida, o que ela expressa, e suas implicações, requer uma análise sobre como esse ser se produz e é forjado.

A concepção de Martín-Baró (2017a) é fundamental, pois nos permite avançar na compreensão da determinação social da saúde mental, indo além dela como expressão do conjunto de desigualdades do modo de produção capitalista, naquilo que se concebe como “questão social”, suas particularidades e determinações não apenas de classe, mas de raça, etnia, gênero, sexualidade. Em consonância a Costa (2023a), tal entendimento, presente nas teorizações tradicionais sobre a determinação social do processo saúde-doença, por mais que avance mesmo em contraposição às concepções crítica no campo da saúde, se *aproximando* do objeto como tal, ainda é “incompleto, por vezes empiricista, não indo além da aparência fenomênica, não apreendendo a determinação social em sua totalidade e complexidade” (p. 66). Assim, deve-se considerar a determinação social da saúde mental não só como expressão ou desdobramento da “questão social” (em relação a outras manifestações e desdobramentos, como a pobreza, o desemprego estrutural, a fome, violência, criminalidade etc.), mas também a partir do “caráter alienado e alienante, estranhado, estranhador e coisificador da produção da

vida no MPC e como isso se dá na loucura, na produção de sofrimento psíquico” (Costa, 2023a, p. 67) e, de modo geral, na saúde mental.

Mesmo no caso do sofrimento - ressaltando que a saúde mental não se reduz a ele -, ele é, então, humano, mas nem sempre humanizado, dizendo, pois, da prevalência do caráter alienante em face do humanizador. E são inúmeras as formas de se sofrer, dizendo, novamente, de como os seres se produzem concretamente. As expressões deste(s) sofrimento(s) ocorrem no bojo das relações sociais e cotidianamente são, não apenas forjados, mas também direcionados de modo que seja cada vez mais alienado. Pessoas tornam-se coisas e coisas não sofrem. Em uma sociedade capitalista, o sofrimento tem sido entendido de modo individualizante, no sentido de que se alguém sofre é ela a responsável por isto, tanto por sofrer quanto para sair deste sofrimento. Esse entendimento, expresso de forma simples, reflete uma ampla e complexa dinâmica que reverbera negativamente tanto no cotidiano quanto nas políticas públicas.

Ora, se pessoas são seres sociais, se a existência e o sofrimento se dão nas relações sociais, que tipo de sofrimento está sendo considerado, quando se diz de um sujeito que, não apenas é individualizado, apartado de um todo, como é também indiferenciado? Compreender o sujeito em sua natureza dinâmica, histórica, e considerar o sofrimento a partir dessa complexidade, implica também considerar as múltiplas determinações da totalidade deste ser. Isso significa que é relevante considerar e situar a diversidade que compõem a integralidade destes sujeitos e grupos: são pessoas da classe trabalhadora? Como estão em termos de trabalho, quais as suas condições financeiras? Estudam? São crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos? São pessoas brancas, negras, indígenas etc.? Homens, mulheres, pessoas não-binárias? Cis, héteras? As respostas a estas perguntas refletem as múltiplas determinações e mediações que, grosso modo, se concretizam nos/pelos indivíduos, cujo sofrimento psíquico se apresenta como *sintoma* dessa própria condição - e, nisso, da sociedade na qual essa se faz

condição, a expressa e conforma -, ao mesmo tempo que denuncia a própria condição, na sua concretude (Costa, 2023a).

Dessa forma, dois pontos são essenciais para abordar a saúde mental: o primeiro é que não se diz aqui sobre uma saúde mental de sujeitos sem história e sem relações sociais. Conforme Marx (2007, pp. 93/94), a sociedade é o conjunto das “relações sociais fundadas no antagonismo das classes. Essas relações não são relações do indivíduo com o indivíduo, mas do operário com o capitalista, do arrendatário com o proprietário fundiário etc. Suprimidas essas relações, estará suprimida a sociedade”. A isso acrescentamos: o antagonismo de classes, nuclear no capitalismo, é racializado e racista, constituído pelo antagonismo de gêneros e demais estruturas societárias opressivas, que conformam o seu caráter alienante.

Por exemplo, de acordo com o Ministério da Saúde, a maior prevalência de suicídio ocorre entre jovens homens, sendo ainda mais alarmante com relação a jovens negros(as) (Brasil, 2018). Entre 2012 e 2016, o risco de suicídio para jovens negros/as com até 29 anos aumentou 12%, enquanto o de brancos(as) ficou estável. O índice de suicídio nestes jovens negros/as com até 29 anos é 45% maior que o de brancos/as. E existe uma desconsideração proposital em tais estudos quanto à classe social de tais pessoas - além da consideração, a partir da lógica formal, das determinações e mediações como meras variáveis (equivalentes), recortadas umas das outras e que, na melhor das hipóteses, se correlacionam. São mormente pessoas da classe trabalhadora e, em grande parte, em situações de precariedade.

No caso da juventude, sobretudo da classe trabalhadora e negra, o que tais dados nos indicam é um cenário de avanço da precarização da vida, no qual a juventude, quem mais teria tempo para planejar, prospectar, se orientar ao futuro, vê este mesmo tempo e futuro cada vez mais escassos, sob o prisma da falta de oportunidades, da precarização da vida e do alastramento da barbárie. Não se trata, pois, de uma simplória questão etária, ou um problema geracional, como se a geração atual fosse mais fraca que as anteriores, mas um problema *social*,

concreto, em termos das condições concretas em que a juventude - trabalhadora, mormente negra - em nosso país é forjada a se produzir, e como tal processo se dá objetiva e subjetivamente. Da mesma forma, se não concebemos a saúde mental à patologia ou a reduzimos ao sofrimento psíquico e seus desdobramentos, devemos reconhecer também que há humanização na desumanização da juventude (sobretudo a trabalhadora); uma negação de sua condição negada, alienada, explorada e oprimida.

Aliado a isto, o segundo ponto se refere ao fato de que esses sujeitos, além de historicizados e sociais, são também diversos. Saúde mental aqui é compreendida, portanto, a partir do entendimento de pessoas que existem em uma/por uma história, a qual não é apenas uma coletânea de fatos, como um varal de memórias ou fatos concatenados linearmente (Patto, 2003). Essa história se configura como processual, dinâmica e compõe algumas das determinações que alguns podem chamar de pontos de partida.

Essa história, que conforma e determina alguns aspectos da vida das pessoas, também expressa e atravessa as relações humanas. Ao compreender isso, há que se dizer que os seres são também diversos; mais, que os indivíduos são singulares. E não há nada de óbvio ao afirmar isso. Dizer sobre as diversidades das existências, das dinâmicas e relações torna-se necessário para compor a compreensão. Seres, ao forjarem a si e o mundo relacionando-se, tornam-se continuamente diversos e essas diversidades serão expressas no modo como sofrem e como encontram saídas para esses sofrimentos, ou vias para conviver com eles.

Ao fincar-se em um país marcado por um processo violento de colonização, o capitalismo no Brasil não deve ser entendido de forma desarticulada das opressões de gênero, tendo em vista que, conforme orienta Passos (2018, p. 19), “tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturantes e estão interseccionalizados com a organização econômica, logo, não podem estar descolados da classe social”. Cabe ressaltar que, ao olhar para o sofrimento humano, é preciso compreender que a classe trabalhadora sofre, de maneiras que

coincidem, mas diversamente entre si. Nesse sentido, “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 2008), ou seja, é na diversidade que a totalidade se conforma.

Diante da realidade brasileira que é múltipla, dinâmica e contraditória, é impossível iniciar um debate, sobretudo acerca de saúde mental, sem refletir sobre as bases constitutivas da formação social brasileira. Por mais que não seja nosso foco ou intuito, não há possibilidade de se continuar a reflexão sem ao menos pontuar que tratamos de saúde mental não só no e do capitalismo, mas no capitalismo brasileiro, de gênese e via de desenvolvimento colonial e condição dependente. Partindo do Brasil, país situado na periferia da dinâmica capitalista, como forma de acesso à totalidade, nos deparamos com as contradições estruturais do próprio capitalismo somadas às particularidades da nossa condição escravocrata, colonial e dependente, que imprime como consequência necessária a violência (Costa & Mendes, 2020a). Não à toa, o supracitado Martín-Baró (2017a), ao abordar a saúde mental em El Salvador, a circunscreve num contexto não só formal, mas histórico de guerra, algo que podemos e devemos nos atentar para a realidade brasileira - com as devidas mediações, afinal, apesar de constituídos por processos com muitas similaridades, Brasil e El Salvador não são o mesmo país. Ao direcionar o olhar à classe trabalhadora, sobretudo às maiorias populares mais pauperizadas, com condições de vida cada vez mais precárias, entende-se as facetas de um projeto histórico de violência, de genocídio, de modo que a saúde mental tende a expressar tal hegemonia (Costa & Mendes, 2020a). É neste Brasil que a militância se organiza em busca de caminhos para sobreviver e produzir vida.

Esta realidade permeada por múltiplas violências e intensificação do sofrimento em decorrência delas, ao mesmo tempo em que tolhe as possibilidades de uma produção de vida mais humanizada, ou seja, de uma saúde mental mais humanizada, eclode também em denúncia por parte de inúmeras lutas. Ou seja, as mobilizações coletivas surgem como respostas às

precariedades da vida, das opressões e exploração. Partidos, sindicatos e demais movimentos sociais e populares se colocam não apenas como instrumentos e partes da transformação da sociedade, mas também como catalisadores de estratégias para produção de saúde mental, a partir e com essa transformação societária.

No próprio campo da saúde mental, existem inúmeras iniciativas pertinentes, de variados sujeitos e grupos, compondo um mosaico denominado *Luta Antimanicomial*, que ganha corpo e especificidade no final dos anos 1970, inicialmente a partir de trabalhadores(as) do campo, mas que se expande para usuários, familiares e outros atores fundamentais nessa construção. Tomando a superação dos manicômios como seu horizonte, tal luta “se entrelaça com a história das lutas da classe trabalhadora brasileira nesse ciclo (Albrecht, 2022, p. 50). Ou seja, a Luta Antimanicomial como uma das lutas da classe trabalhadora. Neste caso, uma luta por dentro do campo da saúde mental, ao lutar contra os manicômios e por outra relação com a loucura - tanto de entendimento quanto de abordagem - e por (mais) saúde mental, ao, dialeticamente, lutar por melhores condições de vida e de tratamento.

Resgatando um documento que marca um importante momento histórico da organização popular da Luta Antimanicomial no Brasil, o *Manifesto de Bauru* (1987), há a demarcação dessa luta como a rejeição a tudo que é representado pelo manicômio, sendo este a expressão de estruturas sociais, de exploração e opressões. O Manifesto demarca ainda a sustentação de que essa luta nunca pretendeu ser restrita ao campo da saúde e da estruturação de políticas públicas antimanicomiais, uma vez que abrange várias dimensões da vida e da luta popular. Nele fica demarcado que o movimento da Luta Antimanicomial no Brasil é:

contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos (Manifesto de Bauru, 1987, p. 538).

Esse trecho exemplifica que a Luta Antimanicomial abrange - ou deve abranger - diferentes frentes de enfrentamento. E esse entendimento dialoga diretamente com a própria compreensão sobre saúde mental, uma vez que esta, enquanto produção de vida, não está restrita e reduzida ao psiquismo nem ao biológico, mas diz de uma compreensão do processo de saúde que está entrelaçada às possibilidades de vida humana mais humanizada.

Da mesma forma, tal Manifesto sinaliza para a importância da pauta da saúde mental nos demais lutas, organizações políticas, movimentos populares e sociais. Por exemplo: “[L]utar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais⁷ significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida” (Manifesto de Bauru, 1987). Portanto, tais lutas, ao se orientarem a melhores condições (para a produção) de vida, são também lutas por melhor saúde mental, devendo reconhecer isto até mesmo para que potencializem seus meios e se articulem entre si, ganhando força política.

Segundo Marx (2006, p. 28), ao falar do suicídio, ele “não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral”. Em consonância, concebemos a saúde mental também como um dos sintomas da luta social geral, recrudescendo a relevância de aprendermos como temos lutado e como a própria saúde mental já expressa tal luta, inclusive, sinalizando caminhos para ela. A militância e a saúde mental, sobretudo em uma de suas formas de manifestação, o sofrimento psíquico, a loucura, se aproximam, a partir do momento em que não são apenas *sintomas* de nossa sociabilidade, mas, sendo sintomas da luta, são também *oposições* a essa sociabilidade. Em diálogo com Costa (2022), que, por sua vez, parafraseia Marx e o debate que faz sobre o caráter dialético da religião na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel:

⁷ Optamos por conservar a escrita original. Contudo, há toda uma tradição que critica a noção de doentes mentais, a qual nos afiançamos, de modo que não só temos trabalhado com o conceito de sofrimento psíquico - não sem as devidas ponderações - e de pessoas em sofrimento psíquico - representando, inclusive, que se trata de um processo, não sendo necessariamente algo dado, estático.

O MPC [Modo de Produção Capitalista] produz um sofrimento que o nega, que apresenta a si mesmo como oposição, sinalizando, nas suas variadas formas, a necessidade de sua crítica e transformação; uma incongruência entre a própria condição humana, do ser social, e a produção alienada e estranhada deste na sociabilidade capitalista. A loucura como expressão da miséria real e protesto contra a miséria real; o suspiro da criatura oprimida e o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estado de coisas embrutecido, alienado, desumanizado (Costa, 2022, pp. 21/22)

A partir do exposto, fica a relevância de se abordar não só a saúde mental e a militância em separado, mas a saúde mental *na* e *da* militância. Contudo, para isto, é necessário abordar teórica e historicamente a própria militância, com ênfase nas particularidades da formação social brasileira.

MILITÂNCIA NO BRASIL E AMÉRICA LATINA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Souza (1999) resgata a origem da palavra em latim *militare* utilizada na Idade Média, na qual teriam acontecido as primeiras desta e aponta que, de cunho religioso, o termo estava vinculado “à idéia de combate contra os inimigos pelo triunfo de uma causa única, pela conquista da salvação final num (outro) mundo totalmente novo.” (p. 132). Posteriormente, a palavra também é utilizada para se referir a soldados que agiam em prol de um objetivo e “militar” referiu-se a uma “atividade intelectual de planejar a estratégia adequada para atingir o alvo” (Souza, 1999, p. 133). Mas por volta do século XIX,

a palavra “militante” ultrapassa o sentido propriamente religioso e emerge no vocabulário político passando a ser utilizada para nomear aquele que milita numa

organização partidária ou sindical, aquele que abraça as tarefas políticas (materiais e intelectuais) necessárias para a conquista do Estado e/ou para a transformação total da sociedade (Souza, 1999, p. 134)

Ressalta-se, então, que a classe trabalhadora e as entidades religiosas inauguram a utilização do termo para se referir a suas ações coletivas em prol de mudanças sociais. No Brasil, não é diferente, visto que organizações operárias e as CEBs despontam como importantes grupos políticos na construção de modos alternativos de vida e no processo de conscientização dos povos oprimidos e explorados (Montaño & Duriguetto, 2014). Dito isso, é notório que a tradição da organização militante relacionada a um forte compromisso e disciplina segue atravessando as formas organizativas atuais, sobretudo no DF

Para refletir sobre a saúde mental da e na militância é relevante explorar conceitos e práticas militantes no Brasil e América Latina numa perspectiva histórica, visto que as mobilizações populares no país se dão em dada realidade, sobretudo nos marcos do modo de produção capitalista. Não é nosso intuito aqui empreender um resgate exaustivo ou conclusivo de tal processo, mas realizar um mergulho que seja suficiente - o que não significa isento de lacunas - para assentar e historicizar o nosso objeto de estudo, de modo a atingirmos nossos objetivos.

O conceito de movimentos sociais (MS) é plurívoco, sem consensos, e não é a intenção desta dissertação esgotar a compreensão teórica dessa temática, visto a vasta literatura sobre isso (por exemplo: Gohn, 1997; Montaño & Duriguetto, 2014). No entanto, alguns apontamentos gerais sobre MS e militância são relevantes, bem como alguns resgates sócio-históricos a fim de estabelecer alguns pontos de partida e subsidiar o entendimento das formas organizativas atuais e suas reverberações à saúde mental de quem se encontra nas fronteiras da luta contemporânea.

Para isso, cabe esmiuçar como movimentos sociais se configuraram ao longo do tempo, em momentos e locais distintos e como isso se relaciona com suas configurações atuais. Entende-se que a realidade da militância na atualidade é complexa, dinâmica e multideterminada, não sendo, portanto, “estática em relação ao tempo e ao espaço” (Vinadé, Guareschi, 2007, p. 3), e o resgate histórico permite não apenas a compreensão na atualidade como também nos fornece ferramentas para melhor orientar a configuração no futuro.

Com divergências acerca do conceito em si, que é polissêmico e abordado por diferentes matizes teórico-práticas, de forma geral, os MS são organizações de caráter formalmente político, com relativo grau de formalidade e estabilidade, e são conformados por sujeitos que guardam relação direta com as questões que orientam o seu próprio enfrentamento. Isto, por sua vez, também os diferencia de Organizações não Governamentais (OnGs), de demais mobilizações (genéricas), mormente de caráter individual (e individualizadas), que se esgotam em ações mais pontuais (Montaño & Duriguetto, 2014).

Existe uma divisão conceitual que irá delimitar partidos e sindicatos como movimentos clássicos e os demais como “Novos Movimentos Sociais”, que se configuram ora como uma alternativa às organizações clássicas fundadas na luta de classes (sindicatos e partidos), e ora como um complemento a elas. No entanto, partiremos de uma concepção de movimentos sociais que não os divida, até porque muitos dos chamados “novos” movimentos sociais possuem uma gênese e desenvolvimento históricos tão antiga quanto os chamados “clássicos” ou velhos - vide os movimentos de luta pela terra, por moradia, movimentos negro, feminista, LGBTQIAPN+ etc. (Montaño & Duriguetto, 2014).

É evidente que as formas organizativas sindicais da Inglaterra em meados do século XIX, ou as partidárias na Rússia, no início do século XX, diferem dos movimentos da Batalha

de Seattle⁸ em 2008, que por sua vez também difere das jornadas de junho de 2013⁹ e das organizações políticas brasileiras que enfrentaram a ditadura civil-militar na década de 1960, 70 e 80. Muitas complexidades devem ser analisadas para construir uma compreensão mais ampla das militâncias, das suas configurações e implicações para os(as) militantes e para a realidade a qual se pretende transformar.

Os movimentos sociais latino-americanos têm particularidades, com conformações e dinâmicas distintas dos europeus e dos norte-americanos (Gohn, 1997), sobretudo, pelas marcas profundas de uma colonização devastadora e duradoura que vitimizou, especialmente, pessoas oriundas ou com raízes do continente africano e nossos povos originários. Além das raízes históricas das diferenças associadas de regiões do hemisfério norte do mundo, há diferenças internas no que se refere às formas organizativas, aos projetos políticos, aos tipos de liderança, implicando em uma ampla diversidade de movimentos, ainda que estes sejam relacionados a mesma temática e problemas (Gohn, 1997). Isso implica na necessidade da demarcação de que, assim como os sujeitos são diversos entre si, as organizações militantes também o são, ainda que inseridos em um mesmo contexto sociopolítico e econômico.

Adicionalmente, conforme Montañó e Duriguetto (2014), os territórios latino-americanos, ainda que sejam considerados em sua “ampla heterogeneidade das trajetórias históricas dos Estados-nação do continente, sua variedade de culturas, as diversas formas de reprodução social, de formas de organização e atuação das classes subalternas nos processos sociopolíticos” (p. 267), devem ser lidos também a partir da sua condição política e econômica em comum que é a “inserção dependente e periférica no capitalismo” (p. 267). Nesse sentido, as organizações militantes que emergiram e emergem nesse território - entendido aqui para

⁸ Ocupação da cidade de Seattle-EUA, em 1999, por militantes e ativistas de 144 países, que bloquearam o acesso de participantes do encontro da Organização Mundial do Comércio na cidade e que desencadeou ciclos de protestos (Sodré, 2011).

⁹ Ciclo de protestos que aconteceram em centros urbanos em diferentes cidades do Brasil no primeiro semestre de 2023, inicialmente contra o aumento dos preços de passagens e por melhores condições de mobilidade urbana, e que ficou conhecido como *Junho de 2013*.

além da dimensão objetiva - tem se organizado politicamente para enfrentar, tensionar, resistir e construir transformações sociais no Brasil e em outros lugares do mesmo contexto geopolítico, a partir das particularidades do capitalismo dependente, cujo caráter autocrático, despótico é estruturante; um *capitalismo selvagem* (Fernandes, 2020). Isto reverbera nas condições em que um grupo se organiza, nas suas táticas de enfrentamento político, nos riscos, nas formas organizativas, ou seja, atravessa todos os limites e possibilidades encontradas pelo agrupamento militante.

Não por acaso, o diálogo com Martín-Baró é pertinente, afinal, sua *práxis* esteve circunscrita a um contexto de ditaduras e guerra civil. Em nossa realidade, a despeito de não vivermos uma guerra formal, o que são os dados de homicídios - sobretudo contra pobres, negros, jovens e periféricos -, que, inclusive, superam o número de mortos em contextos formalmente em guerra? E as implicações disto para a saúde mental não só de tais indivíduos, mas de nossa sociedade como um todo, afinal, se refere a uma “violência atmosférica” (Fanon, 1968, p. 54), a uma atmosfera de violência ou, ainda pior, a uma “atmosfera de fim do mundo” (p. 62), que, por sua vez, a despeito de ser “uma patologia de atmosfera” (p. 249) é normalizada, é o *normal*. Conforme apontou Martín-Baró em entrevista a Ignacio Dobles Oropeza (traduzida por Marcela Pereira Rosa), “não entendo como se possa ser hoje em meu país [El Salvador] um bom psicólogo – e digo tanto no sentido científico, como no profissional e ético – sem tomar a guerra como marco fundamental de referência para o próprio *quefazer*” (Oropeza & Rosa, 2021, p. 834). Nisso, vamos além: não se pode ser hoje em nosso país bom/boa psicólogo/a, psiquiatra, psicanalista, qualquer profissional que lide mais diretamente com a saúde mental, e militante sem tomar a guerra como marco fundamental de referência a sua *práxis*. Da mesma forma, se debruçar sobre os impactos da guerra na saúde mental geral e da própria militância, ganha ainda mais relevância.

E como falamos, isto tem sido constitutivo de nossa formação social, sendo materializado de maneira mais pronunciada, bem-acabada, em determinados momentos de nossa história. Como exemplo, citamos o período de institucionalização formal do regime autocrático, ou seja, da ditadura empresarial-militar que, aliás, foi precedido por uma forte ascensão das organizações das classes subalternas, no campo e nas cidades. A partir de 1945, houve fortes mobilizações sociais de movimentos operários, com greves e paralisações, com vistas a ampliação de benefícios trabalhistas e previdenciários após a recente aprovação de alguns direitos trabalhistas, com o estabelecimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 (Yamamoto & Oliveira, 2014). Posteriormente, entre 1961 e 1964, os movimentos operários urbanos, movimentos do campo e estudantis, aglutinados sob a bandeira de “reformas pela base”, questionavam desdobramentos do capitalismo até então, sem reformas e sem a participação das massas nas tomadas de decisões (Montaño & Duriguetto, 2014; Yamamoto & Oliveira, 2014).

Nesse cenário de pressão de movimentos populares, endividamento do país, emergência de outros golpes-civis militares na América Latina e “em resposta aos impases criados pela política nacional populista predominante até então [...], o que se viu foi um desmantelamento de todos os ideais e princípios democráticos, assim como de toda a forma de expressão contrária ao regime” (Yamamoto & Oliveira, 2014, p. 29). Com isso, as organizações políticas foram exponencialmente sendo obstaculizadas, quando não tolhidas de mecanismos de resistência e mobilização popular. Muitas delas foram colocadas na ilegalidade, com seus respectivos militantes perseguidos, torturados, presos, exilados, quando não assassinados.

Apesar das repressões violentas do período da ditadura militar (que incluíram torturas, perseguições, exilamentos do país, execuções e prisões políticas), ocorreram várias ações de resistência e luta pelo fim da ditadura. O ano de 1968 foi marcado por uma série de acontecimentos, tanto no Brasil, quanto na Europa. Na França, em maio deste ano houve um

levante operário e estudantil que é apontado por Montañó (2021) como o marco de uma “nova forma de luta social” (p. 39). Apesar de rejeitar a noção de “novo” para manifestações públicas que sempre existiram, cabe destacar essa leitura de que esse evento demarca um momento em que há um distanciamento da luta baseada na contradição de classes e um crescimento de lutas cujo “horizonte ideopolítico era a defesa da autonomia da subjetividade, o que era compatível com os valores individualistas e consumistas do mercado capitalista” (p. 40).

Em 1968, também houve muitos acontecimentos políticos cujo tensionamento mobilizou protestos, mas por razões distintas do que acontecia no *Maió Francês de 68*. Isso demonstra que, ainda que o país seja parte do contexto global, tem particularidades internas que dão outro contorno e desdobramentos à história, quando considerados. No referido ano, após o assassinato do secundarista Edson Luís no Rio de Janeiro deste ano por parte das tropas militares, uma série de protestos aconteceram inclusive no dia do funeral do jovem. Com a participação do movimento estudantil - que cresce a partir do fato - e de militantes de outros setores ocorre uma das maiores mobilizações populares contra a ditadura militar, que é a *Passeata dos Cem Mil*, realizada em memória do estudante, pelo fim das repressões contra estudantes - que também cresceram - pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país (Montañó & Duriguetto, 2014).

Até a década de 1970, muitas organizações militantes seguiram atuando na resistência, inclusive, com ações diretas mais incisivas. No Distrito Federal, cuja capital havia sido inaugurada poucos anos antes do golpe militar, em 1960, as repressões e movimentos de resistência acompanharam as tensões do país. A Universidade de Brasília, inaugurada em 1962 foi também cenário de intensa violência, inclusive com cassação e demissão de professores(as), invasões da polícia e pelos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) sequestros e

assassinatos, como o de Honestino Guimarães¹⁰ (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013). Santos (2017) conta que:

Um dos fatos mais marcantes nas memórias coletivas dos militantes daquele período são as invasões ao campus universitário que aconteceram de maneira bastante frequente nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 e mantiveram-se nos anos 70. As invasões militares ao campus universitário, de modo geral, eram seguidas por prisões, espancamentos e torturas (p. 32)

Posteriormente, as ações e passeatas pela redemocratização confluíram nas “Diretas Já!”. Em 1988, é promulgada a nova Constituição, vigente até o momento, e em 1989, Collor é eleito em disputa eleitoral com Lula. Na década de 1970 em diante, muitas organizações militantes surgem ou se reestruturam, ganhando mais amplitude e melhor articulação, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento Negro Unificado, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento da Luta Antimanicomial, o Movimento Sanitário, dentre outros. Além disso, Montañó e Duriguetto (2014) também sinalizam a forte participação de entidades religiosas em movimentos sociais, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, no enfrentamento da ditadura e fortalecimento da luta campesina.

Ademais, existem muitos grupos militantes que se organizam antes mesmo do período da ditadura e reorganizam-se após a redemocratização. E existem outros que surgem a partir da década de 1970, e seguem surgindo até hoje. Dentre estes, há os que têm táticas orientadas a objetivos relacionados a alguma temática mais específica e existem ainda agrupamentos militantes que se ancoram na luta de classes, mas que não necessariamente excluem ações relativas a temáticas específicas. E esta não é uma divisão taxativa, que reduz a estas as

¹⁰ Militante de 26 anos, estudante de Geologia na UnB, torturado, preso e assassinado pelo Estado no período ditatorial brasileiro.

possibilidades, a tentativa expressa aqui é exemplificar a diversidade das formas organizativas que, coletivamente, atuam na transformação social.

Nesse sentido, no Brasil, diversos movimentos sociais foram se organizando no país, ao longo das décadas e até hoje, como o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais sem Terra (MST) - um dos maiores da América Latina - e inúmeros outros com inserção no campo, na cidade, a partir das lutas de trabalhadores(as), dos povos indígenas, de populações urbanas periféricas, da luta antirracista, feminista, LGBTQIAPN+, de estudantes, vinculados ou não a partidos progressistas. A gama é vasta, composta por variados movimentos, muitos deles articulados internacionalmente, se organizando também em outros países.

Atualmente, o DF conta com inúmeras frentes de mobilização social, com movimentos sociais engajados nas lutas urbanas e do campo, pelo meio ambiente, por mobilidade urbana e moradia - que enfrentam as frequentes ações higienistas do governo do Distrito Federal -, vinculadas a pautas de conformação de identidades, contra diversas opressões, antimanicomial, associadas ao movimento estudantil, sobretudo, ligadas à UnB. Abordaremos um pouco mais delas à frente. A região conta também com partidos, seus respectivos coletivos partidários e outros sem vinculação partidária, mas com importante incidência transversalizada a diversas pautas.

Cabe ressaltar, não só no DF, mas no país como um todo, a crise do sindicalismo, em que se constata uma queda nacional do percentual de trabalhadores(as) sindicalizados, totalizando apenas 9,2% em 2022. A diminuição tem acontecido mesmo quando a taxa de pessoas em empregos formais sobe, mas também pode estar relacionada ao aumento das contratações de trabalho por Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e Microempreendedor Individual (MEI), ou seja, a generalização e o recrudescimento da precarização no e do mundo do trabalho, por meio do ascenso da informalidade, resultantes da contrarreforma trabalhista implementada em 2017. Este número foi o menor contingente da

série iniciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, quando havia 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados (16,1%). Ainda a título de comparação, em 2019, essa taxa era de 11,0% (10,5 milhões)¹¹.

Dessa forma, resgatamos as reflexões, mais uma vez, de Martín-Baró (2017b), as quais se voltam especificamente aos sindicatos, mas que ampliamos para a militância em geral. Para a psicologia, a militância nas suas variadas formas de ser e se produzir (partidos, sindicatos, movimentos sociais e populares) são espaços privilegiados ela adotar o ponto de vista e as necessidades históricas da classe trabalhadora:

se a Psicologia tem a intenção de dar resposta às necessidades das maiorias populares, um dos espaços em que ela pode alcançar uma perspectiva mais adequada é o sindicalismo. De fato, experiências recentes mostraram que os sindicatos não apenas necessitam objetivamente da ajuda do psicólogo social, mas chegam a demandá-la (Martín-Baró, 2017b, p. 73)

Parafraseando o autor, se a psicologia tem a de dar resposta às necessidades das maiorias populares, um dos espaços em que ela pode alcançar uma perspectiva mais adequada é a militância, nas suas diversas formas organizativas: sindicatos, partidos, coletivos partidários, movimentos sociais e populares. Ou seja, um atrelamento da psicologia a “movimentos sociais insurgentes e anticapitalistas” (Lacerda Jr., 2015, p. 125). Essas formas de organização política dizem da dinâmica societária vigente, e, particularmente, a do DF, ao mesmo tempo que também refletem a correlação de forças e sua precarização, expressando certa descredibilização sobretudo de algumas formas organizativas, como os partidos e sindicatos. No entanto, apesar dos novos-velhos desafios da organização política de movimentos sociais e diversas formas de organização militantes, estes seguem em luta, com

¹¹ Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie>

mobilizações populares e contínuas em lutas pelo fim de todas as formas de opressão e exploração, devendo, portanto, serem analisados com o intuito de fortalecimento.

DISTRITO FEDERAL: CIDADE PLANEJADA, PARA QUEM?

A quebrada que queremos
 Sonhamos acordados
 Mantendo a comida no prato e a força aquecida pra mais um dia

A quebrada que queremos é que a juventude seja a força motora da esperança
 Que nenhum de nós fique pra trás e que em cada possa ser o que quiser e tenha o direito de
 viver e existir

A quebrada que queremos é que seja valorizado nossa ancestralidade
 e que não haja intolerância sobre nenhum tipo de religiosidade
 e que todos tenham liberdade

A quebrada que queremos é a que não passe apenas em jornais policiaiscos
 Mas que os nossos talentos sejam destaques mundiais
 Medalhas para todes que estão no corre na criatividade
 Na subjetividade de existir

A quebrada que queremos é que os nossos direitos não sejam violados
 Queremos poema e não pólvora
 Que não falte POESIA NAS QUEBRADAS
 Que não falte dignidade

A quebrada que queremos é a que possamos ir e vir e que possamos acessar saúde, educação,
 cultura, esporte

A quebrada que queremos é a quebrada que não precise mais ir pro plano piloto pra ir no
 cinema ou no teatro queremos arte perto do barraco perto das comunidades atendendo a
 realidade

A quebrada que queremos as estatísticas são outras
 Destaque nas mídias
 A favela venceu na correria
 Não queremos mais uma mana ou um jovem negro assassinado ou presídios lotados
 Queremos escolas de qualidade Igualdade, Equidade.
 Também sabemos a quebrada que não queremos
 Não queremos violência do estado, social e sobre nossos corpos
 Não queremos a quebrada Misógina, LGBTFÓBICA, racista, preconceituosa
 Queremos o direito de ser de verdade
 Queremos o direito à cidade

A quebrada que queremos sonhamos de mãos dadas porque nosso sonho é coletivo

E a realidade periférica é nossa

Ravena Carmo - *A quebrada que queremos*

Cabe também situar o território no qual essa pesquisa é realizada. Esboçar alguns apontamentos aqui sobre o território implica em localizar as dinâmicas militantes social e historicamente. Nesse sentido, enfatiza-se também que a noção de território aqui implica não apenas em uma delimitação de espaço geográfico, mas para além disso, implica na dinâmica vivida naquele espaço (Santos, 2000).

O DF tem uma extensão territorial de 5.779 km² (Codeplan, 2020) e uma população estimada de 2.817.381 habitantes (IBGE, 2022). Como uma unidade federativa com características diferentes de outros estados, o DF aglutina competências de estados e municípios e se organiza em 33 regiões administrativas (RAs). As maiores rendas do local, concentram-se em regiões mais próximas ao Plano Piloto, região central, e as regiões mais afastadas concentram rendas gerais mais baixas, conforme relatório da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD, 2021). Para além da concentração de renda, outros processos da região também demonstram a profunda desigualdade socioterritorial na unidade da federação.

Além disso, especificar dimensão territorial, quantidade de pessoas e concentração bruta de rendas não é sinônimo de caracterizar o território, especialmente, porque aqui utilizaremos a compreensão de Milton Santos sobre território e segundo o autor:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o

território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeioe (Santos, 2000, pp. 113/114)

Nesse sentido, falar sobre o território do DF implica primeiro em uma limitação que é o fato de que, sendo amplo e muito diversificado, com profundas diferenças entre cada uma das RAs, a tentativa de caracterizá-lo de modo generalista será incompleta e inacabada, como a própria realidade. Em seguida, faz-se necessário também um resgate de alguns aspectos da história da região a fim de seja possível imprimir na leitura dos resultados a compreensão das dinâmicas militantes especificamente no DF.

Sendo assim, relembramos que antes da sua construção de fato, desde o período em que o Brasil era colônia portuguesa, já havia a intenção de deslocamento da capital para o centro do país. Após 30 anos de expedição realizada em 1892, o presidente Epitácio Pessoa instaurou a pedra fundamental na região de Planaltina como símbolo da futura capital do país. Estabelecidos os limites entre os paralelos 15°30' e 16°03', sonhados pelo padre Dom Bosco em 1883, o novo DF é estabelecido alguns anos mais tarde, em 1956.

Cabe sinalizar do local abrigar o DF, já existiam pessoas e comunidades, e parte dessa população foi brutalmente expulsa nos primeiros momentos da implantação do sonho de Juscelino Kubitschek (JK)¹². Diferentemente de outras grandes cidades, Brasília é uma cidade cuja estrutura arquitetônica foi projetada, como um sonho e expressão concreta da burguesia brasileira. Com muitas promessas de desenvolvimento econômico para o país e para famílias de trabalhadores, para concretizar esse planejamento, muitos e muitas brasileiros(as) se

¹² Juscelino Kubitschek quis imprimir um desenvolvimento industrial de 50 anos em cinco anos de mandato. Uma das grandes ações para alcançar essa meta foi a criação de uma nova capital: Brasília, na região do planalto central do país.

deslocaram, na década de 1950 para a região do planalto central, a fim de construir a cidade que abrigaria a nova capital do país.

Inaugurada em abril de 1960, dez anos mais tarde, a região do Plano Piloto já contava com uma população acima da estimada por Lúcio Costa para os anos 2000 (PDAD, 2021). Com o aumento populacional da região, pela intensa migração, o Plano Piloto ganhava as formas projetadas por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ao mesmo tempo que também cresciam as ocupações nos arredores das construções da capital. Ocupações dos(as) trabalhadores(as) que erguiam a cidade, que era desmotivada pelo governo com um discurso oficial que

pregava o crescimento urbano em áreas distantes do lago para preservação ambiental, justificado pela preocupação futura de abastecimento de água. A ação governamental advogava que a dispersão da cidade no território em nada comprometeria a coesão entre as partes, afinal como a propaganda oficial pregava: ‘a cidade é uma só’ (Saboia & Sandoval, 2012, p. 3)

Dessa forma, conforme explicitam Saboia e Sandoval (2012), a população que ia ocupando os espaços em acampamentos nos arredores do Plano Piloto foram removidas com promessas de que passariam a habitar cidades que teriam a mesma infraestrutura e planejamento que o centro. No entanto, isso não se concretizou, pelo contrário, as famílias eram removidas com violência e os novos assentamentos apresentavam muita precariedade, diferentemente da região central. Um exemplo emblemático é o surgimento da Ceilândia, região administrativa localizada a 26 km do Plano Piloto.

Esse RA surgiu com a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) - idealizada pela esposa do então governador, Vera Prates - em 27 de março de 1971, na tentativa de dar fim às chamadas “invasões” de 80 mil pessoas que se distribuía na recém-construída Brasília. Esse surgimento de RA a partir de ocupações e assentamentos ocorre em várias outras regiões, mais próximas ou mais distantes de Brasília, desde a década de 1960 e se reproduz até a atualidade.

Mas não apenas essa forma de surgimento de RA se reproduz, como também a condução violenta das desocupações e a precarização da infraestrutura urbana.

Ou seja, ao mesmo tempo em que há Brasília, a cidade planejada, com arquitetura ultramoderna, há também a região do Sol Nascente, que foi oficializada como RA em 2019 e é considerada a “é o segundo maior aglomerado subnormal do Brasil” (IBGE, 2022). Essa desigualdade também é racial, segundo o Mapa das Desigualdades do DF (2023), “as regiões onde há maioria de população negra são aquelas menos assistidas por infraestrutura, recursos, investimentos e aquelas que mais sofrem repressão e violência estatal” (p.26). Conforme o mesmo documento, as RAs onde há maior concentração de pessoas brancas são também onde a maioria trabalha no mesmo local onde mora, sendo as RAs onde há maior concentração de população negra, onde há maior número de trabalhadores(as) informais e desemprego.

Esses elementos reforçam a demonstração da profunda desigualdade da região, a qual implica em diferentes processos de saúde-doença da população e impactam diretamente na forma com as populações conseguem se organizar coletivamente, em movimentos sociais e outras organizações políticas, conforme os resultados dessa pesquisa podem demonstrar. Nesse sentido, “a desigualdade no Distrito Federal é uma produção do Estado e das elites, como projeto pensado e colocado em prática desde que resolveram mudar a capital para o Planalto Central, ignorando as pessoas que aqui viviam e suas culturas. Ignorando também as pessoas que se jogaram na empreitada, como forma de ganhar a vida e sonhar com um futuro melhor, em outro lugar” (Mapa das Desigualdades do DF, 2023)

Diante disso, diferentemente de outras cidades brasileiras, o DF tem essa característica de um nascimento artificial e muito recente, planejado por e para uma elite; ou seja, sua desigualdade, seu caráter gentrificado, por mais que recrudescido e dinamizado ao longo do tempo já estava em sua gênese, no seu planejamento - fosse isto algo consciente ou não; uma *segregação planejada* (Paviani, 1991). Essa *juventude* da cidade não implica na ausência de

história de luta, afinal, pouco tempo após a sua inauguração oficial, o país enfrentou a ditadura empresarial-militar e a cidade foi e segue sendo cenário de importantes conflitos, bem como de manifestações, lutas, sejam de caráter nacional e que *tomam* Brasília como palco por se tratar da capital do país, sejam nascidas deste próprio solo, ao dizer de suas particularidades e, portanto, das pessoas que aqui militam, pois nasceram e/ou aqui moram.

Por exemplo, dentre inúmeras possibilidades, citamos: o papel desempenhado pelos movimentos por moradia e melhor mobilidade urbana, sobretudo da classe trabalhadora periférica, considerando a condição segregatória e gentrificadora do DF (Elias, 2011; 2014; Azevedo, 2019); a importância histórica e atual do Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (Silva, 2017); a relevância dos movimentos e lutas feministas no DF, seja nos imbricamentos entre a militância política e a crítica cultural, mas também na denúncia do silenciamento das mulheres e suas demandas nos próprios movimento sociais, bem como na violência contra elas (Rodrigues, 2013); a força política do movimento negro, que, inclusive, tem como uma de suas conquistas a instauração de medidas afirmativas (também conhecidas como cotas) na UnB, a primeira universidade federal do país a tê-las, completando 20 anos em 2023¹³¹⁴; a atuação política do movimento estudantil no DF (Marques, 2013; Moura, 2021). Poderíamos mencionar os próprios partidos, sindicatos, bem como outros movimentos populares e sociais que configuram a dinâmica militante do DF historicamente e no presente.

Obviamente que isto não se dá sem as devidas contradições e limitações, sendo constituído por inflexões, recuos, atrelados à própria conjuntura e correlação de forças - e as conformando. Apenas a título introdutório, Imperatori (2022) atesta “que a cultura política no DF é permeada pelos efeitos i) da cultura política clientelista e assistencialista, ii) da cultura

¹³ Cepe comemora 20 anos das cotas na UnB. <https://noticias.unb.br/76-institucional/6606-cepe-comemora-20-anos-das-cotas-na-unb>.

¹⁴ Ainda atrelado ao movimento negro, mencionamos a recente conquista do movimento do Hip-Hop, com este declarado patrimônio cultural e imaterial do Distrito Federal. Aliás, o Projeto de Lei (nº 97/2023), foi de autoria do deputado Max Maciel (PSOL), com trajetória no próprio movimento e militante da Ceilândia. <https://www.cl.df.gov.br/-/hip-hop-sera-declarado-patrimonio-cultural-e-imaterial-do-df>.

política participativa e iii) da cultura política corporativa (p. 257). Contudo, mesmo num cenário refratário à classe trabalhadora, peguemos um exemplo recente do DF, naquele que é o cenário mais fragilizado, o sindical. Em 24 de maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, cassou a liminar MS 28819/DF, que garantia o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) aos(as) servidores(as) técnico-administrativos(as) da ativa e aposentados(as) da UnB. Contudo, após paralisação, greve e ampla mobilização da categoria, o próprio ministro suspendeu os efeitos da decisão de cassação, de modo que a URP continua fazendo parte do salário dos(as) servidores até a decisão final do recurso, ainda sem data para acontecer¹⁵.

Assim, a despeito de todos os obstáculos e desafios da realidade do DF, a militância segue vívida e ativa nas lutas sociais tanto em relação ao contexto local, quanto em relação aos enfrentamentos aos desafios que não só afetam o DF, mas dizem do país como um todo, mas da totalidade social, dizendo do próprio estágio corrente de desenvolvimento capitalista.

¹⁵ STF suspende a cassação da URP. <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/6590-stf-suspende-a-cassacao-da-urp>.

CAPÍTULO 2

SAÚDE MENTAL NA E DA MILITÂNCIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Quando se coloca em pauta a temática da saúde mental atrelada à militância, existem duas principais vertentes de entendimento. A primeira se refere à Luta Antimanicomial, que tem o campo da saúde mental como escopo da luta; a segunda, é sobre a luta organizada, em partidos, sindicatos, e outros movimentos sociais diversos, e a saúde mental das pessoas engajadas nessas organizações. Ainda que colocadas em pontos distintos, ambas convergem ao tratarem de formas políticas, organizativas (mesmo que diversas) comprometidas com alguma transformação da realidade, sendo ela mais ou menos radical, com bandeiras mais ou menos específicas. E o “mais ou menos” aqui é expresso na intenção de demarcar a heterogeneidade de movimentos sociais e demais formas organizativas.

Nesse sentido, esta revisão da literatura tem como objetivo analisar e apreender como a academia concebe e aborda a saúde mental *na e da* militância, de modo a constatar limitações, contradições e desafios, mas também os potenciais da militância no que se refere às estratégias de produção de saúde mental. Trata-se de uma revisão narrativa, a qual permite adquirir e atualizar conhecimento sobre o estado da arte acerca do tema (Rother, 2007). Por mais que tal modalidade de revisão não precise sistematizar e informar “as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos”, optamos pelo delineamento de um processo de busca com certa sistematicidade - apresentando a seguir -, de modo a nos permitir coadunar flexibilidade analítica e interpretativa com algum rigor oriundo do próprio processo.

Para isso, foram realizadas buscas com as palavras chaves “militância” e “militância” combinada com o operador booleano “AND” com “saúde mental”, “sofrimento”, “subjetividade”, “saúde” e “adoecimento” nas bases de dados: *PePSIC*, BVS (Biblioteca

Virtual em Saúde), *SciELO*, Portal CAPES e Google Acadêmico. Após a primeira seleção e leitura completa dos artigos, foram também analisadas as referências bibliográficas dos textos selecionados inicialmente, a fim de garantir maior abrangência e robustez ao corpo analítico.

As seleções foram realizadas por duas avaliadoras, a partir da leitura do título e resumo dos artigos e posterior avaliação de um juiz. Os critérios de inclusão são: artigos em português, espanhol ou inglês; que sejam referentes à realidade brasileira; que tenham pertinência com a temática de saúde mental e militância; e que estejam disponíveis integralmente na internet. Foram excluídos os textos que não atenderam a estes critérios de seleção e que estivessem repetidos.

Inicialmente, foram encontradas 2.874 publicações, das quais foram selecionados 27 estudos a partir da leitura do título e do resumo. Destes, três foram excluídos por não haver versão completa disponível para leitura na internet e outros 15 estudos foram excluídos por não abordarem especificamente saúde mental na e da militância, por mais que estudassem a dinâmica da militância - sem, necessariamente, se debruçarem sobre a saúde mental. Em três casos, foram encontradas dissertações de mestrado e artigos oriundos delas, de modo que optamos pelos artigos. Por fim, um especialista foi consultado quanto à possível desconsideração de estudo(s) que preenchessem os critérios de inclusão. Todo esse processo resultou em dez trabalhos acadêmicos, que compõem o corpo de análise da presente revisão.

Os trabalhos foram analisados, a partir dos objetivos supracitados, fundamentando-se na tradição crítica sobre a saúde mental, sobretudo a partir do diálogo com o marxismo. Tal debate historicamente se circunscreveu à Saúde Coletiva, dentro do próprio campo da saúde mental, demonstrando seu caráter multi, inter ou transdisciplinar. Ademais, dialogamos também com elaborações acerca da militância, partidos, sindicatos e demais movimentos sociais, também afiançados na tradição marxista.

Tabela 1 - Estudos encontrados sobre saúde mental e militância no Brasil

Ano de publicação	Autores(as)	Título	Tipo de estudo
2004	Bernardete Baltazar	Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana.	Artigo derivado da Dissertação de Mestrado; Universidade Federal do Espírito Santo; Psicologia
2011	Isabel Keppler	Saúde e militância: Reflexões a partir da escuta de militantes	Monografia; Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP; Psicologia
2012	Natacha Eugênia Janata	Juventude que ousa lutar!: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST	Tese de doutorado; Universidade Federal de Santa Catarina; Educação
2017	Guilherme Boulos	Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo	Dissertação de mestrado; Universidade de São Paulo
2017	Leonardo Amorim Rosa	Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST	Artigo; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Psicologia; Saúde & Transformação Social
2018	Clarice Moreira Portugal, Martin Mezza e Mônica Nunes	A clínica entre parênteses: reflexões sobre o papel da arte e da militância na vida de usuários de saúde mental	Artigo; Universidade Federal da Bahia; Saúde Coletiva; Physis: Revista de Saúde Coletiva
2021	Jadielma de Barros Alves; Saulo Luders Fernandes e Marcos Ribeiro Mesquita.	Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano	Artigo; Universidade Federal de Alagoas; Psicologia; Estudos e Pesquisas em Psicologia
2022	Clara Barbosa de Oliveira Santos	Sofrimento psíquico e militância: apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários.	Dissertação de Mestrado; Fiocruz RJ; Educação Profissional em Saúde
2023	Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté, Tiago Pires Marques, Maurice de Torrenté	Solidariedade, militância e saúde mental em tempos de pandemia	Artigo; Universidade Federal da Bahia e Universidade de Coimbra; Saúde Coletiva e Estudos Sociais; Interface - Comunicação, Saúde, Educação
2023	Andressa de França Alves Ferrari e Muna Muhammad Odeh	O circuito dos afetos na construção e fortalecimento do Movimento Pró-Saúde Mental do DF	Artigo oriundo de Dissertação de Mestrado; Universidade de Brasília

Fonte: Elaboração própria

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos dez trabalhos, temos: seis artigos; uma tese de doutorado; duas dissertações de mestrado; um trabalho de conclusão de especialização. Ressalta-se, de antemão, a quantidade pequena de manuscritos selecionados (dez), considerando que tal número também pode estar relacionado às escolhas metodológicas da pesquisa e suas conseqüentes limitações. Contudo, tal resultado também pode significar uma lacuna da academia, o que, por sua vez, não pode ser lida como acaso, ao se tratar da militância, nos remetendo a uma relação tensionada entre *militância e ciência* (Melo, 2013), atravessada por perspectivas as quais uma possível relação entre elas significaria uma perda de cientificidade ou a contaminação política da produção de conhecimento, incorrendo até na perda da suposta neutralidade. A própria recenticidade dos trabalhos, sendo majoritariamente da segunda década dos anos 2000, reflete isso, ao passo que também sinaliza para um ganho de relevância do tema na academia.

Por outro lado, isso não significa uma desconsideração nem da saúde mental nem da militância pelo âmbito acadêmico, mormente na produção de conhecimento, mas que, a nosso ver, são necessários maiores esforços direcionados à saúde mental *na e da* militância. É mais comum que a relação entre militância e saúde mental seja abordada na literatura acadêmica pela via da militância *na e da* saúde mental, até mesmo considerando a importância dos movimentos sociais em tal campo, como é o caso do desenvolvimento histórico do Movimento ou Luta Antimanicomial (Amarante, 1998; 2007; Santos & Santos, 2018; Albrecht, 2019).

Os resultados e sua discussão desta revisão foram divididos em três seções, que representam eixos temáticos extraídos dos próprios artigos. No primeiro, são apresentados os achados mais descritivos referentes às características dos estudos, das/os pesquisadoras/es, bem como das realidades estudadas. A partir do segundo, adentramos na análise propriamente dita do conteúdo dos artigos, apreendendo o que dizem sobre a saúde mental da e na militância. Por

fim, no terceiro, discorreremos sobre os desafios e caminhos da militância no que se refere à saúde mental.

Aspectos Gerais

Os trabalhos selecionados compõem um mosaico interdisciplinar. Ao todo, quatro eram da psicologia, três da saúde coletiva, um da psiquiatria, um da educação e outro da educação em saúde. No que se refere à região de produção, houve prevalência de estudos conduzidos no Sudeste, com cinco trabalhos, seguido do Nordeste (três estudos), Sul e Centro-oeste (um cada).

Todos os trabalhos selecionados são pesquisas empíricas que utilizaram abordagem qualitativa. Os métodos variaram entre entrevistas (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021; Baltazar, 2004; Boulos, 2017; Janata, 2012; Keppler, 2011; Ferrari & Odeh, 2023; Rosa, 2017; Santos, 2022), observação participante (Portugal, Mezza & Nunes, 2018), grupo focal (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021), diário de campo (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021) e pesquisa etnográfica de longa duração (Torrenté, Marques & Torrenté, 2023). Um dos trabalhos utilizou uma abordagem mista (quanti-quali), sendo que a parte quanti se deu por meio da aplicação de questionários (Boulos, 2017).

O Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) foi o grupo mais estudado, denotando a relevância e a magnitude do MST em nossa realidade. Uma pesquisa foi realizada em assentamento no Paraná (Janata, 2012), uma sobre o MST de uma cidade do interior paulista (Rosa, 2017) e outra sobre o MST no Semiárido Alagoano (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021), demonstrando também a capilaridade do movimento, presente em todo o país. Um dos trabalhos abarcou a militância do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), “o maior movimento popular urbano do Brasil” (Boulos, 2017, s/p.).

No campo da saúde mental, dois trabalhos abordaram especificamente a militância de usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (Torrenté, Marques & Torrenté, 2023;

Portugal, Mezza & Nunes, 2018), enquanto outro se estendeu à militância na saúde mental, agregando não só usuários, mas profissionais, familiares, pesquisadores, dentre outros atores militantes (Ferrari & Odeh, 2023). Apenas um estudo se voltou especificamente à militância em partidos políticos, sobretudo de partidos de esquerda de caráter revolucionário de um município da Zona da Mata Mineira (Santos, 2022). Dois trabalhos abordaram militantes de mais de um movimento social, sendo um com lideranças de organizações populares na Grande Vitória (Baltazar, 2004) e o outro com militantes em situação de sofrimento psíquico que compunham movimentos sociais diversos do Estado de São Paulo (Keppler, 2011).

Quanto aos objetivos, Baltazar (2004) buscou compreender as percepções das lideranças de organizações populares na Grande Vitória, abordando a relação entre militância e vida cotidiana, enquanto Keppler (2011) examinou as conexões entre movimentos sociais, saúde e o processo de adoecimento, considerando o contexto local e a conjuntura da época. Janata (2012) concentrou-se na formação de jovens militantes do MST, analisando a mediação entre a escolarização de nível médio, o trabalho e a militância. Também com foco no MST, Alves, Fernandes e Mesquita (2021) analisaram os efeitos psicossociais da subjetivação política dos/as jovens assentados(as) do movimento e Rosa (2017) propôs uma discussão inicial sobre as possibilidades terapêuticas presentes na participação em movimentos sociais, mais especificamente no MST. Boulos (2017) verificou a hipótese de diminuição de sintomas depressivos em militantes do MTST em cenários de ocupação.

Portugal, Mezza e Nunes (2018) trabalharam para discutir os efeitos transformadores dos contextos militantes e artísticos no cotidiano de usuários de saúde mental. Torrenté, Marques e Torrenté (2023) se debruçaram para analisar tessituras das ações solidárias no campo da saúde mental, buscando suas bases político-sociais em experiências de militância, ativismo social e de redes de ajuda mútua em saúde mental. Santos (2022) estudou a forma como os partidos políticos brasileiros da esquerda radical (PCB, PSOL e PSTU) tratavam o

debate de saúde mental nas suas ações políticas cotidianas, intra e extra partidariamente. Ferrari e Odeh (2023) compreenderam como se estabelece os circuitos de afeto entre os integrantes de movimento social do campo da saúde mental organizado no Distrito Federal.

O panorama exposto demonstra também a diversidade de formas organizativas, dinâmicas e contextos presentes na militância, ou melhor, que conformam a militância enquanto *unidade na diversidade*. Vemos, pois, que a literatura sobre saúde mental na e da militância, mesmo que ainda incipientemente, tem se proposto a considerar e abarcar tal diversidade.

O que os estudos dizem sobre militância e saúde mental?

Primeiramente, vale ressaltar que devido às limitações do processo de busca, muitos trabalhos que dialogam com o tema da saúde mental na e da militância podem ter sido desconsiderados, de modo que não temos a pretensão de *falar pela literatura acadêmica* na sua integralidade sobre o tema, ainda que outros estudos compareçam em outros capítulos dessa dissertação. Além disso, tal processo influencia os próprios achados, por exemplo, desde os termos de busca utilizados e, por conseguinte, os artigos encontrados e analisados.

No que se refere aos trabalhos apresentados, a compreensão da militância é multifacetada, decorrente da própria diversidade de formas organizativas, táticas e estratégias, mas profundamente enraizada na busca por transformações sociais, políticas e culturais. A militância enquanto forma de participação política engajada e crítica, conforme definida por Baltazar (2004), existe e persiste frente ao imobilismo da sociedade em relação às diversas violações e contradições da realidade e constrói caminhos em direção a uma ordem (mais) democrática. Apesar das condições precárias, realidades desoladoras ou falta de aparato jurídico, a militância pode ressignificar o sofrimento, os medos e o sentimento de desamparo, em um processo coletivo de emancipação (Ferrari & Odeh, 2023). Por exemplo, as falas dos

militantes entrevistados no estudo de Keppler (2011), centraram-se na ideia do fazer coletivo e reconhecem que todos estamos envolvidos em uma luta pela sobrevivência e ser militante é fazer dessa luta coletiva e organizada.

Há nos trabalhos, tanto perspectivas de militância que explicitamente se colocam orientadas à emancipação humana, como outras que, mais de maneira implícita, indicam a emancipação política como seu horizonte. Dentro dessa pluralidade de formas de militância, trazendo consigo uma multiplicidade de horizontes de mudança, resgatamos a análise e diferenciação *marxiana* sobre *emancipação política* e *emancipação humana*. A emancipação política se configura pela conquista de direitos e exercício formal da cidadania dentro da ordem social comandada pelo capital, sem que se rompa com seu caráter - concreto - imanentemente desigual. Conforme o próprio Marx (2010, p. 41), a *emancipação política* de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui.

A emancipação humana, por sua vez, impõe como condição necessária o fim de qualquer forma de desigualdade, dominação e exploração, sendo necessária a superação da ordem do capital. A partir disso, reconhece-se a imprescindibilidade da luta pela garantia de direitos e políticas públicas eficientes e sustentáveis pautadas na participação social, mas como mediações táticas orientadas a uma estratégia comunista. Nisso, é fulcral que as lutas compreendam as contradições da ordem social vigente e tenham um horizonte que tensione esta ordem, não se contentando com o máximo de emancipação no capitalismo - que continua sendo uma *emancipação* calcada na exploração, opressão e alienação - orientadas à “emancipação real [à] emancipação prática” (Marx, 2010, p. 41).

Os trabalhos também evidenciam como a militância vai além das fronteiras políticas das próprias organizações e luta, adentrando a vida cotidiana e a esfera pessoal, ou melhor,

sendo elas também, como exploraram Portugal, Mezza e Nunes (2018). Ainda de modo a dialogar com a realidade concreta, a militância como organização coletiva é colocada enquanto uma resposta àquilo que está posto, de modo a politizar aquilo que é política, mas que se apresenta como naturalizado e, portanto, apolítico - as relações sociais, de poder e de interesse -, conquistando avanços em prol dos grupos ou classe que lutam por meio de suas próprias lutas (Ferrari & Odeh, 2023; Torrenté, Marques & Torrenté, 2023). A ocupação de espaços foi exemplificada nas entrevistas de Keppler (2011) como uma forma eficaz de mobilização e resistência, que desafia a lógica individualista predominantemente na sociedade e proporciona acolhimento, apoio mútuo e a oportunidade de restabelecer vínculos sociais.

No contexto de violência, criminalização, precarização do trabalho e desemprego vivido pela juventude do MST, constatou-se que apesar das violações, prevalece o conhecimento da legitimidade pelos(as) militantes da causa pela qual lutam e à qual pertencem. A resistência é produzida nos encontros, nas práticas diárias, nas místicas e nos afetos junto aos seus iguais. Os jovens assentados do MST têm o coletivo como um espaço de produção da vida, no qual o estabelecimento de relações sociais amplas e complexas possibilitam o desenvolvimento de uma postura crítica e criativa (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021; Janata, 2012).

No caminho em direção à conscientização e à emancipação, onde a compreensão da realidade se baseia na visão do mundo da classe trabalhadora, esses jovens enfrentam as contradições inerentes ao sistema capitalista. Esse desafio, especialmente quando se trata da manutenção da lógica de produção, impulsiona-os a encontrar na esfera das relações caminhos para modificar as condições de existência e perseverar na luta (Janata, 2012). As experiências e interações nos espaços de aprendizagem fortalecem o sentimento de pertencimento ao movimento e consolidam as convicções dos jovens militantes em relação à luta política para transformar a realidade ao seu redor (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021).

Por exemplo, para Boulos (2017) a participação nas atividades coletivas em ocupações urbanas do MTST, ao contrário do que se pode esperar no senso comum, pois tais momentos de ocupação são de bastante temor, por conta de sua situação temporária, afeita a medidas de reintegração de posse e à violência (sobretudo do braço estatal, a polícia) contribuiu para: “a redução dos escores de depressão, ansiedade e solidão, assim como o aumento do índice de relações sociais” (p. 83). Mesmo os/as militantes em condições físicas, de moradia e socialização precárias, como, por exemplo, a estadia em barracas de lona, falta de luz, saneamento básico etc., as ocupações ampliaram as relações sociais, proporcionaram uma dinâmica de reconhecimento de si e de acolhimento, resgataram a autoestima, produziram ou reforçaram vínculos de solidariedade e uma vivência coletiva de pertencimento. Como resultado, de acordo com a proposta do estudo, toda essa dinâmica se atrelou a remissão de sintomas depressivos.

Dialogando com Paulo Freire (2002), que reconhece a organização das massas populares enquanto prática possível de libertação, é preciso compreender que a transformação da realidade deve ser acompanhada pela ação comprometida com a própria reflexão sobre as condições concretas. O autor enfatiza que a conscientização não é apenas um ato de conhecer ou refletir a realidade, mas também uma escolha, uma decisão e um compromisso. Assim, os espaços de aprendizagem devem despertar a consciência das contradições presentes no mundo humano, levando as pessoas a uma inquietação que impulsiona a ação. Essas contradições, uma vez conscientizadas, tornam mais difícil a acomodação (Freire, 2002). Nesta esteira, Martín-Baró (1996), aponta a conscientização como um dos horizontes da *práxis* psi - a qual generalizamos a outras categorias profissionais e à militância.

Rosa (2017) também mostra como a participação no MST tem o potencial de promover saúde mental. Os entrevistados da pesquisa relataram que fazer parte do movimento social oportunizou o conhecimento de seus direitos sociais e possibilitou outras formas de se

relacionar. A *práxis* política também foi colocada enquanto fundamental para a promoção de saúde e aprendizado no estudo com os usuários de saúde mental, que no movimento de superação da lógica da institucionalização do transtorno mental, assumem o protagonismo nas lutas por seus direitos (Portugal, Mezza & Nunes, 2018).

Em contraposição ao discurso técnico-científico dominante sobre a loucura, os usuários da saúde mental, por meio de mediações de união e solidariedade do coletivo, ocupam espaços públicos e de saúde e produzem aprendizagem prática, ações de educação em saúde e estratégias para enfrentar problemas cotidianos (Torrenté, Marques & Torrenté, 2023). Esse circuito de afetos, como definido por Ferrari e Odeh (2023), é instrumento político que, a partir da formação de vínculos sociais e de solidariedade, estimula o sentimento de pertencimento e a implicação das ações propostas. As autoras argumentam que ao participar de movimentos sociais organizados, como o que analisam - que é do campo da saúde mental -, os indivíduos aceitam o desafio de se afetar de maneiras diferentes, enfrentando o desamparo em conjunto. Desse modo, ao superar o medo de se expor ao outro e às incertezas, se estabelece uma rede de solidariedade, orientando as ações éticas para promover mudanças subjetivas e objetivas, indo além dos interesses pessoais, como, por exemplo: a criação de novas legislações, estratégias de cuidado comunitárias, de controle e participação social, geração de renda, espaços de convivência, eventos culturais e serviços substitutivos de saúde mental (Ferrari & Odeh, 2023).

Numa sociabilidade alienante, moldada na propriedade privada e consequente privatização das formas de viver, de ser e existir, em que “cada um é estranho de si e todos são estranhos entre si” (Marx, 2006), o indivíduo alienado tende a reconhecer a si e ao outro de maneira dissociada do mundo, sem controle ou conhecimento das forças que movem a própria história - enquanto materialização da ação humana - em direção a um horizonte que sequer se apresenta como sendo dos indivíduos e para eles. Nisso, a transformação passa a ser sequestrada do imaginário coletivo. Contudo, em consonância a Costa e Mendes (2021a), o

exercício ativo e contínuo da solidariedade, e uma solidariedade classe (racializada, gendrada), tal como se requer e se produz nos contextos de militância, se apresenta “como oposição a uma lógica de vida que, como vimos, nos aparta e individualiza; como resgate de nossa humanidade desumanizada” (p. 225).

Porém, o processo de conscientização e emancipação não está isento das contradições do sistema capitalista, sobretudo no que se refere à manutenção da lógica de produção. Baltazar (2004) identificou, por exemplo, divergências entre a militância e os projetos de vida de militantes. Para os entrevistados, a mesma experiência militante que contribui para o crescimento pessoal e profissional e que promoveu novos conhecimentos, também reduziu o tempo para o lazer e para a família e foi perpassada pela vivência de discriminação, estigmatização e falta de compreensão das pessoas sobre a militância (Baltazar, 2004).

A violência simbólica também é apontada no estudo de Alves, Fernandes e Mesquita (2021) como parte do cotidiano da juventude do MST, que diante dos estigmas referentes aos sem-terra, sofrem desde ataques pessoais, como também exclusão vivenciada em diferentes contextos. Relatos dos participantes da pesquisa descreveram diferentes situações nas quais os jovens foram rechaçados por causa da não compreensão da comunidade sobre sua militância. Além disso, o estudo destaca que jovens militantes do MST nem sempre são visibilizados nos espaços de atuação política, os quais concebem as ações dos jovens como inadequadas ou imaturas, preservando a lógica adultocêntrica de militância. A juventude, por vezes, tem que construir sua ação política em espaços marginais no movimento, que, por um lado, precariza o protagonismo político institucionalizado, mas, por outro, possibilita a autogestão e a ação política autônoma (Alves, Fernandes & Mesquita, 2021).

A pandemia aliada ao cenário social, político e econômico do país, cujo governo de extrema direita com políticas e ideologias neoliberais e fascistas deixou a classe trabalhadora em situação de ainda maior precariedade, em situações objetivas de morte - considerando as

mais de 700 mil pessoas que morreram neste contexto. A interseção entre pandemia, saúde mental e militância é abordada pelos estudos que divulgam parte das experiências dos militantes durante o contexto da pandemia de Covid-19. Por exemplo, Santos (2022) relata que por mais que a pesquisa não tenha sofrido impactos metodológicos significativos deste contexto, visto que foram feitas as adaptações necessárias para a realização das entrevistas, os resultados expressaram o agravamento da saúde mental relacionado à pandemia. A falta de um planejamento nacional robusto com medidas sanitárias para enfrentar a pandemia, o atraso na vacinação, o desemprego e o agravamento da crise afetaram as condições de vida dos entrevistados, tanto objetivamente quanto subjetivamente. Nesse contexto, a pesquisadora identificou que as relações de camaradagem funcionam como fator de redução do grau de sofrimento psíquico dos militantes, de forma a denunciar a raiz social desta problemática (Santos, 2022).

A militância é, muitas vezes, uma questão de necessidade, devido ao compromisso compartilhado, e não apenas uma escolha. Diante disso, a camaradagem além de estabelecer uma relação política baseada em expectativas de ação em direção a objetivos comuns, fornece um alicerce sólido para a ação política, coletivizando-a e orientando-a com base em um horizonte coletivo. As relações camaradas são um movimento de construção de solidariedade e unidade na luta, uma forma de pertencimento oposto ao sentimento construído na sociabilidade capitalista, a camaradagem é um espaço de encontro, compartilhamento e identificação que traz consigo o pertencimento político em resposta às diversas tentativas ruptura de multidões e movimentos (Boulos, 2017; Dean, 2021).

Mesmo que constituída pelo sofrimento psíquico, a militância também é conformada pela coletivização das expressões desse sofrimento e pelo fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório (Santos, 2022). Nesse sentido, Torrenté, Marques e Torrenté (2023) evidenciam que a experiência de extrema vulnerabilidade permeada por

incertezas, sentimento de desamparo e situações de risco intensificadas pela pandemia trouxeram à tona o valor dos afetos. O movimento de solidariedade ativa foi expresso pelo agenciamento e organização coletiva dos usuários da saúde mental perante os problemas causados e intensificados pela pandemia, desde o sofrimento advindo do distanciamento social e do luto cotidiano, até sofrimento psicossocial promovido pelo desemprego, fome e dificuldade de acesso a serviços de saúde e de assistência social (Torrenté, Marques & Torrenté, 2023).

De modo geral, por mais que haja nos trabalhos analisados uma centralidade no sofrimento psíquico, no adoecimento, denotando concepções de saúde mental que orbitam em torno da doença, seja enquanto sinônimo seja como mera ausência dela, os trabalhos corroboram a constatação de Martín-Baró (2017a), de que não é possível dissociar saúde mental da ordem social. Ou seja, não se trata aqui de saúde mental como algo genérico, abstrato, como se se produzisse num vazio sócio histórico, mas da saúde mental no/do capitalismo, e das suas particularidades no capitalismo dependente brasileiro, de gênese e desenvolvimento colonial, abruptamente desigual, racista, sexista, machista, LGBTQIAPN+fóbico etc..

Ademais, os achados expressam também que se a base da saúde mental, isto é, seu fundamento material, é o conjunto das relações sociais que, por sua vez, se dão no bojo das relações de produção, vinculadas aos meios de produção e seu nível de desenvolvimento, no modo de produção capitalista, é de se esperar que o caráter alienado, exploratório de tais relações se expresse pela via de uma saúde mental mais combatida; ou, ao menos, que acabe não sendo tudo o que pode ser, afinal, diz de indivíduos tolhidos de serem tudo o que podem ser, pois, alienados, explorados, oprimidos (Martín-Baró, 2017a; Costa, 2022). Ao mesmo tempo, no que se refere à militância, os achados demonstram que: seu propósito e horizonte de criação e fortalecimento de relações mais humanizadas e menos alienadas; de vínculos coletivos; de produção de formas de ser e existir em que a exploração e opressão não sejam ao

menos absolutas, unívocas; se coloque a questionar e transformar esta sociabilidade e seus antagonismos, desenvolvendo com e nos militantes um papel de agente consciente em um processo histórico; que tudo isto constitui caminhos para uma produção de vida mais saudável; para a promoção de mais saúde mental *saudável*.

A realidade da militância apreendida a partir dos trabalhos é complexa, dinâmica e multideterminada, ou seja, “não é estática em relação ao tempo e ao espaço” (Vinadé, Guareschi, 2007, p. 3). Nesse sentido, se a militância, coletivamente, se relaciona a um comprometimento com a transformação social, com a emancipação, o coletivo na militância tem o potencial de politizar justamente o que constitui os indivíduos em sua concretude e, logo, a sua saúde mental no capitalismo: as determinações de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade; econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc. Em conformidade a Martín-Baró (2017a, p. 267):

se a base da saúde mental de um povo encontra-se na existência de relações humanizadoras, de vínculos coletivos nos quais e pelos quais se afirma a humanidade pessoal de cada um e não se nega a realidade de ninguém, então a construção de uma sociedade nova ou, pelo menos, melhor e mais justa, não é somente um problema econômico e político; é também, e por princípio, um problema de saúde mental.

Portanto, a militância pode se configurar enquanto espaço e processo para conscientização crítica, autonomia e de construção de outra sociabilidade, que não a alienante. Esse processo de resistência, de luta e de construção de novos caminhos é também uma forma de promoção da saúde. Como muito bem sintetizou o MST na forma de lema: *saúde é a capacidade de lutar contra tudo nos oprime*.¹⁶ Ou seja, sem incorrer em romantizações, a militância, na sua própria dinâmica, produz saúde, tendo consciência ou não disso, e, ao tensionar a ordem vigente, orientada a promover mudanças nas estruturas que afetam a saúde

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=grZ3Dg4LZG8>.

mental, pode contribuir ainda mais para a produção de vida e de saúde mental mais humanizadas. Em suma, se não existe militância sem saúde mental, afinal, não existe indivíduo sem saúde mental, a militância pode configurar um espaço de produção de relações sociais mais humanizadas e, portanto, fortalecer a saúde mental - não só a dos militantes, mas da classe trabalhadora como um todo a partir das suas conquistas.

Desafios e caminhos da militância no que se refere à saúde mental

Entre os encontros e desencontros da militância, Baltazar (2004) aponta para o desafio de se construir um novo mundo com os sujeitos de hoje. A autora chama atenção para a atividade e a identidade militantes que, de forma conservadora, reproduzem papéis cristalizados e dificultam a produção de novos papéis sociais. Desse modo, argumenta que para construir outras condições objetivas de produção de vida, é preciso pensar em como transformar a nossa sociabilidade, para que as relações deem suporte e continuem a reproduzir essas novas condições de vida (Baltazar, 2004).

Até movimentos com uma perspectiva revolucionária, se não abordarem aspectos mais amplos da vida social e não proporem novas formas de relacionamento com os outros, podem incorrer em contradições no seu próprio desenvolvimento e não se orientar a romper com a cultura hegemônica, mas, pelo contrário, a reproduzir e reforçar (Keppler, 2011). Por isso, como apontado por Keppler (2011), é necessário compreender que a militância não se reduz apenas às tarefas objetivas (como se as dimensões objetivas e subjetivas fossem apartadas uma da outra) e, por vezes, uma abordagem “tarefista” e “movimentista” pode afastar da perspectiva de transformação social, sendo uma reprodução da própria lógica alienada do trabalho alienado no/do capitalismo e da sua sofisticação por meio dos processos de flexibilização e intensificação do trabalho. Ou seja, não só os(as) militantes se deparam com um maior número de tarefas em seus próprios trabalhos, e vidas pessoas, como tal cenário também é observado

na militância. Torrenté, Marques e Torrenté (2023) trazem, então, uma problematização necessária quanto às lacunas materiais vivenciadas pela militância, com falta de tempo, de recursos físicos e simbólicos necessários para enfrentar os desafios mais amplos impostos pela conjuntura, em face do próprio avolumamento de tais desafios, ficando, muitas das vezes, sobrecarregados com a urgência de se atender às necessidades mais imediatas, relegando a segundo plano aspectos mais programáticos, da tática e da estratégia.

Também deve-se direcionar a atenção para as armadilhas da forma individualizante que é debatida a promoção de saúde nos espaços de militância. A visão de que o sujeito ao compor espaços coletivos terá, por si só, seu fortalecimento enquanto indivíduo ou grupo, pode resultar na reprodução de uma lógica liberal de fortalecimento do indivíduo e de manutenção da ordem vigente (Keppler, 2011). É preciso que esse debate reconheça que a capacidade de coletivização para enfrentar aquilo que se combate é também promoção de saúde, e que pode se materializar na e pela emancipação coletiva enquanto classe (Keppler, 2011; Boulos, 2017). O estudo de Janata (2012) relata que a juventude a partir do processo de conscientização sobre os direitos e a construção de sensibilidade e habilidade relativas ao mundo da cultura, da arte e do trabalho, pode compreender a realidade a partir de uma visão de mundo da classe trabalhadora, a partir das suas próprias condições de vida e orientadas à transformação delas.

Alguns estudos ainda abordam a saúde mental na e da militância limitada à experiência privada do indivíduo. De modo a recair na armadilha alertada por Keppler (2011), os efeitos transformadores da militância foram compreendidos no âmbito individual, num sentido privatista, por mais que em espaços e contextos coletivos, como, por exemplo: a ruptura de sofrimento, ressignificação das histórias, empoderamento, reinvenção do cotidiano e elaboração de novas modalidades de lidar com a alteridade (Portugal, Mezza & Nunes, 2018). Ao investigar o potencial terapêutico da participação em movimentos sociais, Rosa (2017) também reproduz essa lógica quando os fatores terapêuticos elencados também se restringiram

aos efeitos subjetivos desse processo. Na mesma lógica, no trabalho de Baltazar (2004), as expressões de promoção de saúde mental são reduzidas a como o sujeito se sente útil, reconhecido, respeitado ou como ser militante auxilia no crescimento pessoal e profissional. O sofrimento que perpassa a militância também é colocado dentro do que é privado, o militante sofre por abrir mão dos estudos, por não ter tempo suficiente para militar, trabalhar, estudar e se relacionar.

Numa ordem privatista-individualizante, Keppler (2011) debate a relevância do reconhecimento do processo de saúde-doença no contexto da militância em seu caráter social e da necessidade do cuidado para e na saúde. Muitas vezes, essa busca pelo cuidado é uma estratégia implementada quando o problema de saúde transcende o âmbito coletivo e se torna uma questão individual, localizada em determinados indivíduos, como se fosse uma *questão deles*, ou seja, algo individual-privativo, e não algo que se expressa singularmente neles e por eles, mas que é produzida coletivamente, sendo determinada socialmente. Nesse espaço, o militante não se afasta do coletivo, mas quando o conflito é entendido como patológico, algo que foge da norma (da própria organização), ele é colocado como algo *do* sujeito, de modo que seu afastamento é concebido e tratado como suposta solução. O suporte psicológico é um instrumento utilizado para tentar lidar com uma lacuna que o contexto da militância não consegue atender. Essa lacuna envolve a capacidade de colocar o indivíduo e seus desafios provenientes da luta cotidiana em um contexto mais amplo, tanto dentro quanto fora do movimento, em conjunção com os compromissos do movimento (Keppler, 2011); ou seja, trata-se de um problema coletivo, a ser resolvido coletivamente - ou, ao menos assim deveria ser num contexto de militância.

No estudo de Santos (2022), também foram identificadas nas organizações militantes analisadas duas estratégias para lidar com manifestações de sofrimento psíquico. Ambas descontextualizam o caráter social do sofrimento psíquico e dos conflitos político-econômicos,

de modo que, ao agirem dessa forma, mostram-se descompassadas com um projeto abrangente para a classe - inclusive, para a lida com a saúde mental da classe trabalhadora. As estratégias expressaram uma difusão de valores funcionalistas e conservadores sobre o sofrimento psíquico, especialmente por setores ligados à saúde. Em primeiro lugar, houve a culpabilização dos indivíduos, responsabilizando-os exclusivamente pela sua situação de sofrimento, em meio a uma crença difusa de que o ambiente social é naturalmente repleto de desafios e que a adaptação contínua é necessária; algo como um tipo ideal militante que não sofre; uma certa forma de *ser militante* que seria imune ao sofrimento, ao passo que, caso haja tal sofrimento, o indivíduo estaria negando, se opondo a tal *ser militante*. A segunda estratégia implicou a patologização do sofrimento psíquico pelo sistema, levando à intervenção biomédica e ao uso excessivo de medicamentos, reproduzindo uma lógica de medicalização da vida, mesmo quando não era necessário (Santos, 2022).

Além disso, durante a pesquisa de Santos (2022), foi quase unânime a constatação de que a saúde mental e o debate sobre o sofrimento psíquico não ocupavam um papel central ou relevante no cotidiano dos militantes dos partidos analisados. Apesar de considerarem a sua importância para uma melhor organização das estratégias de luta, os entrevistados destacaram a quase inexistência de ações políticas relacionadas a essas questões, sendo pontuais e relativas a casos urgentes. Identificou-se também lacunas no debate e nas ações políticas externas para a saúde mental nas três organizações, evidenciando a falta de um diagnóstico atual da gravidade da massificação do sofrimento psíquico na classe e, por consequência, a limitação na formulação de políticas ou ações bem elaboradas (Santos, 2022).

Contudo, cabe aqui uma ressalva que se refere à reprodução hegemônica da concepção de saúde mental como sinônimo ou ausência de doença e/ou sofrimento psíquico também nos espaços e nas organizações militantes abarcadas e na própria literatura. Por conseguinte, o cuidado é entendido exclusiva ou fundamentalmente como sinônimo de psicoterapia,

medicação, dentre outras estratégias e ferramentas legadas pelo campo psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria), de caráter individual-privativo. Ora, nestes marcos, as organizações políticas serão sempre lacunares, suas iniciativas sempre serão insuficientes - quando existentes -, até porque não necessariamente se propõem a serem dispositivos assistenciais. Isso não significa que não lancem mão - ou que não devam lançar mão - de iniciativas de cuidado, ainda mais se concebemos saúde mental como produção de vida, como expressão desta, em termos de como os indivíduos se produzem, se fazem a partir daquilo/naquilo que é feito deles e com eles. Também não significa minimizar ou deslegitimar o sofrimento dos/as militantes, as críticas necessárias, mas, ao mesmo tempo, contribuir para uma maior conscientização acerca do que é saúde mental e, nisso, do que é cuidado, de modo que um dos horizontes fundamentais da militância no que se refere à saúde mental - inclusive a de seus militantes -, é o seu papel de politização dela, de seu caráter e determinação sociais, políticos, algo que passa, necessariamente, pela conscientização (Freire, 2002; Martín-Baró, 1996) e coletivização dos meios para a lida com ela. Em consonância com a Costa et al. (no prelo):

No caso da militância em específico, toda vez que uma organização, seja ela na forma de partido político, sindicato, movimento social, se ocupa de suas formas organizativas, ela está abordando e atuando *na* saúde mental. Quando nos mobilizamos para atender as necessidades concretas e imediatas de companheiros(as) e camaradas, estamos fortalecendo a saúde mental deles(as) e a nossa, pois estamos nos humanizando neste processo, mesmo que desumanizados. Quando barramos coletivamente mais uma iniciativa que vai impactar negativamente na vida da classe trabalhadora (mais uma contrarreforma, um pedido de reintegração de posse, demais medidas autoritárias etc.), quando conquistamos algum direito, estamos atuando positivamente em e com nossa saúde mental. Apropriar-se da saúde mental implica, pois, um movimento de apropriação dos indivíduos sobre si e suas próprias vidas.

Por um lado, a predominância do olhar para a saúde mental a partir do prisma do sofrimento, da doença - quando não reduzida a isto - também diz de uma realidade na qual o sofrimento psíquico tem se recrudescido e generalizado, atrelado ao próprio movimento cada vez mais destrutivo do capital contra a classe trabalhadora, à humanidade como um todo. Parafraçando Marx (2006, p. 28), a saúde mental “não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral”. Logo, nos marcos de uma correlação de forças em que a classe trabalhadora se encontra mais reativa, e que o capital avança sua marcha espoliativa, exploratória e opressiva, resultando em uma deterioração e precarização das condições de vida, é de se esperar que isto se expresse tendencialmente na forma de uma saúde mental mais combatida - com a militância não passando ileso a tal processo.

Por outro lado, sendo sintoma da luta social, esta mesma militância passa a ser ainda mais necessária, devendo ser fortalecida, se fortalecer, para que tal(is) luta(s) se manifestem pela via de uma saúde mental mais fortalecida, mais humanizada. O sofrimento psíquico de militantes denota, de maneira ainda mais evidenciada, o seu caráter dialético de *sintoma* e *denúncia*, *protesto*. Contudo, é um projeto, uma denúncia que atenta contra o denunciante, o ser que sofre, o/a militante que está em sofrimento psíquico, afinal é uma das manifestações da alienação de um indivíduo (alienado), da negação de sua humanidade enquanto ser social, não devendo, em hipótese alguma ser romantizado (Costa, 2022). Não à toa, a loucura historicamente foi tratada como *alienação mental*. Nesse ínterim, tal sofrimento psíquico atenta também contra a militância; e, ao atentar contra a militância fortalece a sociabilidade contra a qual ela se volta, a qual ela busca transformar; atenta, pois, contra a classe trabalhadora como um todo, contra a humanidade. Tudo isso só reitera a importância de se dar a devida atenção à saúde mental na e da militância.

Apesar das limitações da análise a partir da lógica hegemônica de saúde mental, é possível perceber que a saúde mental da e na militância também se expressou nos resultados

das pesquisas como produto das relações sociais, em consonância ao apregoado por Martín-Baró (2017a). Nos estudos de Boulos (2017) e Rosa (2017), a militância foi apreendida enquanto fator terapêutico sendo que este só existe pela relação com o outro. Quanto ao primeiro, o fator terapêutico refere-se à oposição de uma dinâmica de isolamento social, fomentando: ampliação das relações sociais, reconhecimento/acolhimento, resgate de autoestima, vínculo de solidariedade e pertencimento (Boulos, 2017). O autor ainda sinaliza quatro momentos fundamentais nas ocupações para isto: a entrada na ocupação, o acolhimento e sua vinculação; a vivência coletiva cotidiana; a participação nas tarefas e construção de papéis; e o protagonismo nas mobilizações. Já no caso do segundo, constatou-se a instilação de esperança fortalecida pela interação no grupo, a universalidade percebida ao compartilharem problemas e sonhos semelhantes, o acolhimento e o sentimento de pertencimento ao coletivo, o desenvolvimento de técnicas de socialização e a aprendizagem a partir da observação de outros membros do grupo. Contudo, há de se problematizar tais efeitos e o próprio sentido da militância, mesmo naquilo que ela produz de mais humanizado, como se fosse *terapêutico*, sob o signo da *terapia*. Isso não só remete ao campo psi, sendo, pois, reprodução de uma lógica de psicologização da saúde mental - e da própria militância -, como também pode estar atrelado a uma certa romantização da luta, da militância, como se tivessem em si mesmas um propósito de cura ou que tal cura fosse possível e desejada pela militância. Lemas como o da *luta que cura!* (Fernandes, 2011), ao contrário do que ensejam, podem resultar numa deslegitimação da própria luta, a partir da confrontação com a realidade de que a *luta não cura*.

Militância não é terapia, não é tratamento, o que não significa que não possa ter implicações positivas na saúde mental das pessoas; pelo contrário, é isto que desejamos. Da mesma forma, não queremos dizer que os/as militantes não devam procurar por alternativas (psico)terapêuticas, tendo o devido suporte de suas respectivas organizações neste processo. O que a militância e as organizações militantes se propõem não pode ser, portanto, tratado

enquanto terapia, analisado e entendido pela chave médica, da psicologia, sob pena de ser descaracterizado. Ademais, se pela militância se coloca a produção de uma vida mais humanizada, menos alienada, isso não diz de um suposto caráter terapêutico dela, mas, ao contrário, refere-se ao caráter sofredor e de uma produção cada vez mais generalizada de sofrimento da sociabilidade contra a qual a militância se impõe.

Tendo em vista que a militância está imersa em contradições que podem resultar em conflitos e em sofrimento, é preciso encarar e se apropriar dessas contradições para buscar desenvolver uma consciência que possa contribuir para o processo de transformação social, conectando o projeto político, os meios de luta (as mediações táticas), com a realidade da luta cotidiana (Keppler, 2011). Janata (2012) aborda a militância enquanto um espaço de produção de vida, e, portanto, de saúde mental, que é permeado pelo sofrimento humano, mas reconhece que por mais que este sofrimento esteja no espaço de militância, ele é produto da sociabilidade capitalista e não algo da militância *per se*. Segundo Magalhães (2019, s/p.) “certas formas de sofrimento psíquico de militantes políticos reproduzem internamente sintomas típicos oriundos da forma de reprodução neoliberal do modo de produção capitalista”. Procura-se, então, canalizar esforços para apreender as raízes estruturais do sofrimento, criando espaços coletivos de bem-estar, especialmente na esfera política, para contrapor uma sociedade que utiliza o sofrimento para a produtividade (Santos, 2022). Em conformidade a Keppler (2017, s/p.), é necessário tomar cuidado para não imputar à militância, o que é responsabilidade do modo de produção capitalista o qual ela se opõe, sendo ele o *problema*, e não a militância:

Quando responsabilizamos a militância pelo nosso adoecimento mental, estamos responsabilizando o instrumento (ou o caminho) [...] Se alegamos que a militância é que esmaga a vida pessoal e a saúde mental dos militantes, a conclusão é apostar em cuidar de sua vida individual, ou considerar-se um mártir que as pessoas vão admirar, mas de forma alguma vão fazer igual (Keppler, 2017, s/p.).

Diante disso, Santos (2022) afirma que é crucial considerar tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva do sofrimento, até porque elas se fazem na relação uma com a outra, dialeticamente, pois sua manifestação varia de pessoa para pessoa, de acordo com as singularidades, mediadas pelas particularidades sociais; ou seja, a partir de como o indivíduo subjetiva a realidade objetiva e, nisso, produz novas (e velhas) objetivações por meio de sua ação. Além disso, a autora reconhece que a militância, embora crucial para a transformação social, não pode eliminar completamente o sofrimento psíquico, e a consideração dessa limitação é essencial para não reproduzir romantizações e idealizações que se voltam contra a própria militância, deslegitimando-a por algo que está para além de sua capacidade de resolução. Assim, a autora resgata o debate de Keppler (2011; 2017) e reforça que o olhar não deve se restringir à militância, mas sim se direcionar ao sistema capitalista que gera grande parte desse sofrimento.

Perante esta realidade, Torrenté, Marques e Torrenté (2023) levantam uma reflexão dialética indagando se esse cenário impede a resistência ou a fomenta. Para os autores, as organizações políticas, nas suas variadas formas e dinâmicas, não têm tido o tempo nem os recursos materiais e emocionais necessários para enfrentar os desafios mais amplos impostos pela conjuntura, pois estão sobrecarregados com a urgência de atender às necessidades imediatas, como a luta contra a fome e a ameaça de morte. A própria *resistência* como horizonte e insígnia da militância já diz de um horizonte rebaixado, atrelado a uma correlação de forças que parece recuar cada vez mais quanto à capacidade mobilizadora e transformadora da classe trabalhadora. Não obstante, por intermédio de uma solidariedade que se opõe ao individualismo cada vez mais exacerbado e à indiferença, apontam que, mesmo com tais limitações, resistências têm sido fomentadas, ao qual acrescentamos: que consigam avançar para além da resistência, até porque “[n]ão fazendo isso, o plano de discussão pode, já no futuro próximo,

deixar de ser sobre se ela [a saúde mental] será boa ou má, saudável ou mórbida, para se haver a saúde mental” (Costa & Mendes, 2021a, p. 229).

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE ESTA REVISÃO DA LITERATURA

No presente estudo, objetivamos apreender como a saúde mental na e da militância comparece na produção acadêmica; o que a literatura tem dito (e como tem dito) sobre a saúde mental na e da militância. A partir de uma revisão narrativa da literatura e sem nenhum intuito de esgotamento do debate, até por conta da sua complexidade, analisamos o que a própria academia concebe e extrai em termos da militância, na sua diversidade organizativa, tática, estratégica, e como se dá a produção de saúde mental nela e por ela. Nisso, extraímos alguns caminhos, mesmo que atravessados por inúmeros desafios, de modo a potencializar o entendimento e a abordagem da saúde mental na e pela militância.

Mesmo que ainda incipiente e muito recente, encontramos trabalhos sobre saúde mental em partidos e movimentos sociais e populares que pautam a luta pela terra, pela moradia, bem como aqueles que são do próprio campo da saúde mental (da Luta Antimanicomial). O panorama encontrado demonstra a diversidade de contextos de atuação, formas organizativas, táticas e estratégias presentes na militância.

Constatamos a predominância do olhar para a saúde mental na e da militância pelo prisma do sofrimento psíquico, da doença. Além de expressar a própria hegemonia sobre o tema, isso pode estar relacionado às próprias escolhas e limitações metodológicas e ao crescimento da relevância do tema, ao mesmo tempo que tal crescimento tem estado atrelado ao aumento e generalização do sofrimento psíquico como um todo, atravessando também a militância.

No entanto, apesar das limitações da análise a partir da lógica hegemônica de saúde mental, os estudos demonstraram que a saúde mental da e na militância se expressou como

produto das relações sociais. Mesmo que atravessada pelo sofrimento psíquico, ao ser constituída tanto pela coletivização dos problemas e das possíveis saídas quanto pelo fortalecimento de vínculos políticos de cunho humanizador e emancipatório, a militância se mostra um espaço não só relevante, mas necessário em termos de produção de uma saúde mental mais humanizada, mais fortalecida, seja de seus militantes, seja da sociedade como um todo, resultado de suas lutas. Dessa forma, fica evidente que, a despeito de seus limites, contradições, o problema não é a militância em si e seus instrumentos de organização e luta (partidos, sindicatos, movimentos sociais e populares), mas da própria sociabilidade contra qual tal militância se põe e que opera no sentido de tolher, precarizar nossas condições de vida e, portanto, a saúde mental.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA EMPÍRICA

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra POESIA

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra SABEDORIA

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra REBELDIA

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra TEIMOSIA

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra UTOPIA.

Samba da Utopia - Jonathan Silva¹⁷

Os grupos focais foram realizados separadamente, de forma que em cada encontro só estivessem presentes as pessoas da mesma organização. Essa escolha se deu, em um primeiro momento, para que os(as) participantes se sentissem à vontade para compartilhar as suas experiências com pessoas conhecidas e com quem mantém relação de confiança, pelo pertencimento do mesmo grupo. Além disso, a escolha também teve por objetivo observar o comportamento de cada grupo em interação e, por fim, por escolha dos(as) participantes pela

¹⁷ Em memória e eternizado na voz da militante antimanicomial e psicóloga Dra. Juliana Pacheco no vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=_kS9IRWfGe4.

manutenção do sigilo quanto a suas identidades e das organizações militantes. Nesse sentido, apresentações quanto às organizações e aos participantes serão realizadas de formas genéricas, com a intenção de evitar a apresentação de características que permitam a identificação dessas pessoas. Este cuidado ético, por sua vez, impõe algumas dificuldades e limitações, pois, em determinados momentos, os caminhos da discussão convidam a uma maior explicitação dos pressupostos, horizontes das organizações. A nosso ver, mesmo que o conteúdo das falas e a consequente discussão não traga nenhum prejuízo às organizações - nosso intuito é o oposto -, optou-se por não fazer alguns aprofundamentos que seriam necessários, pois possibilitariam a identificação das organizações e de alguns participantes.

Os(as) participantes são pessoas jovens, com idades estimadas entre 18 e 35 anos, residentes em diferentes localidades do DF, com graduação concluída ou em andamento. Ao todo foram, oito mulheres e três homens, sendo dois homens e uma mulher da organização A; três mulheres e um homem da organização B; e 4 mulheres da organização C. Nesse sentido, tornou-se evidente a preponderância de mulheres e de pessoas jovens e com acesso à educação formal (nível superior) entre os(as) participantes, o que, por sua vez, também denota uma posição social entre as franjas médias da classe trabalhadora. Há entre os grupos uma diversidade quanto à forma organizativa, mas com predominância de coletivos partidários, quanto a contextos e pautas de maior inserção, mas existe um elemento em comum entre eles que é a hegemonia do marxismo, o que implica em maior possibilidade de diálogo entre os grupos.

A partir das falas dos e das participantes, categorias foram organizadas conforme quatro eixos temáticos. Essa categorização se configura como tentativa de organizar os sentidos apreendidos no que foi identificado na coleta de dados. Dessa forma, a organização foi feita de modo a tornar a leitura mais didática e operacionalizar a expressão dos resultados, mas é importante frisar que a separação em tópicos e a nomeação aqui utilizada não implica na

fragmentação dos sentidos, uma vez que elas se estabelecem nas relações umas com as outras.

Nesse sentido, a categorização está organizada na forma da Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Resultados expressos em categorias e eixos temáticos

Eixo 1 - Os sentidos da militância	
Militância como produção de vida	
Militância que dá sentido à vida	
Militância como sobrevivência	
Militância como organização coletiva	
Militância com o horizonte de transformação	
Eixo 2 - Militância e juventude: “Juventude sequestrada de imaginário de mudança”	
Contexto universitário	
Dificuldade de mobilização	
A juventude na luta	
Eixo 3 - Particularidade da militância no DF - Cidade planejada para erradicar a luta	
Centro-periferia	
Territorialidade	
Desigualdades territoriais	
Dificuldade de articulação entre organizações aliadas no DF	
DF como centro político	
Eixo 4 - Saúde mental <i>na e da</i> militância	
A vida não é feita para militar: os desafios e sofrimento psíquico <i>na e da</i> militância.	A luta torna a vida possível: as potencialidades <i>da e na</i> militância
Organização atravessada pela lógica produtivista	Estratégias coletivas para lidar com saúde mental de militantes
Sobrecarga	Formas particulares de lidar com o sofrimento
A mulher militante	Desindividualização/coletivização do sofrimento
Fatalismo	Formas particulares para lidar com o sofrimento
Fragmentação do(a) militante	Comprometimento
Negação da singularidade	Alinhamento político-ideológico
Psicologização do sofrimento na militância	Desalienação
Militância voltada para a institucionalidade	Resgate da memória da luta
Militância atravessada pelo sofrimento	Camaradagem
Falta de estratégias para lidar com sofrimento	

Fonte: Elaboração própria

OS SENTIDOS DA MILITÂNCIA

Para identificar as concepções dos e das militantes acerca da saúde mental, e entendendo que é um conceito polissêmico, dinâmico e complexo, foi necessário construir o

roteiro semiestruturado dos grupos focais, no qual os(as) participantes também pudessem falar sobre suas compreensões mais amplas sobre a própria militância. Além de falar sobre o que é militância, eles (as) também foram convocados(as) a refletir sobre a realidade do DF no que se refere às suas particularidades e conseqüentes especificidades na dinâmica militante.

A partir disso, foi possível identificar algumas convergências entre as organizações do DF. Há aqui uma busca por demonstrar nuances da dinâmica militante que foram extraídos a partir da realidade concreta dos(as) participantes e que permite uma análise totalizante do objeto. Nesse sentido, foram identificados alguns sentidos da militância a partir das falas nos grupos focais, que serão apresentados e debatidos.

Dois sentidos que são mencionados de forma relevante na fala de todos(as) os(as) participantes e frequentemente utilizados conjuntamente são: a) militância como organização coletiva; e b) militância como horizonte de transformação. Parece haver um consenso sobre militância como algo que se constrói coletivamente, e essa coletividade é apontada como condição para alcançar as transformações da realidade, assim como também é apontado como algo que fortalece esses sujeitos, seja enquanto grupo ou singularmente, conforme exemplifica o Participante A3: “Eu, se eu não estivesse organizado, eu não estaria... eu estaria definitivamente desesperado” (Participante A3)

Além da expressão da organização coletiva como parte de uma definição de militância e como algo que favorece a saúde mental desses sujeitos, há ainda a dimensão do comprometimento que se estabelece a partir dessa coletividade, seja com ela própria e com a transformação. O comprometimento ao ser apontado como algo que se estabelece com a transformação social, abarca uma coletividade em sentido mais amplo, mas há também um comprometimento com o próprio grupo, a organização a qual se pertence.

Esse comprometimento que se expressa também como forma de pertencimento, se fundamenta em uma visão de mundo coletivizada - ao mesmo tempo que a desenvolve -, o que

significa que, na convergência de singularidades, com suas diversidades, cria-se uma totalidade mais complexa, que é o grupo; a organização política como síntese, unidade na diversidade. Essa organização, que se torna essa totalidade, é mais do que a soma de pessoas, passando a ser espaço e processo de partilha, de socialização e de análises sobre a realidade que, pela multiplicidade de olhares críticos, tornam-se também mais complexas. A relação disso com a saúde mental é explicitada por um dos participantes quando aponta que “a cultura coletiva de cada organização acaba influenciando na saúde mental dos militantes de cada organização, né?” (Participante B2).

Isso significa que entre tudo o que envolve a dinâmica da própria organização - chamada de *cultura* pelo Participante A3 - constitui a saúde mental desses(as) militantes, tanto em sentidos favoráveis quanto desfavoráveis. E isso deve ser visto com atenção, uma vez que pode ser lido como um indicativo de que as organizações políticas precisam se atentar às dinâmicas internas, entendendo que a saúde mental dos(as) militantes que as compõem é impactada. Por outro lado, é importante também não incorrer no reducionismo e salvacionismo de que a militância salvará o mundo e a própria militância, pois enfatiza-se que as determinações sociais são múltiplas e complexas e que as transformações da realidade de cada organização se dão em paralelo ao processo da transformação social da própria sociedade, não sendo estas isentas das contradições gerais.

Esse apontamento de militância como um “projeto coletivo de transformação social” é explicitado pelos(as) participantes e não se configura apenas como um modo de dizer típico desses grupos. Essa noção de coletividade por e para uma transformação, encontra-se de modo central na conceituação também na literatura (Keppler, 2011; Baltazar, 2004). Pode-se afirmar, então, que diante das múltiplas facetas, e das heterogeneidades das organizações militantes, um ponto em comum que atravessa todo(a) militante é que este(a) é um sujeito que se organiza coletivamente em razão de uma transformação social.

Em consonância com Fernandes (2011), “[é] diante desse desafio que me parece crucial atentarmos para algumas *demandas subjetivas* do nosso povo” (s/p.). O autor, na primeira de três partes de seu escrito *Luta que cura!*, aponta como as mobilizações de massa são relevantes por serem instrumentos necessários para conquistas da classe trabalhadora, por formarem seus militantes política e organizativamente, mas, também, daquilo que ele denomina de *dimensão terapêutica* dos processos de mobilização em massa e de luta. Ainda segundo o autor, numa longa, mas necessária passagem:

As virtudes terapêuticas de uma mobilização popular costumam surgir a despeito da intenção, ou mesmo da consciência, de suas lideranças políticas, o que não diminui a sua importância, muito pelo contrário. Mas a hipótese que eu gostaria de lançar aqui é que: assim como no plano das análises de conjuntura, ou da escolha do momento correto de se lançar numa mobilização, é necessário um conhecimento profundo das relações de forças políticas e econômicas de uma determinada sociedade, bem como das *demandas materiais* que nos movem à luta (como terra, teto ou melhores salários), também haveremos de avançar política e organizativamente se formos capazes de atinar para as “relações de forças subjetivas” envolvidas na arena da luta de classes, se soubermos interpretar as nossas *demandas simbólicas* e dar coletivamente respostas eficientes a tais demandas. Em suma, estou tentando sugerir que o conhecimento sobre os elementos imaginários, simbólicos, e até mesmo inconscientes de um povo, ou seja, tudo aquilo que diz respeito aos aspectos subjetivos – ou psicossociais – envolvidos nas lutas populares – e que muitos de nós chamamos simplesmente de “mística” –, pode servir como um poderoso instrumento capaz de potencializar nossa capacidade mobilizatória e, por consequência, aumentar nossa força política e social (Fernandes, 2011, s/p.).

As reflexões do autor vão na direção das constatações de Torrenté, Marques e Torrenté (2023) ao trazerem a relevância da dimensão subjetiva no contexto de militância durante a pandemia, mais especificamente, a centralidade do que consideram por *afeto*, algo que também é explicitado por Ferrari e Odeh (2023). Tais afetos são entendidos pelas autoras como instrumento político, ao qual acrescentamos ser também substância da política, da militância. Acrescentamos também a necessidade de que até mesmo os *afetos* contrários à ordem social estabelecida, como o ódio de classe, a discordância e o desprezo à opressão, à exploração, sendo igualmente afetos, podem ser substância e instrumento políticos fundamentais para a militância e, nisso, para a saúde mental na e da militância.

Ainda quanto ao caráter coletivo da militância, houve também uma diferenciação significativa entre *militância* e *ativismo* apontada na fala a seguir:

Eu queria só dar um adendo que é muito importante, que é a diferença do ativismo, né? E pra mim é muito importante essa diferenciação, porque ativismo tá mais atrelado a uma luta individual, né? Que ela pode ou não servir ao coletivo, mas ela é uma ação mais individual. E a militância não, a militância já é algo ao serviço e compromisso coletivo, né? E é justamente por isso que eles tentam também - a mídia hegemônica e tudo mais - tentam tanto não usar essa palavra, né? Tratam a gente sempre como ativistas (Participante B2).

Comumente há a utilização dos termos como sinônimos na literatura nacional, mas ambas têm conotações e sentido políticos distintos. Ao debater sobre as diferenças sobre as terminações, Sales, Fontes & Yasui (2018) resgatam reflexões do MPL (Movimento Passe Livre) de São Paulo, cuja autodenominação reivindicada é a de “ativistas” e isso não se dá como uma opção estritamente terminológica, pois carrega uma concepção, crítica e negação de outras, como “militantes”. Segundo os autores, o MPL se apresenta como um “ente aglutinador de participação social e engajamento cidadão, autogerido, com forte apelo à horizontalidade no

exercício das relações de poder, e com uma pauta de caráter transversal às classes sociais - mobilidade humana em centros urbanos” (p. 574). Sales (2019) complementa a reflexão em sua tese apontando que há nos chamados “Novos Movimentos Sociais” uma tentativa de negar organizações operárias, como partidos e sindicatos por “por criticar nele um excesso de centralização das informações e decisões, assimetria nas relações de poder e pouco espaço para participação dos membros na construção das ações a serem desenvolvidas” (p. 30). Nesse sentido, o MPL seria um exemplo de movimento social brasileiro que reivindica o uso de “ativismo” numa rejeição às formas organizativas de partidos, sindicatos e outras organizações políticas que chamam de “esquerda institucional”, que seriam pautadas em uma hierarquia e centralização de informações e decisões. Em considerações finais, Sales (2019, p. 121) apregoa que “ambientes militantes tendem a valorizar disciplina, centralização e heteronomia, enquanto os ativistas incentivam experimentação, horizontalidade e autonomia”, sendo estas as principais diferenças identificadas por ele sobre militância e ativismo.

Sem querer adentrar no debate, o que nos faria fugir de nosso propósito, mas sem deixá-lo sem nenhum tipo de amarração - mesmo que solta, inconclusa -, questionamos certa ode ao *ativismo* (enquanto organizador da *tática*) dos trabalhos supracitados (Sales, Fontes & Yasui, 2018; Sales, 2019) como contraponto à *militância*, o que, por sua vez, é expressão de certa negação ou desconsideração do marxismo, da luta de classes, de alguns de seus instrumentos de luta (como os partidos e os sindicatos) e das estratégias socialista e comunista para uma defesa em abstrato da democracia - e de uma democracia em abstrato (como estratégia). Por exemplo, em um dos trabalhos se conclui que “organizações como o Syriza na Grécia, os movimentos de candidaturas cidadãs e a formação do Podemos na Espanha são expressões significativas dessas tentativas de reinvenção da democracia”. Ora, se podemos falar de uma “reinvenção da democracia” (Sales, Fontes & Yasui, 2018, p. 575), a partir de tais casos concretos, ela se põe muito mais como *mais do mesmo*, um *novo-velho*. O caso do Syriza é

ainda mais emblemático, pois a sua capitulação implicou não apenas a perda de credibilidade do partido, de seus principais nomes, mas o assentamento de um terreno fértil para o ascenso e/ou ganho de força do conservadorismo e da extrema-direita. Neste caso, a *democracia reinventada* tem cheirado ao velho fascismo, ou o *neofascismo*. E se o horizonte de luta - necessário, vide o nível de destruição da vida, do meio ambiente - não for a *reinvenção da democracia*, seja o que isso queira dizer, mas a invenção, de fato, de uma ordem democrática, o que significa não a reforma do que é irreformável, o capitalismo, mas a sua superação?

Ainda, no caso bastante abordado pelos autores supracitados, o do MPL, não reproduzimos *narrativas* que imputam a ele e à sua justa - e necessária - luta por menores preços de passagem e melhores condições de mobilidade urbana a responsabilidade pelo *golpe de 2016* e ascensão neofascista, tendo em Bolsonaro o seu capilarizador e o *bolsonarismo* a sua faceta mais aparente. Muito menos demonizamos aspectos táticos de tais movimentos, como as ações diretas, como foi feito com os chamados *black blocs*. Contudo, há de se problematizar como a lógica autonomista, horizontalizada, também contribuiu para a perda de forças do movimento, a diluição de suas - repetimos, justas e necessárias - reivindicações. Há de se apontar inúmeras lacunas nos/dos próprios instrumentos clássicos, mais tradicionais de luta (p. ex., os partidos e sindicatos) e suas responsabilidades neste processo. Contudo, foi se forjando um terreno *antipartido* (e não quaisquer partidos, mas os de esquerda, de organização da classe trabalhadora, sobretudo os de orientação socialista ou comunista - e, em extensão, um *antimarxismo*), muito bem fomentado pela burguesia, com destaque aos meios de comunicação em massa, à grande imprensa, de modo que

A reacionária ideologia *antipartido*, além de ter contribuído para que nenhuma direção política organizada (movimentos, comitês etc.) pudesse representar as mobilizações e pleitear suas reivindicações junto ao Estado, criou também um ambiente ideológico propício para que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, grupos de ultradireita e

mercenários a soldo do Estado, respectivamente, pudessem acossar os militantes da esquerda radical, em especial os que portavam faixas e adereços do movimento sindical, dos movimentos sociais e bandeiras de pequenas agremiações partidárias. Desse modo, a tentativa (em boa parte, exitosa) de fabricação midiática de um *consenso antipartido* entre uma grande massa de manifestantes permitiu que manifestantes da esquerda radical fossem reprimidos com a trágica cumplicidade de muitos que, roboticamente, repetiam o lema fascista de que “o meu partido é o Brasil” e hostilizavam a presença de qualquer bandeira (sobretudo as vermelhas) que não fosse a nacional - pouco tempo depois, em março de 2015, tal lema já apareceria correlacionado a outro, logo popularizado nas ruas e nas redes: “nossa bandeira jamais será vermelha” [...] (Demier, 2023, p. 69)

Concordamos, portanto, com Neves (2020) que questiona o próprio divórcio presente na caracterização de “novos” e “velhos” movimentos sociais, que “são e não são novos” (p. 37), afinal:

se é verdade, por um lado, que lutas de segmentos sociais oprimidos, dirigidas contra outros grupos e organizadas a partir de afinidades e da resistência a opressões experimentadas em comum, ocorrem milenarmente, por outro lado isso não se desenrola contra um pano de fundo indiferenciado, suspenso na história (Neves, 2020, pp. 37/38).

Além disso, “[u]ma coisa é reconhecer que há relação entre o declínio de certas formas organizativas do movimento operário e a emergência de movimentos sociais diversificados, expressando a diversidade constitutiva do próprio proletariado” (p. 48), mas, ao mesmo tempo “ela não implica que o surgimento, e, sobretudo, o desenvolvimento de ‘novos’ movimentos sociais se dê desprezando a experiência de luta anteriormente acumulada, nem tampouco se antagonizando a um projeto societário comunista” (p. 48). Ainda em diálogo com o autor, “o

declínio de certas formas organizativas do proletariado e das classes trabalhadoras pode ser o prenúncio de um contraditório processo de recomposição, ou reposicionamento, de suas lutas” (Neves, 2020, p. 48). Ou seja, como em alguns dos exemplos supracitados, o declínio de formas organizativas como os partidos, os sindicatos, não necessariamente foi superado por outros instrumentos de luta capazes de avançar com as lutas e conquistas da classe trabalhadora como um todo - o que também não nega uma série de avanços, por mais que limitados, em direitos que remetem à constituição plural e diversa desta classe, que não é abstrata, genérica.

Indagamos como a negação de instrumentos *clássicos* de luta e, nisso, do marxismo, daquilo que é constitutivo dele, a apreensão da totalidade (desde um prisma analítico, mas também de luta, de *práxis* política) e seu movimento dialético, contraditório, no qual o concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, a unidade na diversidade (Marx, 2008), pode contribuir para que a própria militância seja concebida e se transforme em um conjunto de

movimentos autonomizados, autocentrados, não visualizando a incursão destas pautas numa totalidade e adquirindo um senso universalizante e anticapitalista, ao menos voltado para as maiorias populares exploradas e oprimidas que constituem a classe trabalhadora, restring[indo] a capacidade dos próprios indivíduos de se depararem e compreenderem o contexto geral e as condições concretas em que estas temáticas estão circunscritas; ou seja, o sistema que as rege e como transformá-lo substancialmente em prol dos que são explorados e oprimidos (Costa & Mendes, 2020b, pp. 482/483).

Estas reflexões se atrelam à compreensão (crítica) apresentada pela Participante B2, que refere o *ativismo* como algo atrelado a uma luta de caráter mais individual, numa modalidade horizontalizada, autonomizada, mesmo quando vinculada a organizações políticas - como o exemplo do MPL denota. Sem a pretensão de aprofundar ainda mais o debate, ambas as denominações e o que expressam são utilizadas no senso comum de múltiplas formas,

inclusive, como sinônimos às vezes. No entanto, em conformidade com o que Montañó e Duriguetto (2014) apontam, a militância implica um grau de formalidade e o vínculo entre as pessoas do agrupamento militante, resultando em um comprometimento que é atravessado pela própria estrutura e hierarquia da organização, a fim de viabilizar a unicidade tática e o prolongamento das ações para além de ações ocasionais, espontaneístas e difusas.

Nesse sentido, e em diálogo com outras reflexões feitas nesta pesquisa, a *militância* aqui - reivindicada pelos(as) participantes enquanto autodenominação, junto de seu sentido político - tem a conotação de ações coordenadas de forma coletiva, com certa centralidade, orientadas a uma transformação da sociedade, se desdobrando comprometimento intenso dos(as) militantes. Além disso, considerando a diversidade das formas organizativas aqui estudadas, mesmo nesta pluralidade, há entre elas a coordenação de ações, o que não necessariamente implica em uma diminuição da autonomia e nem em uma centralização das informações e tomadas de decisões como sinônimo de totalitarismo. De fato, há um comprometimento e uma disciplina relevantes, que comparecem como elementos essenciais. Mas essa disciplina não se submete necessariamente a uma ou algumas figuras centrais, numa lógica personalista, e nem a alguma instituição; pelo contrário, o compromisso se dá com a coletividade e com o horizonte estratégico.

Essa centralização de múltiplas ações em torno de objetivos comuns por parte de organizações militantes soma-se ao fato de que a militância se dá também por uma construção contínua, não se reduzindo a ações pontuais. Nesse sentido, as diferenças e especificidades da *militância* dos grupos estudados e que podem orientar reflexões sobre mobilizações contemporâneas apontam para a viabilidade e atualidade da luta anticapitalista, que conjuga luta de classes a lutas anti opressivas; melhor dizendo, a luta de classes é uma luta também contra todas as formas de (exploração) e opressão. Importante sinalizar que os próprios Marx e Engels já no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, ao tratarem da história (escrita) da

sociedade como a história da luta de classes, remetem não só ao caráter exploratório de tal relação, mas opressivo: “opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada” (Marx & Engels, 1998). Ainda consonante a Marx, dentro da miríade de possibilidades de diálogo, mencionamos, mais uma vez *Sobre o suicídio*, em que demonstra que a crítica do modo de produção capitalista e sua sociabilidade não pode se limitar à exploração econômica, por mais que esta também não pode ser desconsiderada, afinal, remete ao antagonismo de classes imanente do capitalismo. Ao analisar o porquê de três dos quatro casos selecionados por Marx para o referido texto serem de mulheres, Löwy (2006) aponta que: “[e]ntre elas, duas são mulheres ‘burguesas’ e a outra, de origem popular, filha de um alfaiate. Mas o destino delas fora selado mais pelo seu gênero do que por sua classe social” (p. 18). Grosso modo, se a *emancipação humana* é o horizonte de luta, esta emancipação tem que ser realmente *emancipação e humana*; ou seja, de toda humanidade; e de tudo que a agrilha, a explora e oprime.

A militância também se organiza estrategicamente e aqui é utilizado o termo *horizonte de transformação*, em sentido amplo, em razão da divergência acerca desse horizonte ser transformação radical da sociedade ou por ser transformações que não rompem, de fato, com a estrutura. As três organizações pautam a superação do capitalismo e todas as formas de opressão, exploração e destruição do planeta. No entanto, houve o apontamento de que outros(as) militantes em outras organizações políticas não necessariamente teriam o horizonte revolucionário e, portanto, apontam um horizonte de transformação da sociedade, mas que não significa a superação do capitalismo; ou seja, um conjunto de transformações dentro da ordem, e não a transformação (e superação) da ordem.

Essa perspectiva de transformação da sociedade é um marcador fundamental do posicionamento desses(as) militantes como parte do campo revolucionário - ao passo que também remete às próprias organizações políticas a qual pertencem - e à hegemonia do

marxismo, ao menos em dois grupos e sua presença também na leitura da realidade no terceiro. Há ciência de que as visões de mundo e os objetivos são localizados em um campo contra hegemônico. Sendo assim, há a necessidade de um esforço intenso e constante de enfrentamento e em que as possíveis vitórias podem nem ser experienciadas por eles(as), mas pelas gerações seguintes. Isso pode se relacionar tanto com a natureza das organizações as quais se vinculam - e as lutas encampadas - quanto ao fato de serem jovens e com pouco tempo de militância.

Há a experiência de vida e de militância que, mesmo vivenciando cotidianamente derrotas e frustrações, resguarda-se esperança, expectativa e crença na possibilidade concreta de promover transformações. Nesse sentido, há um componente de confiança muito forte no poder popular, na coletividade como via concreta de transformação, fomentado por uma energia vital e força militante típica não só das organizações, da tradição revolucionária, mas também da juventude. A isto relaciono também o papel da história, das vivências reais e concretas de sujeitos que se comprometeram e agiram antes destes, demonstrando vividamente o poder popular. Novamente, em diálogo com Fernandes (2011), ao tratar mais detidamente dos impactos subjetivos da organização popular, sobretudo a partir de sua experiência enquanto militante em movimentos de luta por moradia urbana e, nisso, em ocupações, acampamentos, dentre outras iniciativas

Muitas das centenas, ou milhares, de pessoas que se juntaram à ocupação por uma necessidade básica, a casa, parecem ter encontrado algo além: um tipo de acolhimento e de suporte coletivos forjado nas experiências de lutas massivas e combativas, no trabalho coletivo para manter todas as estruturas coletivas funcionando, nas festas memoráveis e nas inúmeras atividades culturais. Forjado também nas incontáveis “assembléias dos grupos” e nas reuniões de grupos pequenos, ao redor da fogueira, acompanhados de um velho violão, as bebidas e as histórias compartilhadas, quando a

escuridão da noite cobria o acampamento. Um conjunto que lhes permitiu restabelecer vínculos perdidos, resgatar sua auto-estima e reconstruir um projeto de futuro. Sem projeto de futuro, nós simplesmente adoecemos (Fernandes, 2011, s/p).

Isto reitera que, quando falamos de seres históricos, a história a qual nos referimos não é a mera concatenação de fatos, mas a própria realidade concreta a qual esses(as) militantes vivenciam em condições forjadas pelos que pisaram no chão antes deles. Ao mesmo tempo que, dialeticamente, esses sujeitos se percebem e se colocam como resultado não acabado de algo que segue sendo construído por eles(as). É, portanto, um processo de consciência de si, em si, como agente transformador e da realidade concreta, como algo em movimento constante e não estático, que se orienta ao desenvolvimento de uma *consciência para si*.

Nessa esteira, remetemos à última seção de *Miséria da Filosofia*, “*As greves e as coalizões dos operários*”, que talvez seja a mais mencionada da obra, ao debater a *consciência de si* e a *consciência para si*. Na obra, Marx (2007) refuta a tese de Proudhon de que as greves seriam maléficas aos próprios trabalhadores, pois, mesmo que resultassem em altas salariais, provocariam proporcionalmente um encarecimento geral. Tomamos greves aqui como uma das formas - mais pronunciadas - de mobilização coletiva, de modo que a análise aqui também vale a outras formas: ocupações, acampamentos, dentre outras. Ao demonstrar os erros da assertiva de Proudhon e suas premissas, que fogem aqui aos nossos propósitos, Marx crítica não apenas Proudhon e os socialistas que sua visão comungam, mas também os economistas. Ironicamente, Marx, “na qualidade de socialista” (2007, p. 145) argumentar que, mesmo que os operários continuem operários neste processo, com conquistas ou refluxos, é possível que passem a se perceber e reconhecer operários; passem a ter consciência de sua condição de classe e a tomem para si como forma de se libertarem dela, também como classe.

E isso não é pouco, como Marx argumentou. Tanto que, apesar dos receituários econômicos e utopias socialistas, as coalizões não deixaram de progredir, acompanhando o

próprio desenvolvimento industrial da época e contexto. Em países como a Inglaterra, de maior desenvolvimento capitalista naquele período, o grau das coalizões atingiu um maior nível, chegando ao ponto de caminhar lado a lado com demais lutas dos trabalhadores e se configurar num partido: os *cartistas*. Mas por que isso? Ora, devido às próprias contradições internas do capitalismo que geram as possibilidades para a sua supressão. No caso do desenvolvimento industrial, as indústrias aglomeravam um sem-número de pessoas até então desconhecidas. A despeito da concorrência entre tais trabalhadores, atrelado às suas separações, alienação, estranhamento, aquele espaço, aquelas condições, características de trabalho, similitudes de opressão e exploração passavam a ser compartilhados; tornavam-se pontos comuns, gerando interesses comuns. Nisso, as coalizões serviriam duplamente: dirimir ou, até mesmo, suprimir a concorrência entre eles e, por conseguinte, desvelar (ou intensificar) a contradição ao capitalista. Em determinado momento, estas passam, inclusive, a ser mais importantes que os próprios ganhos salariais, adquirindo caráter político; não as coalizões em si, mas o que delas emana: a consciência de que aqueles(as) ali paralisados, em coalizão, são uma classe, não apenas em oposição à classe burguesa (ou uma classe em si), mas uma classe para si.

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe (Marx, 2007, p. 146).

Tais trabalhadores já eram, objetivamente, a classe trabalhadora; suas subjetividades, idem: subjetividades de trabalhadores(as); o mesmo vale para a saúde mental. Sua condição objetiva e subjetiva expressava tal antagonismo e o que ele implicava a eles. Contudo, nesse processo de luta, há um salto qualitativo no plano subjetivo: a passagem da consciência de

classe “em si” para a “para si”; consciências (subjektividades) que não apenas reproduzem idealmente o real de uma realidade invertida, mistificada ou natural.

É nessa relação dialética objetivo-subjetivo, tendo na *práxis* humana a sua síntese e o seu potencial revolucionário, pois ela é transformadora, que jaz a possibilidade de libertação dos explorados e oprimidos. Uma libertação que avança nos planos objetivo e subjetivo e que é sustentada objetiva e subjetivamente. Novas subjektividades, pois de novos seres em uma nova sociedade; subjektividades não mais miseráveis, pois de seres não mais miseráveis – objetiva e subjetivamente.

Nesta direção, citamos o trabalho de Silva (2016), em que analisa as potencialidades da Psicologia Comunitária na organização política a partir da experiência com a juventude das Comunas do MST. Utilizando-se do conceito de desenraizamento, o autor aborda as particularidades da juventude, a partir de suas falas, no que se refere à elaboração de respostas coletivas e críticas às contradições experienciadas por ela no cotidiano de vida e militância. Fundamentado na luta por terra e pela Reforma Agrária, Silva (2016) abarca algumas das implicações da organização territorial, socioespacial de moradia, seja nos centros urbanos ou no campo, em favelas e demais territórios periféricos, em acampamentos ou assentamentos, e como as relações sociais são construídas e apreendidas em tais contextos, os forjam. Nisso, o autor enfatiza os desdobramentos que a militância no MST tem no próprio desenvolvimento de tais vidas, por exemplo, na conscientização e no amadurecimento dos entrevistados enquanto sujeitos políticos. O autor ainda sinaliza para o *se fazer* e o *ser* em coletivo, característicos da militância, fortalece o enraizamento (coletivos, pois coletivizados) das próprias relações sociais, bem como o enfrentamento de sua mercantilização. Em diálogo com D’Andrea (2013), a participação política, a militância se apresenta como um caminho de e para a humanização; a busca por uma vida menos alienada e alienante - e trazendo para o nosso objeto, para uma saúde mental menos alienada e alienante.

Além disso, as militantes da organização C, todas mulheres, se referem à militância também como meio para transformação social a partir da possibilidade de ocupar espaços públicos e de se questionar o que é dado como normal. Essa maneira de visualizar a militância se relaciona intimamente com dois aspectos: a vivência da Luta Antimanicomial e a vivência da mulher na militância. Na Luta Antimanicomial, a essência do enfrentamento à lógica manicomial se dá pelo questionamento do que(m) é avaliado como normal e, mais, o que significa ser normal. Incorporando essa reflexão à militância, entende-se que a transformação da sociedade almejada passa por uma reformulação do que é normal e, especialmente, uma derrubada de padrões de normalidade, que no modo de produção capitalista, se atrelam à normalidade produtiva, cumprindo papel normatizador e de adequação à ordem societária vigente. Ordem essa cujo normal é a exploração, o racismo, o sexismo, o machismo, a LGBTQIAPN+fobia, atrelado às estruturas patriarcal e cisheteronormativa.

Nesse sentido, além da militância em si pautar-se por um questionamento e enfrentamento da norma, do normal, o fato de ser mulher militante, insere outra dimensão à própria concepção de militância, a qual essas mulheres passam a, literalmente, ocupar espaços, desprivatizar suas possibilidades de existência, de luta e enfrentamentos. Isto imprime às mulheres militantes compreensões e desafios específicos, que não são vivenciadas por homens, por exemplo, e que demonstra que o sentido da militância, sua definição e configuração jamais será descolada, repartida, da realidade de cada sujeito. Cada militante e grupo engajado na luta irá ser atravessado(a) singularmente pelos enfrentamentos que constrói coletivamente, assim como irá imprimir a si próprio na militância, e construção da realidade da qual tem se ocupado.

Por fim, reitera-se que a militância como sentido de transformação implica também o entendimento de que é necessário haver constância na construção, ou seja, militância não se resume a ações isoladas e, menos ainda, a mudanças rápidas e pontuais. É necessário haver

perseverança e comprometimento quando há a pretensão de transformar a realidade, unindo a vontade à prática cotidiana, conforme ilustra a fala do participante da organização A:

o que é você ser militante? é você está organizado e estar colocando a mão na massa diariamente pra isso porque acho que o que mais me impacta nesse sentido é esse que você pode ter o ideal, você pode ter a vontade de mudar as coisas mas ser militante é pegar essa vontade e construir na prática, assim, e todas as contradições que isso envolve, tipo é isso, assim (Participante A1)

Ainda sobre os sentidos da militância, há na organização C um diálogo que expressa uma outra dimensão que é a de militância como sobrevivência. Distanciando-se de visões mais românticas sobre a luta organizada, as militantes da organização C chamam a atenção para as possibilidades e necessidades, apontando que a militância se dá porque há necessidade (vital), conforme ilustram no trecho do diálogo a seguir:

Militância é sobrevivência, né? É isso, a gente também milita porque a gente precisa, porque se a gente tivesse outra, a gente vivesse de outra forma, se reproduzisse, nossas relações fossem diferentes, a gente não precisaria militar a gente milita por que a gente precisa. A gente não tem condição de sobreviver nessa realidade. Eh.. nós enquanto mulher, outras mulheres do coletivo enquanto mulheres negras, enquanto mulheres LGBTQs ou enquanto pessoas com enfim, né? Todo mundo milita porque precisa sobreviver (Participante C3). Em resposta: Talvez, desculpa de interromper. Talvez viver, né? Porque até sobreviver a gente sobrevive (Participante C2). Exatamente. Pra viver (Participante C3).

Na mesma direção, há uma necessidade de militar porque viver nem sempre é possível e muitas vezes é um risco e, portanto, coletivizar e enfrentar aquilo que desafia a vida (determinadas vidas) é o que pode tornar a vida possível. Ou seja, há na militância uma vinculação por necessidade, sendo elas com incidência maior ou menor na própria vida. Desde

necessidades mais básicas, de reprodução, sobrevivência e seguimento da própria vida, até necessidades mais complexas, coletivas, de superação do modo de produção capitalista e fim do genocídio negro e indígena, por exemplo.

Ao refletir sobre o cuidado colonial e suas implicações às existências negras, Rachel Gouveia Passos (2020) explica que:

a “satisfação” das necessidades do ser social aparece como produção da vida, tanto da própria, como da alheia, através da conexão materialista entre os indivíduos. Ou seja, para que tenhamos a reprodução, a continuidade e a existência da humanidade, *é preciso que ocorra a cooperação entre os indivíduos* (Passos, 2020, p. 118)

Nesse sentido, pensar militância como sobrevivência não indica necessariamente um sacrifício, mas uma possibilidade de (outra) produção de vida. Essa conjugação de esforços para a reprodução e *satisfação* de necessidades deve ser, sobretudo, construída em coletividade, com cooperação. Dessa forma, a militância se dá como uma necessidade, no entanto, não se configura necessariamente como sofrimento em si (Keppler, 2011), como se o horizonte fosse o fim da luta militante. Reiteramos que o sofrimento psíquico que atravessa a militância se dá pela precarização e intensificação do sofrimento na sociabilidade presente, sendo assim se “nossas relações fossem diferentes”, não seria necessário militar (e em condições degradantes).

Outros diálogos compartilhados pelos(as) participantes também anunciam uma importante potência da militância para a produção de vida, que é a tomada de consciência de si, de suas dores e o ganho de sentido à própria vida e ao sofrimento. Um sentido que não é privativo, individual, mas que é compartilhado, historicizado, que é concreto, afinal, diz dessa produção concreta de vida. E as implicações possíveis dessa tomada de consciência dos processos de saúde (incluindo o sofrimento) é a abertura de possibilidades para criação de alternativas menos sofridas ou de alternativas que permitam sofrer de modo mais humanizado.

Ou seja, a militância carrega a possibilidade de humanização e de devolver ao sujeito não apenas um imaginário de mudança, mas concretizações de transformações dessa realidade.

A esse sentido da militância, cabe frisar que as organizações políticas, historicamente, cumprem um papel fundamental na manutenção da vida, exercendo, de fato, uma luta pela sobrevivência. Se resgatarmos mobilizações populares históricas no país, tais como os emblemáticos movimentos da reforma sanitária e psiquiátrica cujo engajamento implica em notório reconhecimento destes como catalisadores de instauração de políticas públicas de saúde hoje, estamos exemplificando como a militância é sobrevivência. Anteriormente a essas mobilizações, deve-se também lembrar o sombrio evento da ditadura militar brasileira, cuja repressão vitimou tantos(as) militantes e cuja resistência e enfrentamento teve papel fundamental na recuperação da democracia formal no país e que também exemplifica a militância como sobrevivência.

Na mesma direção, há também, por parte das falas das três organizações, o compartilhamento de que para eles(as) a militância lhes dá sentido à vida. Por um lado, afirmar que a militância é o que dá sentido à vida pode dizer de uma precarização da vida a tal ponto que o enfrentamento intenso e cotidiano de problemas estruturais e históricos é o que lhes tem mantido conectados com a vida, conforme ilustra a fala do Participante A1 a seguir:

Inclusive tá me fazendo questionar muita coisa aqui, porque, porque no momento que eu estou agora, eu não colocaria "bem-estar" assim. Eu não sei, acho que estou assim, não sei, depois eu até levo pra terapia. Mas não sei, eu não sinto tanto bem-estar. Eu sinto que é menos sobre bem-estar. É.... hum.... é misto de se eu não estivesse aqui eu sinto que estaria bem pior porque parte da minha vida não teria sentido e inevitavelmente dá um sentido só que ao mesmo tempo que dá um sentido também dá muito estresse, muita dor de cabeça e enfim, aí eu sei lá, eu particular.... minha experiência, atualmente, eu não diria que está sendo de bem-estar está sendo mais nesse

sentido de "Se eu não fizer isso eu acho que muita coisa na minha vida perde sentido", assim, e enfim.... a perda do sentido da vida são pensamentos perigosos, nesse sentido, mas é um pouco disso assim, acho que é um pouco desse alívio de tá de tá junto de pessoas que tão no mesmo ideal que você, isso é dá uma estabilidade e um conforto pra você continuar lutando, mas é isso, acho que hoje eu tô meio bad e aí bem-estar pra mim seria forte. Né? (Participante A1)

Ao mesmo tempo, cabe lembrar que não só de enfrentamentos e *dores de cabeça*¹⁸ constitui-se a militância, pois, assim como é ilustrado no trecho anterior, a militância que dá sentido à vida se refere a esse encontro entre ideias, entre pessoas que partilham da mesma visão de mundo, ao encontro desse sujeito no mundo, apesar de tudo. Ou seja, o fato de a militância dar sentido à vida denuncia uma realidade de vida muito precarizada, esvaziada de sentido e de possibilidades de existir autenticamente, mas ao mesmo tempo, também se configura como a própria alternativa àquilo que é furtado por um sistema massacrante. Grosso modo, temos evidenciado na e pela militância uma dialética de humanização-desumanização: da mesma forma que ela expressa uma (re)afirmação ou resgate de humanidade, sua própria existência já denuncia a desumanização sofrida.

Além desse encontro de ideais, de partilhamento de visões de mundo e de horizontes, há nesses encontros camaradas, o afeto de si com as causas e de uns com os(as) outros(as); o afetar-se com o *outro* e com o que é do *outro*, a partir do momento em que este *outro* é entendido também como *eu* - e, nisso, os *seus* problemas são *meus*, ao passo que as saídas são também *nossas* (Ferrari & Odeh, 2023; Torrenté, Marques & Torrenté, 2023). Esse sentido emerge como algo constituinte da própria história de vida, e o próprio ser, demonstrando mais uma vez a impossibilidade de separação e recorte entre sujeito-militante e sujeito não militante. Essa impossibilidade se dá tanto pela configuração das relações e ações cotidianas quanto na

¹⁸ Em referência ao poema "Dores de cabeça" do salvadorenho Roque Dalton.

própria constituição de ser atravessado por múltiplas determinações sociais (classe, raça, etnia, gênero e sexualidade, por exemplo). Sendo assim, a militância como algo que dá sentido à vida se configura tanto como uma denúncia quanto como uma expressão da integralidade dos sujeitos-militantes e das potencialidades da própria militância no que se refere à produção de vida.

MILITÂNCIA E JUVENTUDE: “JUVENTUDE SEQUESTRADA DE IMAGINÁRIO DE MUDANÇA”

Conforme mencionado, uma característica dos e das participantes nesta pesquisa é que se trata de militantes jovens, tanto em relação ao momento de vida, como também no que se refere ao tempo de militância. Diante disso, notou-se que essa condição também está intimamente ligada ao contexto universitário, no qual todos(as) estão ou estiveram recentemente inseridos(as). Isto, por sua vez, também se relaciona a uma dificuldade de mobilização.

Nesse sentido, foi possível identificar que há uma percepção de vulnerabilidade intensa e específica em relação à saúde mental para a juventude, de modo geral. A organização B é composta por pessoas de diferentes faixas etárias, mas conta com uma participação jovem significativa. Essa jovialidade do agrupamento político também se expressa pelo tempo de existência, inferior a cinco anos, e isso fica ilustrado na fala seguinte:

tem muito militante novo, tem muito militante sem experiência de militância antes também. Então a gente tem esse perfil né que a gente já nasceu como militantes não tão experientes e eu acho que o peso de tudo que a gente se propõe a fazer, dado a esse contraponto né serem pessoas novas, de serem pessoas sem tanta experiência prévia assim, acaba gerando um resultado não tão bom pra saúde mental. Então, por isso que

eu acho que intensificou que a saúde mental, né foi... Eu acho que é um problema, de uma certa forma, que não, que não é só da nossa organização, né? Que nem a gente trouxe antes, que eu acho que é da militância no geral. (Participante B2)

Ou seja, a participante expressa a singularidade do grupo, enquanto um grupo preponderantemente composto por pessoas jovens e por pessoas com experiência recente na militância e relaciona isso a certos desafios que tangenciam a saúde mental do grupo. Contudo, como a mesma ressalta, trata-se de um problema generalizado na militância (Fernandes, 2011; Magalhães, 2019; Santos, 2022, dentre outros) e em nossa sociedade como um todo. Quando utilizamos *juventude* para nos referir aos grupos aqui estudados não estamos fazendo referência a uma faixa etária específica, visto que Neto e Mota (2021) apregoam que não há um “conceito único que abarque a diversidade de significados que estão associados a ela” (p. 341), visto que há uma processualidade e contextualização nessa condição. Os autores reforçam indicando que

Para uma melhor concepção de juventude, deve ser levado em consideração o contexto que cada sujeito vivencia, ... o gênero, a condição geracional, social e cultural que estabelecem com a sociedade, a partir de suas experiências cotidianas, seus agires e práticas (Neto & Mota, 2021, p. 341)

No entanto, há uma determinação ocultada na apreensão de Neto e Mota (2021), que é a condição de classe trabalhadora do grosso da juventude, sem o qual todas as outras não podem ser compreendidas, até porque as enforma, ao mesmo tempo que é também atravessada e mediada por elas. Da mesma forma, não se empreende aqui um entendimento mecanicista, não sendo reduzida a estratos e franjas que, na verdade, dizem da heterogenia desta classe.

Repetimos, inclusive a citação de Marx (2017, pp. 93/94), de modo a rememorar que nossa sociedade é o conjunto das “relações sociais fundadas no antagonismo das classes. Essas relações não são relações do indivíduo com o indivíduo, mas do operário com o capitalista, do arrendatário com o proprietário fundiário etc. Suprimidas essas relações, estará suprimida a sociedade”. Também repetimos o acréscimo feito anteriormente de que o antagonismo de classes, que remete à apropriação privada dos meios de produção, é racializado (e racista), se dando numa estrutura também patriarcal.

A partir do que apresenta a Participante B2 é pertinente apontar que a juventude brasileira, sobretudo a trabalhadora, tem experienciado sofrimento psíquico em níveis alarmantes. Conforme o Boletim Epidemiológico nº 33 do Ministério da Saúde, entre 2010 e 2019 o aumento no número anual de mortes por suicídio foi de 43%. Ainda que esse aumento de incidência tenha se dado em todas as faixas etárias, há um destaque para um aumento nas taxas de mortalidade entre adolescentes, cujo aumento teve um incremento de 81% no período supracitado. Quanto às lesões autoprovocadas, há uma concentração entre pessoas de 15 e 29 anos (Brasil, 2019). E como mencionado, a maior prevalência de suicídio ocorre entre jovens homens negros(as) (Brasil, 2018).

Além das mortes por suicídio proeminentes entre a população jovem em geral, há conforme o Atlas da Violência (2019) uma vitimização por homicídio também muito significativa no período da adolescência, com 55% entre 15 e 29 anos. Desses homicídios, há também um índice altíssimo em relação a pessoas negras, dentre os quais estão 73,1% para homens e 63,4% para mulheres. De modo geral, portanto, o país vivencia uma realidade na

qual a juventude é sequestrada de suas possibilidades de viver, pelo autoextermínio objetivo - que na essência é assassinato, um *assassinato social*, como apontou Engels (2008) -, por homicídio e por esfacelamento da sua saúde mental, demonstrado por altos índices de sofrimento psíquico. Destaca-se nessa juventude brasileira o aniquilamento das vidas negras e indígenas, sobre as quais os índices demonstram mais intensa vitimização, como uma expressão do caráter racista da formação social brasileira. E sobre isso, Passos (2021, p. 303) inspirada nas lições deixadas por Frantz Fanon, destaca que “o silenciamento e aniquilação de determinadas existências compõem as estratégias de um projeto de sociedade que está assentado na distribuição desigual dos poderes e que desumanizou a população negra.”

Ora, o que seria o próprio sofrimento psíquico, sobretudo de tais indivíduos, se não um *sintoma*, uma expressão e desdobramento de uma produção de vida desumanizada, alienada, exploratória e oprimida, e, dialeticamente, um *protesto* contra estas mesmas condições de se viver, existir e se produzir (Costa, 2022; 2023a; Costa & Mendes, 2021b)? Mais, ao ser protesto alienado e alienante, que atenta contra o ser que protesta - até porque não se tem consciência disso -, não seria a militância um canal de grito, de denúncia e protesto, coletivo e que conscientemente atenta contra esse projeto de silenciamento e aniquilação, em vez de se voltar contra os sujeitos que protestam? E quando constatamos que isto se soma ao próprio vigor da juventude, temos que, não é um acaso, que ela esteja sendo alvo privilegiado do avanço barbárico do capital.

Em consonância à fala de um militante da organização A que ilustra sua percepção sobre a juventude militante, incluindo os desafios à saúde mental:

existe um processo de adoecimento mental que a gente passa por ser jovem no Brasil. e assim eh... todas as questões que isso envolve, você estar na universidade, você precisar trabalhar, você eh.... estar numa condição extremamente precária mesmo nesse sentido e existe processos de você entrar na militância e tomar consciência de que esse sofrimento não é algo meramente eh... do seu indivíduo mas é algo que é também estrutural que você é impactado por eh.... estar num modo de produção que não privilegia suas potências né. Existe.... eu enxergo esse processo de adoecimento mental. e quando você entra na militância, inevitavelmente, a formação política que você sai dela lhe ajuda a perceber que esse seu sofrimento ele tem uma razão de ser, ele não é atoa, né? (Participante A1)

Militantes das organizações A e B apontam a existência de um sofrimento característico da juventude, que remete à sua condição concreta cada vez mais precária, com implicações objetivas e subjetivas. Soma-se a esta precarização, o tolhimento prospectivo relacionado ao próprio retraimento das oportunidades presentes e futuras, em face do avanço cada vez mais barbárico do capitalismo. Além disso, com a saúde mental ganhando cada vez mais evidência na contemporaneidade, há de se refletir também sobre ela - e como ela é entendida - enquanto algo mais proeminente na própria juventude.

O crescimento de relevância da saúde mental “pode estar atrelado não apenas ao recrudescimento do sofrimento psíquico, decorrente da intensificação da precarização e piora das condições de vida da classe trabalhadora, mas a uma série de processos de produção ‘artificial’ de sofrimento” (Costa, 2023b, s/p.) que, por sua vez, têm como intuito, justamente, o silenciamento do seu caráter de protesto; mais mecanismos de controle, apassivamento, coerção, por meio de processos de (psico)patologização da vida, que andam de mãos dadas

com os de medicalização da vida. “Em suma, vivemos numa lógica de produção de sofrimento. Uma sociabilidade adoecida e que nos adoce, sendo este adoecimento um sintoma ou forma de controle e lucratividade” (Costa & Mendes, 2020a, pp. 1/2).

Ainda sobre a fala do Participante A1, é importante salientar que as exemplificações dizem das singularidades de um homem, jovem, de classe média, com acesso ao ensino superior etc., diferindo de outras formas de se ser e estar jovem em nossa realidade, como a de negros(as), pobres e periféricos(as), com condições de vida ainda mais precárias. Ao mesmo tempo, ele também traz algo da condição universal do que é ser trabalhador(a) no capitalismo, ainda mais no capitalismo brasileiro; o fato de que os sujeitos jovens da classe trabalhadora no Brasil vivenciam uma realidade de profunda precarização da vida por um “modo de produção” - capitalista - que não somente “não privilegia suas potências” como aniquila objetiva e subjetivamente essas potências e a vida. Diante disso, esse participante compartilha a dimensão singular da sua própria existência, com suas múltiplas determinações e expressa também o que há de universal no “ser jovem militante” no Brasil e no DF, mais especificamente.

Na mesma direção, a Participante B2 sinaliza a relevância de compreensão das dinâmicas específicas da juventude atual para construção de estratégias para lidar com elas e do cuidado em relação à saúde mental desses jovens como forma de potencializar a militância desse grupo.

a internet ela tem um papel tipo muito forte nessa divagação de ideias neoliberais e alienação e no processo de adoecimento também. Então, eu acho que tem certas especificidades do nosso tempo é... que só atrapalham mais, né, dentro da militância,

assim. E atrapalham mais esse sentido da saúde mental global assim, da juventude e por aí vai. Então eu acho que talvez pensar nessas especificidades é... e pensar em como a gente vai conseguir criar ferramentas pra isso assim né? Tipo sempre pensando em não precisa ser uma resposta mas justamente por, pelo conhecimento ser coletivo a gente vai cultivando isso juntos mas as bases do que vocês forem fazendo agora eu tenho certeza que vão ajudar muito no futuro as pessoas que forem se debruçar sobre esse tema também e tudo. Então é um tema realmente muito importante. É... até porque se a gente coloca tanta fé na militância assim a gente vai precisar que os militantes tenham saúde mental pra militar né?” (Participante B2)

Mais uma vez, ficam indícios para reflexão sobre como a saúde mental enquanto *problema* (de análise, teorização e, ao mesmo tempo, prático) remete à própria dinâmica histórica presente, não à toa, se expressando de maneira mais pronunciada na juventude, como se fosse algo ligada à juventude, de modo que os “antigos” militantes não se preocupassem com ela. Não só os problemas de saúde mental estariam mais atrelados ao presente estágio de desenvolvimento capitalista, caracterizado enquanto neoliberal na fala, como a própria preocupação - que aqui não queremos minimizar ou dizer que não seja importante - com a saúde mental, também diz desse estágio, de sua dinâmica. Por exemplo, num marco de precarização da vida, como apontado pelas falas anteriores, a centralidade ou maior relevância da saúde mental, até mais que *questões* objetivas como o desemprego, aumento do empobrecimento etc., não seria um *sintoma* dessa dinâmica presente? O ocultamento de tais *questões*, que são todas elas expressões ou desdobramentos da “questão social”, quando passa a se falar sobre saúde mental também, não é? Ou a própria análise de tais *questões* como se estivessem apartadas, ao invés de produzirem nas relações umas com as outras?

Ainda sobre a juventude na luta, são feitos apontamentos sobre a dinâmica dessa militância no contexto da universidade pelos(as) participantes das três organizações. Esses(as) militantes indicam a entrada na universidade como momento em que se inicia um processo de pensamento crítico, intensificação de questionamentos da realidade e onde acontecem os primeiros contatos com a militância. No caso da organização C, inserida na Luta Antimanicomial, elas acrescentam também que foi nesse contexto em que tiveram a inserção não apenas na militância, quanto também com o campo da saúde mental enquanto espaço de luta e disputa política

De modo geral, a universidade é onde aconteceu a inserção na militância, e ao mesmo tempo em os(as) entrevistados exemplificam a realidade universitária como um contexto no qual percebem muita potência de luta, sinalizam a percepção de baixa mobilização popular, conforme exemplifica a fala a seguir.

E eu sinto que a juventude aqui é adoecida de forma geral. E meio castrada, assim, de certas vontades de viver, de, sabe, de ter uma posição de vida assim de tá se animando pra tá construindo as coisas, fazendo as coisas. Eu sinto que aqui é muito, é nítido quando cê vê, quando cê sente energia que tipo, pô, é uma juventude que é muito sequestrada do que qualquer imaginário de mudança possível (Participante A1)

Essa percepção de que a universidade é pouco mobilizada se estende como uma impressão mais generalizada do DF em outros momentos das entrevistas. No que se refere a isso, são feitos apontamentos sobre a baixa mobilização popular do DF, inclusive em comparação a outras localidades do Brasil. Ao mesmo tempo em que a baixa mobilização é contextualizada com as características sociogeográficas e históricas do DF - o que será apresentado e discutido mais adiante - há também a explicitação dessa característica como sendo da juventude do DF, conforme exemplificado no trecho “é uma juventude que é muito sequestrada do que qualquer imaginário de mudança possível”. No entanto, cabe frisar a

utilização da palavra *sequestrada*, implicando em uma noção de algo que lhes foi tirado, *sequestrado*, e isso diz muito sobre a realidade do DF, na qual os sujeitos são socializados como se não houvesse alternativa, como se o mundo e as existências como são fossem para ser assim, afinal, foram planejados - tal qual a cidade; são estáticos, imutáveis, conforme a própria dinâmica capitalista.

Além disso, é também sinalizado como aspecto que impacta negativamente na mobilização, a personificação, que seria a atribuição a um sujeito as responsabilidades de lutas que são construídas coletivamente. De forma mais específica para a organização B, há também a falta de condições materiais (financeiras, estrutura etc.) como um fator que dificulta a mobilização coletiva. Além desses fatores que estariam relacionados ao que dificulta a mobilização popular, há a manifestação de uma indignação por tudo isso e um apontamento desta questão como algo que angustia, sendo utilizados, inclusive, exemplos com acontecimentos de dimensão nacional e graves riscos à democracia.

A Participante B1 aponta que a baixa mobilização do campo progressista é tão premente que ainda que tenham acontecido as invasões antidemocráticas ao congresso nacional no dia oito de janeiro de 2023¹⁹, não houve mobilização de massas, conforme expressa na fala a seguir:

Então, por exemplo, a gente teve semana passada (invasões do congresso em 8 de janeiro) que foi aquele estouro, né, aqueles caras invadindo. A gente estava com tudo na mão pra fazer mobilizações enormes de botar pessoas na rua pra poder fazer, tirar Ibaneis, fazer pressão com é... com tudo que tinha aí e a gente não conseguiu fazer porque a gente não tem essa capacidade de mobilização. E aí eu não sei também, assim, o quão a esquerda que está dentro do DF está preocupada com isso. Está tão envolvida

¹⁹ Em 8 de janeiro de 2023, após a posse do presidente Lula, eleitores do Bolsonaro que estavam acampados nas proximidades da praça dos três poderes há mais de dois meses, invadiram o Congresso Nacional em protesto contra a eleição democrática e reivindicando uma nova ditadura no país.

com as suas outras questões que a gente não está parando pra pensar: Por que nós não estamos conseguindo mobilizar é... as pessoas, né? Tipo diante de coisas tão absurdas, graves que aconteceram, por muito menos e tempos atrás a gente conseguia botar pessoas na rua e aqui não, aqui a gente não conseguiu. Então inclusive a gente deixou de fazer as outras ações porque levou em consideração isso. A gente não tem forças. E lembro que a gente passou a pandemia inteira depois de pandemia inteira com várias ações pra serem feitas e a gente não fazia porque a gente não tinha capacidade de mobilização. Então eu não sei, pra mim é um é tipo seria o ponto fraco da da militância aqui do do DF (Participante B1)

É relevante sinalizar que essas percepções são feitas pelos(as) participantes da pesquisa a partir de suas próprias vivências de mobilização popular nos últimos anos e que apesar de serem pontuações relevantes que contribuem para uma análise da totalidade, não são sinônimos dessa realidade *per se*. Nesse sentido, cabe lembrar que a militância em geral teve recentemente grandes acontecimentos com impactos relevantes, como, por exemplo: o chamado *junho de 2013*, de abrangência nacional, com massivas e heterogêneas manifestações populares, nas quais muitos jovens passaram a compor alguma organização política; o próprio contexto de efervescência política, que desemboca em *junho de 2013* - e vai além dele -, sendo, portanto, anterior a junho, com uma crescente de mobilizações populares, ascenso das lutas, greves etc., demonstra que junho não foi só um mês, muito menos um *raio em céu azul* (Barros, 2023; Mattos, 2023). A despeito das contradições acerca das táticas e estratégias, um destaque a ser colocado aqui para esse processo é a presença intensa de jovens nas mobilizações; um episódio (que não finda em si) marcado pela presença jovem, sendo que muitos militantes seguem na luta política organizada, com alguns ocupando papel de destaque na política distrital e nacional (Mattos, 2023)

Citamos também o contexto das eleições de 2018, na qual Jair Bolsonaro foi eleito, como um representante do conservadorismo e ultraliberalismo, mas que foi permeado por inúmeras mobilizações. A isto, mencionamos uma série de iniciativas de oposição e luta, mesmo num contexto de pandemia, contra o governo de Bolsonaro, que contribuem para a sua derrota e a eleição de Luís Inácio Lula, para o seu terceiro mandato. Mencionamos os processos de auto-organização e/ou reorganização dos povos originários, do movimento negro, das mulheres. Isto só para ficar no Brasil e no contexto do DF, pois poderíamos expandir para inúmeras e históricas mobilizações no Chile, na Colômbia, dentre outras. Não que todas estas movimentações estejam isentas de contradições, sendo perpassadas por inúmeras limitações. A classe trabalhadora brasileira tem vivenciado a intensificação das contrarreformas, o fortalecimento das políticas liberais e a consequente precarização ainda mais intensa da vida; o recrudescimento e a generalização do sofrimento psíquico denunciam isto. E o que chamamos aqui de militantes são, antes de tudo, povo, mas especificamente, classe trabalhadora. Portanto, são pessoas que também são atravessadas por essa precarização da vida e acirramento político. Contudo, essa breve lembrança de que *há luta*, nos aponta o caráter dinâmico e contraditório da realidade e da correlação de forças, mesmo com o predomínio de recuos e inflexões.

Por exemplo, em pesquisa realizada pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2023, 55% dos jovens entre 14 e 24 anos no país estão desempregados(as) e a maioria são mulheres e pessoas negras (Distrito Federal, 2023). Isso significa que além de serem o grupo cujos índices de mortes, por suicídio e homicídio, mais crescem, são também o grupo menos inserido em situações de emprego formal. No DF, a taxa de desemprego segue a dimensão nacional, com 54,6% de jovens desempregados no ano de 2022, conforme Boletim da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal e em municípios da Periferia Metropolitana de Brasília, de agosto de 2023 (Distrito Federal, 2023). Dentre todas as complexidades envolvidas nesses dados, é necessário

contextualizar que mais da metade da juventude do DF não tem emprego. Em diálogo com essa realidade, o militante reflete

Eh... então, o que eu sinto aqui, por exemplo, é que às vezes as pessoas tem admiração por militantes individualmente ou ou pela militância, mas acha que não é pra ela porque eh... ela trabalha oito horas por dia e só chega da faculdade à noite ou que ela demora muito pra chegar na faculdade, quando, na verdade, deveria ser ao contrário, né? Essas contradições que deviam levar a pessoa à militância, né das suas vivências, do seu dia a dia. Mas aqui é o contrário, as dificuldades são, são tão maiores que tudo fica meio difícil, mas eu acho que não é só também o transporte e tudo mais, eu acho que tem uma questão cultural do DF de achar que as coisas são resolvidas e funcionam, sabe? (Participante A3)

Essa fala é mencionada, inclusive, em um contexto em que se faz uma comparação com as mobilizações sociais em outros estados do país em que alguns nasceram e/ou residiram. E aqui cabe ponderar que ainda que as condições precárias da vida, da classe trabalhadora, possam ser elementos que incitem os sujeitos a reivindicar melhores condições de vida - seja por mecanismos de participação social nas políticas públicas, seja por militâncias revolucionárias que rejeitam ações articuladas com o Estado - as formas da alienação que distanciam os sujeitos dessas possibilidades também incidem fortemente. Isso pode ser lido como *fatalismo*, como um conformismo típico da população da capital. No entanto, esse imobilismo citado no trecho expressa dialeticamente “a miséria real” dessa vida precarizada “e o protesto contra ela” (Costa & Mendes, 2020a, p. 694).

Isso, somado a outras reflexões feitas pelos(as) participantes permite refletir sobre características do DF que impactam na organização popular na região. O DF passou por um processo de construção artificial, no qual Brasília foi planejada para ser a nova capital do país e dentre muitas complexidades, houve o gerenciamento do território de modo que, no centro,

na região em que a arquitetura é planejada, não houvesse ampla circulação de pessoas, em que os(as) trabalhadores(as) não morassem, mas apenas trabalhassem. Nesse sentido, há no local uma história que concentra poder político-institucional e econômico, mas que intencionalmente, foi planejada para manter o povo longe, erradicar a luta.

PARTICULARIDADES DA MILITÂNCIA NO DF: CIDADE PLANEJADA PARA ERRADICAR A LUTA

Muitas pontuações foram feitas em relação às especificidades socioespaciais do DF, a exemplo do que a Participante C3 introduz: “os coletivos se organizam também de acordo com a lógica que a assim o espaço permite, né? O espaço que eu digo essa cidade”. Essa frase externaliza um dos elementos importantes dessa pesquisa, uma vez que o território irá atravessar as características do grupo, bem como vai orientar quais são as limitações e possibilidades estratégicas de ação. Ou seja, o *território usado*, no sentido apregoado por Santos (2000) é limitado e limítrofe, de modo que a relação *chão* mais *identidade* seja igualmente limitada, obstaculizando a identificação e a pertença com um lugar no qual o chão é tolhido; não se pode morar, transitar ou viver; no máximo, só se pode atravessar - e geralmente de maneira corrida, apertada e em péssimas condições, vide as condições precárias de transporte público e mobilidade urbana do DF. Nesse sentido, os elementos apresentados pelos(as) participantes sobre as especificidades da militância no DF contribuem para que seja possível compreender a realidade local, as características singulares desses(as) militantes, as expressões neles do que é universal e, refletir sobre as dinâmicas que implicam na saúde mental destes(as).

Como discurremos, há uma percepção de que a militância do DF é pouco mobilizada e pouco articulada. O fato de Brasília ter sido uma cidade planejada ecoa na leitura sobre a dinâmica da vida e da militância na região, a esse respeito o militante afirma:

eu sinto que aqui... até essa coisa do, da "cidade planejada" e tudo mais, é como se já tivesse tudo certo assim, já tivesse tudo pronto. Então está tudo bem. E em outras cidades que foram construídas de outra forma, eu acho que essa percepção é muito diferente (Participante A3)

Soma-se a isso a mobilidade urbana precária e a setorização da cidade, que impactam negativamente na militância, impondo-lhe limitações importantes. Esse desafio atravessa a vida da população do DF como um todo uma vez que

o espraiamento do tecido urbano, as longas distâncias a serem percorridas, os enormes interstícios entre as Regiões Administrativas, e a forte concentração dos melhores empregos na área central, onde a população residente representa apenas 10% da população total, tornam esse desafio [a questão do transporte] ainda maior (Rennó et. al, 2022, p. 2)

Os mesmos autores reforçam ainda que a dificuldade relacionada à mobilidade urbana impacta ainda mais as populações mais pobres, restringindo sua circulação pelo território aos deslocamentos casa-trabalho. Essa restrição de movimentação pela cidade não exclui as possibilidades de engajamento na militância, visto a multiplicidade de formas organizativas e dinâmicas do grupo no território. No entanto, cabe sinalizar que há reverberações na mobilização popular, sobretudo quando pretende-se construir ações em diferentes territórios e quando consideramos que o aumento de tempo em traslado na cidade em situações cotidianas, que é maior entre pessoas que moram em regiões mais pauperizadas, distancia esses sujeitos do acesso a atividades para além do trabalho (Rennó et. al, 2022). Soma-se a isto, novamente, a compreensão da dimensão subjetiva, simbólica do território, como apregoado por Santos (2000) na máxima *chão mais identidade*, de modo que esta também se apresenta tolhida, obstaculizada pela dimensão objetiva, de um território segregador e que tende a ser subjetivado por um não reconhecimento ou identificação não só com o próprio território, mas com os

indivíduos que nele se produzem - mesmo aqueles(as) que comungam de condições igualmente exploratórias e opressivas de vida.

Reforça-se que essa não é uma exclusividade do DF, tendo em vista que “as metrópoles brasileiras passaram por processos conhecidos como dispersão urbana e gentrificação. A disputa por solo urbano teve como consequência a precariedade de mobilidade e infraestrutura, aliados a fortes conflitos sociais” (Saboia & Sandoval, 2012, p. 2). Sendo assim, cidades que não foram (re)construídas na mesma perspectiva que Brasília, também enfrentam problemáticas como essas. No entanto, o que ocorre desde o início da sua (re)formação territorial, é a estruturação programada que privilegia uma minoria mais rica em muitos sentidos, inclusive, no que se refere a mobilidade no território e sua identificação com ele.

Em interlocução com a Luta Antimanicomial, convocada frequentemente pela organização C, há nessa reflexão a ideia de que a estrutura e lógica segregada da cidade implica não apenas em uma dificuldade de mobilidade urbana e de mobilização popular, mas também em uma região que privilegia o manicômio - entendendo aqui manicômio enquanto estrutura física, mas também enquanto lógica de relação, de política pública, de cuidado (segregatórios, violentos etc.) - em detrimento do território, conforme expressam no seguinte diálogo:

Então, acho que é... eu avalio (a militância do DF) como ruim, desarticulado, mas eu entendo, eu concordo com os dois pontos, que é o que a *Participante C1* falou, que pra própria lógica do lugar que...aí acho que favorece pra isso que seja péssimo mesmo pra que continue sendo disputa pra favorecer eh... (Participante C3)

Excluir. (Participante C1)

Exatamente, excluir e favorecer um manicômio e não um território. (Participante C3)

Em complemento, a Participante C4 sinaliza:

A militância aqui é silenciosa. Eu acho que essa eu definiria nessa palavra assim, silenciosa. Eh, acho que poderia fazer mais barulho e talvez, né? A desarticulação

também seja disso, né? Talvez se tivesse mais esse barulho, não só de estar falando, mas tá comparecendo, né?

Essa reflexão permite que pensemos a militância do DF não como silenciosa, mas silenciada. Esse silenciamento dos movimentos populares percebido por uma das entrevistadas, e que emerge em outros momentos das falas de outros(as) entrevistados(as) pode ser considerado como algo que não é um traço da militância em si, mas como algo que exemplifica a dinâmica histórica da capital do país. A capital que foi planejada, possui ruas bem largas, é bastante setorizada, dá ao espectador a ilusão de proximidade com o poder estatal distrital e federal, mas na vida cotidiana são muitos os mecanismos de distanciamento das pessoas entre si, e das pessoas com o poder institucional. A distância se alarga entre centro e “cidades satélites”²⁰, se redimensiona mais ainda entre DF e entorno²¹. E essas distâncias - que não são somente físicas, pois tem em si as expressões da questão social, sendo também simbólicas, subjetivas (pois subjetivadas), reverberam em uma cidade *silenciosa*, ou melhor, *silenciada*. O território se apresenta, então, como síntese de múltiplas determinações existentes - de classe, raça, etnia, gênero etc. - ou, melhor dizendo, onde elas se materializam mais aparentemente.

Forja-se, assim, os *condenados do asfalto*, numa paráfrase a Fanon (1968) – relembrando que território vem de terra. Ainda mais porque a identificação, ao se assentar na negação do *chão*, uma negação social, racial, tende a se expressar pela via da negação, do assujeitamento, da despersonalização de si e do outro (Fanon, 1980; 2008). Não há, pois, exercício da vida, ao menos uma vida vivida, humanizada, pautada na coletivização. O que há é uma rotina mortificante, de primazia individualizante, privativa, de negação - sobretudo de determinados indivíduos. Articula-se, então, a noção de dificuldade de articulação e

²⁰ Denominação utilizada para se referir às cidades que ficavam fora do Plano Piloto. Em 1998 essa palavra, vista como depreciativa, foi banida dos documentos oficiais, mas comumente pessoas ainda se referem assim para se referir às Regiões Administrativas que se localizam fora do centro.

²¹ Termo utilizado para se referir aos municípios de Goiás e Minas Gerais que estão localizados na divisa com o DF e cuja vida e as dinâmicas socioeconômicas e culturais estão integradas com o DF.

mobilização popular à restrição do direito a ocupar e a se apropriar da cidade e, nisso, a se identificar com ela.

Quando as participantes apontam que há no DF a característica de ser um local no qual há o “favorec[imento de] um manicômio e não [de] um território”, há a reflexão de que, além das desigualdades de classes, expressas pela restrição de mobilidade aos mais pobres, há também nisso o retrato manicomial (opressivo), no qual os sujeitos são privados da vida em liberdade, mesmo na ausência de muros. Ora, a lógica asilar-manicomial é a negação do território, afinal, ela restringe, tolhe, o próprio *chão* por meio de muros (físicos e simbólicos), quando não o nega por completo. Ademais, conforme Passos (2018, p. 19) os manicômios em nosso país “são um grande reflexo dos navios negreiros, lugar esse que muitos morreram no anonimato, sem dignidade e impedidos de manifestarem sua existência”. E podemos expandir tal lógica aos *novos-velhos navios negreiros* na forma dos *camburões*, *busões* ou *baús* (transporte coletivo) etc. Não à toa, conforme o título da dissertação de Azevedo (2017), *Leis que não pegam: o caso da Lei 10.216/01 em Brasília*, a Reforma Psiquiátrica é tão deficitária no Distrito Federal, com o afrente de haver não só um manicômio, mas um manicômio público e ilegal em funcionamento, o Hospital São Vicente de Paulo, monopolizando a suposta assistência hospitalar da região.

Na mesma direção, os e as participantes das organizações A e B também apontam elementos que traduzem as desigualdades territoriais do DF e as implicações disso para a militância local. Essa segregação nos e pelos espaços implica em uma dificuldade de locomoção para militantes, tanto no cotidiano, quando vão trabalhar, estudar, se divertir, quanto quando vão participar de alguma ação direta, protesto, reunião ou outra atividade em uma RAs distinta da de origem. Ao mesmo tempo, há, de forma local, em cada uma dessas RAs uma concentração de movimentos sociais, que estão travando lutas, produzindo outras dinâmicas de

vida, mas que escapam do conhecimento de outros movimentos sociais, implicando também em uma cidade cuja luta é potente, diversa, mas fragmentada, desarticulada.

Resgatamos aqui a pertinência das reflexões de D'Andrea (2013) sobre a formação de sujeitos periféricos e suas formas organizativas e de lutas que, muitas das vezes, escapam das formas mais tradicionais de militância, o que não significa que não existam. Segundo o autor, nos marcos de inflexões e recuos políticos, e em meio ao avanço da crise do mundo do trabalho, “a experiência da condição urbana começa a ser elaborada e vocalizada de diferentes formas” (D'Andrea, 2013, p. 273), a ponto que se assumir “*periférico* foi uma nova forma dessas populações se perceberem como fazendo parte de uma condição de pertencimento coletivo, e logo se assumirem como tal” (p. 274). Nesse interregno, a *arte* comparece como mediação fundamental dessa vocalização e existência, por meio de coletivos de produção artístico-cultural, e algumas formas específicas de artes, como o *Rap* e o *Hip hop*, dentre outras, compondo um rico e diverso caldo político - não sem as suas contradições, sobretudo de cooptação mercadológica. Ainda em consonância com D'Andrea (2013, pp. 279/280), a sua atuação [dos coletivos de produção artística] na periferia nos dias de hoje se encontra entre a busca por autonomia e engajamento e as continuadas seduções oferecidas pelo mercado na busca pela sobrevivência”, o que o autor pontua valer também para os movimentos sociais.

Nesse sentido, o DF se configura como a região na qual há Brasília: a cidade planejada. Mas que foi planejada para quem? Planejada para abrigar uma elite burguesa, para “erradicar invasões”²², como a própria expressão do que é uma sociedade baseada no modo de produção capitalista e ancorada na propriedade privada. A contradição inerente à cidade que é planejada, mas não para todas as pessoas que nela vivem, transitam, trabalham, se divertem e lutam, é ilustrada na fala de um dos militantes da organização A:

²² Expressão que faz referência a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), na qual milhares de pessoas assentadas em acampamentos nos arredores de Brasília e que trabalhavam na construção desta, foram brutalmente removidas para regiões mais distantes do centro.

Acho que a própria estrutura urbana da cidade ela é subutilizada porque, por exemplo, é uma contradição, assim, você... é uma cidade que basicamente não tem trânsito, mas que as pessoas não conseguem chegar no centro. Então, de alguma forma tem espaço, tem rua, tem como chegar, sabe? O que não tem é ônibus, o que não tem é metrô, sabe, mas assim, tem projeto, sabe? Tem eh... tem possibilidades assim reais, assim, tem... é uma cidade que tem muitos potenciais ali isolados. Eh... mas que também não se comunicam entre si, né? (Participante A3)

O caso do DF, por mais que não seja a mesma coisa do de São Paulo, analisado por D'Andrea (2013), traz algumas similaridades. Por outro lado, considerando o caráter segregatório *planejado* do DF, a *identidade periférica* pode apresentar teor político ainda mais substantivo, ao ser a *negação da negação*, a *desorganização da organização*, de modo que o *território usado*, ou seja, o *chão* mais a *identidade* (Santos, 2000) seja ainda mais orgânico e disruptivo. Trazemos à tona os cursinhos populares da periferia do DF, alguns deles vinculados a organizações e partidos políticos, as inúmeras iniciativas culturais também periféricas - mesmo com a maior parte dos recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) direcionados ao Plano Piloto (Mapa das Desigualdades, 2023) - e que também possuem caráter mobilizatório, formativo, possibilitando conscientização, politização e inversão da perspectiva quanto à produção de vida da *periferia para o centro*. Inclusive, um dos parlamentares de esquerda eleitos, o deputado distrital Max Maciel do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), expressa tal movimento histórico em seu *slogan* de campanha: “a periferia é o centro”²³. Dialeticamente, apesar de a segregação socioespacial do DF - síntese dos antagonismos de classe, raça, gênero etc. e conformadora destes - atrapalhar a organização unitária, ou seja, a conformação de unidade de ação, ela também forja, como uma contradição interna que se materializa na/pela agência e ação de indivíduos e grupos, a sua negação, na forma do surgimento e

²³ <https://www.cl.df.gov.br/max-maciel-2023-2026>

desenvolvimento de iniciativas periféricas que questionam nas suas próprias existências tal segregação. Por mais que boa parte destas não seja de militância, podem ser incorporadas pela militância, nutrir a militância, se tornarem militância.

Nessa dinâmica das desigualdades territoriais/socioespaciais, há reflexões que são feitas pelos(as) militantes ainda sobre a dinâmica entre centro e periferia. Ao comparar com sua cidade natal, Recife em Pernambuco, o Participante A3 aponta diferenças que percebe em relação ao centro desta cidade e do centro do DF:

eu sinto que a cidade pulsa mais a a militância e é mais fácil colocar gente na rua né até porque, acho que, não só em Recife, mas nos principais centros, o centro de alguma forma ele é um centro de fato né, no sentido de que de todos os lugares se chega ao centro. Aqui acho que não é assim, aqui pra você chegar ao centro é um inferno. Assim, é muito difícil ou muito demorado. Sabe? Então, por exemplo, fazer um ato de manhã é muito difícil porque você supõe que tem gente que vai ter que acordar de quatro e meia da manhã pra vim Fazer um ato no final da tarde é muito difícil porque a pessoa vai chegar em casa onze horas da noite. Eh... então é tudo muito difícil, tudo muito eh... complicado não funciona da mesma forma, né? Aí assim até... eh.... por exemplo, existe um metrô na cidade, só que o metrô não vai até você, são coisas que não fazem... não tem uma um sentido lógico e afasta

Ou seja, o centro do DF, onde, no eixo monumental, estão concentrados diversos órgãos federais do poder judiciário, executivo e legislativo distrital e federal, o acesso não é facilitado ao povo. Apesar de a militância não se restringir a tensionamentos do Estado nas vias institucionais, há ocasiões em que o povo na rua se posiciona próximo a instituições emblemáticas ou até mesmo dentro delas, em audiências e outros. E além do acesso ser facilmente controlado, há também uma concentração significativa de residências militares nas proximidades. Toda essa configuração sociogeográfica não é suficiente para impedir

manifestações populares na região central, mas ao mesmo tempo, essa dinâmica se relaciona com a percepção dos(as) participantes, na qual há uma distância relevante entre centro e periferia. Brasília foi projetada de modo que o povo contemple o poder, mas não vivencie, não circule ao seu entorno. Por outro lado, isso não significa ausência de organização, de mobilização. Talvez, o ponto seja que o próprio olhar da e para a militância esteja reproduzindo a *centralidade do centro*, desconsiderando ou minimizando a *agência* periférica. Fica, pois, a necessidade de maior *periferização* das organizações políticas, algo que não é simples, trazendo inúmeras dificuldades (novas e velhas) - algumas inerentes ao próprio território e suas especificidades no DF -, mas que é fundamental para a unidade de ação, a construção da unidade na diversidade.

As especificidades do DF e as consequentes barreiras à militância são o exemplo mais pronunciado (até porque planejado de tal maneira) do que é a democracia burguesa nas particularidades de nosso capitalismo selvagem, como caracterizou Florestan Fernandes (2020). Não à toa, é a capital do país, pensada nos marcos de uma modernização excludente, conservadora, alijando a classe trabalhadora da participação nos processos decisórios - o que no DF se manifesta na própria exclusão socioespacial, com o grosso da classe trabalhadora, por mais que trabalhe no Plano Piloto, sendo compelida a morar nas regiões administrativas.

Além disso, o fato de o DF ser onde localiza-se a capital do país torna esse espaço um local onde há uma concentração de poder político e isso reverbera nas dinâmicas militantes. Os e as participantes sinalizam que por ser um centro político é também um lugar de disputa e conflitos intensos, pois a concentração imprime uma potência entre organizações políticas de esquerda, mas também implica em uma quantidade e força política de direita muito marcada também. Tal como explicitou Imperatori (2022): uma “cultura conservadora, autoritária e corporativa se impõe como hegemônica” (p. 257). Ainda segundo a autora, a luta (cujo horizonte, para ela, é o da conquista de direitos) é:

atravessada por mecanismos antidemocráticos, que tentam tornar invisível o ativismo dos sujeitos que reforçam uma cultura participativa enquanto única forma de resistência da sociedade civil frente a uma cultura política brasileira fundada no favor e no autoritarismo, jamais nos direitos sociais

As participantes da organização C apontam a precariedade das políticas públicas de saúde e a baixa cobertura de serviços de saúde com algo relacionado a este campo de disputa que é intenso e hegemonizado pelo conservadorismo. E a organização B aponta os conflitos relacionados à ocupação urbana como algo que exemplifica esse tensionamento por disputa intensa.

Ao mesmo tempo, a organização B aponta também uma potência no que se refere ao DF como centro político que seria a possibilidade de aliança com alguns setores do poder institucional para concretizar ações da organização:

Mas por outro lado, a única coisa positiva de ter... única não, né? Foi foi pesada.... mas uma das grandes coisas positivas de ter os três poderes aqui e tudo mais, é o apoio que a gente consegue pra projeto. (...) Então assim, nesse quesito a gente consegue alguns apoios financeiros maior por tá em Brasília, né? E eu acho que isso às vezes na militância faz diferença assim, então isso é uma outra questão importante que eu achei de citar (Participante B2)

Finalizando as reflexões sobre a dinâmica distrital no que se refere à militância, as organizações B e C compartilharam a percepção de que há uma dificuldade de articulação entre organizações aliadas no DF, tanto entre organizações políticas cujo elemento em comum é o horizonte de transformação e enfrentamento a políticas conservadoras e liberais, quanto no campo específico da Luta Antimanicomial. A Participante C2 diz que percebe que em ações pontuais há articulação, mas segundo ela, a militância não se resume a ações pontuais, mas numa construção contínua e esta não acontece de forma articulada entre organizações aliadas.

Uma reflexão possível sobre essa desarticulação é a de que, ainda que existam afinidades entre diferentes organizações, elas são diferentes e essas multiplicidades são sobre visão de mundo, tática e até estratégia, e não meramente por afinidade. Isso justificaria uma baixa articulação, pois as heterogêneas e multiplicidades políticas implicam em divergências e conseqüentemente em uma dificuldade de articularem-se de modo mais constante. No entanto, parece ser um marco das organizações políticas o fato de serem mais fragmentadas, por serem muito diversas, ainda que componham de modo geral o mesmo campo político em determinados aspectos e dimensões políticas. As disputas políticas não são restritas a posicionamentos marcadamente opostos, mas também coexistem quando não há oposição tão demarcada.

Entendendo a diversidade humana e as contradições inerentes ao próprio ser humano, essas divergências e disputas compõem o cenário da militância. A luta organizada se dá de muitas formas e uma delas é a disputa tática, de modo que o encontro de antíteses e formulação de sínteses pode resultar em avanços de pensamento crítico e ação revolucionária; a unidade na diversidade, como já havia postulado Marx (2008).

Porém, há um outro ponto colocado pelos(as) participantes e que pode ser refletido criticamente: a radicalização da impossibilidade do diálogo com aliados(as), o que pode, contrariamente, enfraquecer a capacidade política de enfrentamentos e avanços de transformações sociais. Além disso, essa dificuldade de articulação entre organizações aliadas no DF é mencionada em alguns momentos das falas dos(as) entrevistados(as) como uma ação, por vezes, direta e personalizada de boicote e ataques pessoais, com teor de disputa pessoal e competitiva. Esse apontamento já permite que se pondere ainda a reflexão sobre o quanto que, no contexto da militância, tem acontecido a reprodução daquilo que se visa transformar e que se dá pelas dinâmicas competitivas hegemônicas nas/pelas relações no modo de produção capitalista, como ilustra o diálogo a seguir:

E a gente que sempre busca ter uma boa relação com uma gama ampla de organizações e tudo mais fica vivenciando às vezes essas várias tentativas de boicote, passada de perna e tudo mais que também vai gerando, né esse desgaste assim, essa frustração. Porque a gente não só enquanto sujeitos individuais, mas enquanto sujeito coletivo que é a organização, o movimento, né? (Participante B4)

E só pra é... meio que deixar no ponto. Ao ponto de ter tipo assim, ataque pessoal, ao ponto de ter, sei lá, de não ter apoio pós acidente de carro, a pessoa passou e te viu e não te apoia. Enfim, são coisas muito desgastantes mesmo, assim, sabe? Que cê depois do cansaço todos se olham pra aquilo e falam, não é possível que seja assim. E é isso, dá, dá um desgaste muito grande. (Participante B2)

Considerando a busca por compreender as dinâmicas militantes e a saúde mental destes e destas, pode-se refletir sobre o quanto a militância, para além da própria organização, tem conseguido construir relações distintas dos modelos de relação da sociedade, cuja luta visa transformar. Quanto a disputa personalista com objetivos individualizantes tem se destacado em detrimento da disputa política, tática e estratégica, por projeto de vida e sociedade?

Nesse sentido, a dinâmica militante do DF e a dificuldade de articulação apresentada pelos e pelas participantes da pesquisa traz elementos fundamentais para que seja possível refletir não só a realidade atual do local, mas também como esses processos e interlocuções dizem da própria organização da classe trabalhadora e de seus instrumentos de luta, e como reverberam na saúde mental desses sujeitos. Diante disso, foi possível também identificar em outros aspectos e em diálogo com o que foi apresentado até aqui, desafios e potencialidades na e da militância no que se refere à saúde mental.

SAÚDE MENTAL NA E DA MILITÂNCIA

Durante essa pesquisa, foi possível compreender diferentes atravessamentos que se relacionam com a saúde mental dos e das militantes, desde a afirmação da existência de sofrimentos e suas múltiplas determinações, até especificações mais complexas sobre as dinâmicas que estão relacionadas a isso e a sua superação. Foi possível também, a partir da identificação de certas dimensões que atravessam as relações militantes, apontar quais são as estratégias já existentes para lidar com o sofrimento, no sentido de superá-lo ou minimizá-lo no próprio contexto em que se dá a militância.

Dessa forma, no eixo *Saúde mental na e da militância* foram organizadas categorias que sinalizam as unidades de sentido mais expressivas, que demonstram, na primeira parte, os desafios e o sofrimento psíquico no contexto da militância. Na segunda parte, foram organizadas categorias que explicitam as potencialidades na e da militância tanto para minimização e superação desse sofrimento quanto para a potencialização da própria luta pela via das possibilidades de manutenção/promoção de saúde.

A vida não é feita para militar: os desafios e sofrimento psíquico *na e da militância*

A categoria *militância atravessada pelo sofrimento*, cujo conteúdo aparece explicitado nas entrevistas com os grupos das três organizações e na entrevista individual, demonstra a convergência da manifestação de que *há sofrimento psíquico na e da militância*. A escolha por *atravessamento* se dá por não ser algo inerente ao contexto da militância (Keppler, 2011; 2017; Minetto, 2018; Santos, 2022), mas, sim, por ser um processo no qual esses grupos e sujeitos são perpassados por dinâmicas e determinações que se expressam na/pela produção de sofrimento ou o seu aguçamento. Ou seja, fazer parte de uma organização e lutar pela transformação social não é o que promove sofrimento, não se configura como causa. No entanto, é relevante identificar e demonstrar como o sofrimento psíquico de militantes tem se

manifestado, quais suas expressões e, a partir disso, também refletir sobre quais são as possibilidades de enfrentamento e de potencialização da luta e mobilização popular.

Nessa categoria, os e as militantes expressam de maneira mais generalista a forma como percebem o sofrimento no contexto de suas vidas, suas organizações e em outras que tenham tido algum contato. Para mencionar desafios da e na militância sobre a saúde mental, utilizam múltiplos termos, tais como: “produção de vida afetada”, “adoecimento”, “sofrimento psíquico”, “doença mental” e outras expressões como “cabeça arrebitada”, “ruim da cabeça”, “afetado emocionalmente”. Além dessas denominações, esses e essas participantes também mencionam que há cansaço, desgaste, ansiedade, frustração, crise na vida, para se referir às afetações no que se refere a saúde mental.

Eles(as) evidenciam sofrimentos que se relacionam diretamente a acontecimentos e dinâmicas ligadas à vida militante, mas também sinalizam que, em paralelo e conjuntamente, existem outras dimensões da vida em outros contextos que irão compor essa manifestação de sofrimento. Colocam, inclusive, a percepção de que a luta poderia ser potencializada se militantes tivessem melhores nesse quesito. Reforçam também o que será discutido em outros momentos dessa dissertação, que é o fato de que a própria vida e a luta ganham sentido com a organização coletiva, apesar dos desafios.

Ainda nessa categoria, os e as militantes compartilham a consciência das dimensões estruturais no que lhes provoca sofrimento. Delineiam que as determinações de raça, etnia, gênero e classe estão imbricadas à intensidade e ao modo de sofrimento, como, por exemplo, as relações entre pobreza, o fato de ser mulher e negra, dentre outras. No entanto, ao mesmo tempo em que esse entendimento parece favorecer a sensação de pertencimento, de encontro com pares e de enfrentamento coletivo, também pode intensificar o caráter desafiador da própria luta. Isso é evidenciado pela fala da Participante B1:

Então, assim, quando cê sabe que (...) vou falar aqui de racismo. Eu (vou) acabar com todos os problemas que envolvem, que passam por mim, que me atravessam, que estão ligados ao racismo? Eu sei que não é, tipo, só melhorar a minha autoestima que vai funcionar, né? Tipo, acabou... acabaram os seus problemas. Então quando a gente tem um problema é muito maior e aí isso ao mesmo tempo... ele é desesperador, porque não sei se eu vou conseguir ter essa cura agora na minha vida em vida, mas também me ajuda muito em saber que ‘tamos’ aí lutando coletivamente pra poder fazer.

Adicionalmente, os e as militantes também apontam as dificuldades da luta organizada, pelo constante estado de resistência, tal como indica a fala a seguir:

Os coletivos são barrados o tempo todo, então fazer resistência é um processo extremamente doloroso, é você ter que resistir a tiro, porrada e bomba toda hora, é você ver uma política extremamente precarizada e cada vez mais precarizada. Então, a gente se desestimula também por conta do que é, do que tá sendo dito ali, né (Participante C1)

É importante destacar o que já foi apontado por Keppler (2011), o sofrimento intenso que, por vezes, compõe essas vivências, mesmo sendo aqui apresentados em destaque a correlação deste com a militância, “não cabem apenas na vida de um militante, mas estão presentes na vida da maioria da população” (p. 120). Além disso, Barbosa (2023) sinaliza ser um equívoco atribuir essa responsabilidade exclusivamente à militância e esperar dela a superação desse sofrimento. E adiciono ainda que é fundamental que cada organização consiga perceber as próprias relações e os processos de saúde-adoecimento de cada militante e destes conjuntamente, a fim de aproximar seus horizontes revolucionários às suas estratégias organizativas internas. No caso das organizações políticas, não se trata, pois, de se isentar, de fugir de suas responsabilidades, reproduzindo culpabilizações individuais, como as do “milita que passa” (Magalhães, 2019, s/p.), que, inclusive, tendem a desconsiderar sua complexidade

e múltiplas determinações, bem como as próprias contradições expressas na/pela organização. Assim, não só não se lida com a questão como uma questão coletiva, da própria organização política, despolitizando-a - algo que é contraditório ao que se propõe uma organização política, seja ela qual for - como pode-se reproduzir aquilo que está na sua gênese, como o machismo, o racismo, a LGBTQIAPN+fobia etc. - que a própria organização e a militância visam combater. Ou seja, ter uma organização política atenta às necessidades de saúde de seus militantes e a forma humanizada com a qual se lida, imprime nessas relações a sociabilidade diversa da vigente e, por conseguinte, também potencializa a capacidade de seguir militando.

Para Minetto (2018), é necessário, nos marcos de uma análise totalizante e da dialética singular-particular-universal, apreender as dinâmicas e especificidades da militância, em movimento antagônico e dialético com as condições de vida em que ela se desenvolve não só no modo de produção capitalista, mas nas particularidades do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, o sujeito militante não é um indivíduo apenas construído nos tensionamentos da militância, mas também o que é forjado (e se forja) nas outras esferas da vida, como por exemplo, o *mundo do trabalho*, o que remete à sua condição de trabalhador e, portanto, explorado. Ou seja, sua produção de vida não se resume à militância, sendo ela apenas uma de suas dimensões, facetas - ao passo que se dá na relação com as outras ao dizer de um ser em movimento, enquanto totalidade múltipla, contraditória, circunscrita à própria totalidade social (capitalista).

Em discordância à compreensão de que a militância *per se* adoece, busca-se uma análise totalizante que remete às determinações das condições de vida e saúde, de modo que a autora elenca cinco dimensões críticas gerais: a) a vida produtiva (do trabalho), cada vez mais precarizada por meio de processos de aumento da produção e extração de *mais-valia*, como o aumento da jornada de trabalho, a flexibilização dos processos de trabalho, retração salarial, aumento do desemprego, perda de direitos, fragilização dos vínculos trabalhistas, dentre outros;

b) vida de consumo e cotidiano, em que se constata cada vez mais a redução de tempo livre (atrelado ao ponto anterior), com jornadas duplas, triplas de trabalho, sobretudo nos casos das mulheres; c) a vida política, no tensionamento das estratégias de desenvolvimento das organizações políticas, em suas condições antagônicas a uma realidade de *vitória* do individualismo burguês, da desmobilização; d) a vida ideológica, em que se tensiona pelas relações sociais de competitividade, individualismo e, no campo da saúde mental, da (psico)patologização e medicalização da vida (Viapiana, 2017); e e) a relação com as condições naturais, na submissão dos ambientes de produção e vida à dinâmica cada vez mais exploratória, acumulativa e, nisso, destrutiva do capitalismo (Minetto, 2018).

Estar orientada a transformar a sociabilidade na qual se vive, não faz com que a militância esteja ileso, escape das contradições que dizem da própria sociabilidade na qual ela se faz militância. Ao abordar os potenciais da militância quanto à saúde mental, Magalhães (2019) adverte que, mesmo sendo uma atividade “diametralmente oposta” (s/p.) às formas alienadas de organização e reprodução do capital, que se opõe ao seu caráter desigual, racista, machista, em suma, exploratório e opressivo, a militância não é imune às marcas desse processo, podendo reproduzir justamente aquilo que ela busca superar - o que, por sua vez, reitera a necessidade de não se romantizar a militância. Pelo contrário, a sacralização da militância tende a significar, justamente, a fetichização da militância, a negação de suas contradições, bem como a sua alienação da totalidade social, podendo resultar em desdobramentos deletérios, inclusive na saúde mental, como a produção de sofrimento psíquico ou a sua agudização (Magalhães, 2019). Algumas das situações de sofrimento psíquico atreladas à militância, por mais que não sejam culpa da militância *per se*, sinalizam e denunciam isto, devendo ser abarcadas e superadas a partir das singularidades e necessidades concretas dos indivíduos.

Se o sofrimento psíquico, ao qual alguns denominam como loucura - e que mais modernamente, atribuem categorias diagnósticas - perpassa a vida de todos(as) mais ou menos intensamente, de forma mais ou menos direta, pode-se lançar um olhar mais humanizador. Isto é, o sofrimento psíquico manifestado por militantes, enquanto elemento denunciativo configura-se como expressão das mazelas da sociedade e essa consciência crítica contribui para uma leitura da realidade e dos alvos a serem superados. Além disso, a forma de lidar com este sofrimento, de forma mais humanizada, coletivizada, pode ser elemento fundamental de impressão nas relações atuais o que se pretende como horizonte, pela via da luta militante, potencializando a luta.

Ainda sobre os a reflexão acerca do sofrimento psíquico dessas pessoas, chama atenção o apontamento sobre o quanto essa militância tem sido feita pela via da resistência às precarizações. Se o cerne da luta e o seu objetivo mais imediato está sendo fazer o enfrentamento a uma política neoliberal, de enfraquecimento e desmonte das políticas sociais, redução de direitos trabalhistas, previdenciários e consequente rearranjo precarizador da vida, como tem sido feito desde antes do governo de Bolsonaro, isso significa intensos impactos negativos à militância.

Esses desafios que se referem à precarização da saúde e vida, em geral, implicam diretamente na própria atuação militante, enfraquecendo a capacidade de mobilização, enfrentamento e resistência política. Ou seja, o sofrimento psíquico enquanto expressão de uma condição de vida objetivamente mais precarizada, pode implicar na diminuição da capacidade de enfrentamento do próprio sofrimento - singular e do grupo - e de construção da transformação social. Isso é ilustrado pela fala do Participante A1:

A militância também carrega essas contradições e, de fato, causa muito sofrimento por estar inserido dentro desse contexto já de adoecimento mental e tendo que enfrentar isso na luta, na prática, e a luta causa também muito sofrimento nesse sentido. Eh....

causa muita frustração se a gente quiser ter um entendimento da realidade, a gente precisa estar por dentro do que está acontecendo e se você parar para ver todo dia notícia do Brasil, isso já é um sofrimento psíquico por si só.

Por outro lado, isso diz de um arrefecimento do horizonte de lutas, de capacidade organizativa e ação da classe trabalhadora. Esse sofrimento e concentração das forças em resistir, implica em uma demonstração denunciativa do quanto está - ou não está - sendo construído coletivamente outras formas de sociabilidade e de enfrentamento político. Da mesma forma, deve-se notar também que o horizonte de transformação social não é e nem pode ser restrito à resistência, mas para além, na construção de avanços concretos.

Além dos desafios do enfrentamento político constante, os e as participantes falam sobre sentirem-se prejudicados(as) por lidar com perseguições políticas, nas quais há prisões ou risco de morte. Esse elemento não é novo, não está restrito às vivências dos(as) militantes da atualidade ou apenas dessa pesquisa. Ser um sujeito que se coloca em posição de enfrentamento, denúncia e oposição às estruturas opressivas implica em riscos reais, que se dão por perseguições políticas, criminalização e execuções. Historicamente, essas fatalidades físicas das maiorias populares se configuram como “estratégias de controle social, segregação, criminalização ou de extermínio e genocídio de determinados indivíduos e grupos sociais que intentaram insurgir contra o sistema e se libertar” (Costa & Mendes, 2020c, p. 691). Episódios recentes em que pessoas como Marielle Franco, Dom, Bruno e lideranças indígenas e quilombolas demonstram isso, na realidade brasileira. Esses riscos aliados à precarização da vida e todas as reverberações do acirramento político, implicam em desafios significativos à saúde mental desses(as) militantes. Os(as) participantes apontam ainda para a singularidade da capital do país, na qual, por ser um centro político, aglutina força combativa na esquerda, mas também concentra muita força conservadora. Isso impacta diretamente na intensa pressão e em

um cenário de tensionamento constante da militância o que, por sua vez, pode resultar em sofrimento psíquico e adoecimentos - em um ciclo vicioso.

Essa relação entre vivências próximas e concretas de violências contra camaradas e os consequentes sofrimentos experienciados a partir disso resgata lições apresentadas por Martín-Baró (2017a), em que, ao ter contato com camponeses(as) desalojados(as) pela guerra, identificou que seus comportamentos remetiam a traços de delírio paranóide, em que manifestaram intensa desconfiança e hipervigilância. No entanto, após compreender as circunstâncias - de guerra - que haviam enfrentado, assumiu-se que, na verdade, “tratava-se da reação mais normal que se poderia esperar diante das circunstâncias anormais que eles tinham que enfrentar” (p. 225).

Essa lição de Martín-Baró (2017a) configura-se como elemento fundamental para compreender algumas das expressões de sofrimento psíquico apresentadas por militantes e ainda convoca a uma reflexão crítica acerca da patologização de manifestações de sofrimentos intensos que são apresentadas como *reações normais a condições anormais*. Ou seja, cabe considerar que a vivência constante de situações que envolvem risco e desgaste atravessam o sujeito militante, vulnerabilizando-o e intensificando sofrimentos. No entanto, a atribuição de psicopatologias reforça uma individualização das questões, ignorando sua constituição enquanto um ser social e suas relações e secundariza sua relevância, diante de outras necessidades humanas (Martín-Baró, 2017a).

Além desses aspectos mencionados de forma mais generalista, outros conteúdos e sentidos mais específicos foram expressos pelos(as) participantes. A noção da *organização atravessada pela lógica produtivista* fica evidente nas três organizações políticas. Foi possível identificar a existência de um processo no qual há a expressão do produtivismo e trefismo típico da lógica capitalista em um mundo de trabalho cada vez mais flexível, pautado na/pela intensificação e precarização do trabalho e aumento da exploração. Os(as) entrevistados(as)

sinalizam que há um excesso de trabalho, ou uma desorganização da divisão das tarefas, e que isso impacta diretamente na saúde mental dos e das militantes, impactos que são externalizados pela sensação de exaustão, de sobrecarga e de frustração. Ao mesmo tempo em que expressam esse sofrimento, indicam que esse processo se refere não ao contexto da militância em si, mas como algo que trazem como “as marcas do mundo” (Participante A2) - corroborando com o que é debatido por Keppler (2011; 2017), Minetto (2018), Santos (2022), dentre outros. Destaca-se que à medida que se fala sobre os desafios presentes no contexto da militância, identificam-se alternativas para o enfrentamento de problemáticas específicas, tais como melhorar a divisão de tarefas. Isso fica evidente na seguinte fala:

eu senti que a gente está inserido dentro dessa lógica neoliberal, de "a gente tem que produzir", a gente sabe... eu nunca vi tanto ser falado de produtividade, nunca na minha vida como tá sendo falado hoje em dia e essa culpa que vem junto com essa palavra é muito grande né? Porque se você não é produtivo então você é menos, então você não é digno, você... enfim, e eu acho que as pessoas, muitos militantes, eles trazem toda essa lógica pra dentro da militância e não necessariamente algo que é imposto pela organização, pela militância, pela direção, mas algo que o militante traz de si, dessas marcas do mundo mesmo. (Participante A2)

Nesse sentido, cabe refletir que, assim como aponta Keppler (2017), a consciência de que o sistema precisa ser transformado não torna uma pessoa automaticamente alheia às contradições deste mundo. Ou seja, as pessoas engajadas na luta não têm suas vidas restritas a ações da militância, não estão isentas das contradições e sua existência é conformada nos/pelos modos de sociabilidade vigente. Isto não pretende afirmar que o ser está acabado e limitado às imposições da dinâmica social vigente, mas na consideração de que essa existência não se dá em um vazio histórico, e portanto, cada um e todos agem no mundo de modo a reproduzir os

mesmos modelos relacionais. No entanto, se admitimos que dialeticamente o homem é formado e formador da realidade, há, portanto, a capacidade de transformação, de si e do mundo.

Nesse sentido, é relevante também apontar que, além dessas reproduções nas relações militantes e destes(as) com as tarefas a serem cumpridas, existem impactos ainda mais proeminentes para certos(as) militantes, em decorrência das suas condições concretas de vida. Se as condições e possibilidades de trabalho estão piores, o(a) militante trabalhador(a) mais pauperizado, encontrará desafios mais intensos para organizar-se politicamente. No mesmo sentido, uma mulher, negra, que estuda, trabalha e é mãe, outros desafios serão experienciados por ela para seguir na militância.

Sendo assim, a lógica produtivista que atravessa as organizações políticas implica em uma dinâmica que pode contribuir para o sofrimento psíquico de militantes, mas essa perspectiva não aponta para a culpabilização do grupo nem para indicação de falha, necessariamente. Mas sinaliza que entender esses atravessamentos permite que a organização política, enquanto grupo, tenha uma autocrítica de perceber-se nessas reproduções contraditórias. E admite como possibilidade uma auto-organização que considere as condições concretas de cada sujeito e do grupo, com suas potencialidades e limitações.

Desse modo, se há uma intensificação da lógica produtivista no contexto geral, assim como uma intensificação ampla do sofrimento psíquico, esses impactos também serão reproduzidos e experienciados na/pela militância. Mas compreender isso confere-nos também elementos que nos indicam os caminhos de transformação que acontecem e que podem vir a acontecer. E ainda deve-se considerar as singularidades das expressões e das condições concretas de cada sujeito e grupo para, então, superar essas contradições e construir novos modos de existir, mais humanizados e, portanto, mais próximos ao horizonte da própria luta.

Ainda no que se refere ao atravessamento dessa lógica produtivista, a *sobrecarga* é um dos seus modos de externalização do sofrimento. Esta está presente na fala dos(as)

entrevistados(as), demarcando ser este um ponto nevrálgico nessas organizações, sobretudo para mulheres, sendo apontado como uma das razões para o afastamento de muitos e muitas militantes, especialmente, se estes(as) são pessoas mais ativas nestes espaços. Mas chama atenção que, no coletivo composto apenas por mulheres, elas sinalizam que, em certos momentos, a sobrecarga comparece a partir do excesso de acolhimento umas das outras, o que é explicitado pelas seguintes falas de um diálogo:

Eu acho que de uma forma geral bem a gente acolhe e eu acho que a gente conversa, a gente traz sempre pro diálogo (Participante C1). Acolhe até demais (Participante C2). É. Isso que ia falar (Participante C3). Mas esse acolhimento gera sobrecarga do outro. E aí o outro daqui a pouco vai se afastar porque não tá dando conta. E aí tem um momento também que a gente não dá conta enquanto coletivo e aí a gente barra tudo também (Participante C1).

Este modo de funcionamento compartilhado pelo grupo é algo singular, uma dinâmica experienciada de forma específica pelo grupo e pode estar relacionada com o fato de ser um grupo composto por mulheres profissionais da saúde mental. Mas de modo geral, a sobrecarga é colocada como desafio, mas também aponta para algumas potencialidades e iniciativas estratégicas utilizadas na/pela própria militância. Quando a Participante B2 sinaliza que “algumas pessoas não conseguem ter seus próprios limites”, ela expressa que além da dificuldade coletiva em gerenciar a divisão das tarefas, há, singularmente, uma dificuldade em gerenciar as próprias capacidades e limitações, no que tange ao coletivo e para além do coletivo.

Isso não implica a individualização da problemática, pelo contrário, explicita uma tendência atual, também manifestada pela categoria de *militância atravessada pela lógica produtivista* de que o sujeito precisa ser produtivo e, para isto, deve dar conta de todas as inúmeras tarefas a ele(a) designada e/ou por ele(a) assumidas. Nesse sentido, perceber e

determinar as próprias limitações implica uma ruptura com essa lógica e pode ser entendida como a construção de um outro modo de funcionamento, no qual enfatiza-se não apenas a melhor divisão das tarefas, mas o compartilhamento e a solidariedade mútua.

Ainda sobre a sobrecarga e o cuidado, elas mesmas fazem a análise de como o acolhimento umas das outras se relaciona com o gênero, tal como exemplificado na fala a seguir:

Eu acho que até assim... tem uma questão de gênero aí. É. Nós somos mulheres. Então assim... fomos criadas para cuidar, não tem como dissociar disso. Isso, temos várias críticas, mas isso comparece na nossa forma de se relacionar com outras pessoas. Então, é um coletivo que tem muito cuidado, assim, com as outras (Participante C2)

Nas falas das militantes da mesma organização há ainda a expressão da sobrecarga, demarcando não apenas a problemática da exaustão, mas a percepção de que são as mulheres quem mais sofrem. Além disso, sinalizam que o fato de ser mulher se relaciona com a necessidade de legitimação, que, por conseguinte, torna a militância mais cansativa, impactando diretamente a saúde mental. Isso fica evidente no seguinte diálogo:

A gente está sempre ali procurando preencher essas lacunas também né. Acho que isso é um importante falar porque a gente tem essa questão de gênero. Eu acho que a gente também se prepara pra que a gente seja legitimado né? Nós aqui, todas somos mulheres brancas, mas o nosso coletivo tem outras mulheres, e isso... eu acho que isso já facilita também, né, por ser mulher branca. Mas é a questão de gênero. A gente precisa, é... exatamente assim, de uma legitimação ainda maior, mas a gente precisa se legitimar, então, quanto mais capacitado a gente for, a gente consegue mais legitimação (Participante C3). E isso impacta diretamente a nossa saúde mental, dentro do coletivo, a gente tá sempre muito atualizada, com muito desejo de fazer mudanças, de fazer várias transformações e extremamente cansadas também, né? Porque é o tempo todo a gente

não só provando pro outro que a gente dá conta mas pra gente também, pra nós mesmas (Participante C1).

Outro aspecto relevante quanto à condição de mulher militante nas falas das pessoas entrevistadas, é a demarcação das relações de gênero e raça. Apesar de não haver aprofundamentos e de a maioria dos(as) entrevistados(as) serem pessoas brancas, há a sinalização, pelas falas das mulheres brancas, que há sofrimentos e sobrecargas que são marcadamente em razão de opressões de gênero, mas que a dimensão racial enquanto determinação social inscreve outra dinâmica a esse sofrimento. Isso dialoga com o que Passos (2020) assinala ao dizer que a distribuição de tarefas, sobretudo as que envolvem algum cuidado com o outro, “é determinada a partir do gênero e se aprofunda com a raça e a classe, promovendo a naturalização de supostas habilidades” (p. 118). Ou com Hirata (2016, p. 54), quando constata e explicita que o “trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras [...]”. Há uma reverberação nas relações entre mulheres, de modo que o cuidado²⁴ no contexto da militância seja experienciado, por vezes, como mais um elemento que contribui para sua sobrecarga.

Eis mais um dos motivos para as organizações se atentarem: a) às múltiplas determinações da saúde mental (que atravessam e determinam as próprias organizações); b) a não redução do cuidado à terapia e demais ferramentas tradicionais do campo psi. Não se atentando, pode-se não só reproduzir uma lógica psicologizante, privatizante, como, numa sociabilidade patriarcal, reproduzir a sobrecarga de mulheres também no que se refere ao cuidado da saúde mental dos(as) militantes.

²⁴ Aqui se trabalha com uma concepção de cuidado, como “uma das necessidades ontológicas do ser social” (Passos, 2016, p. 218), não restringindo-o, portanto, ao *care* ou ao *care work*. Para maiores informações, ver o trabalho de Passos (2016).

Há também um *fatalismo*, que aparece nas falas da organização B, tanto na entrevista realizada em grupo, quanto na fala da militante que foi entrevistada individualmente. Essa categoria emerge externalizando a ideia de que muitos dos problemas enfrentados não tem soluções a curto prazo e que ficam “tentando enxugar gelo” (Participante B1). Sobre isso, há uma fala muito emblemática, de uma militante:

a gente precisaria melhorar a nossa vida. Vida, a vida mesmo, e eu não vou conseguir melhorar a vida de ninguém. Tipo eu não vou conseguir sei lá, é... colocar, dar uma casa pra (outra militante da organização), por exemplo, que é uma coisa que pega pra ela. Ela não tem onde morar, ela vem de despejos. Então, acho que melhoraria muito a saúde mental dela se ela soubesse que não vai ser despejada ou que o governo não vai deixar de dar o auxílio. Eu não consigo garantir isso. O movimento não consegue garantir isso. Então de forma mais profunda eu não sei se a gente consegue, sabe? Coletivamente, acho que a gente consegue, e aí eu não sei se é falta minha de horizonte de parar pra pensar sobre isso mesmo e de buscar alternativas, sabe? (Participante B1)

Essa fala expressa algo que chama atenção em muitos momentos, durante a realização da pesquisa, que é o fato de que há um horizonte de transformação social ao mesmo tempo em que há também uma constatação de impossibilidade de atender a necessidades imediatas. Não foi mencionado de forma direta a necessidade de atuação da organização política no sentido de fomentar a ampliação e fortalecimento de políticas públicas, como elemento tático de minimização de impactos das desigualdades, por exemplo. Por outro lado, esse tolhimento prospectivo não significa, necessariamente, paralisia, até porque o sentimento deriva do movimento das(os) militantes, isto é, da própria militância. É, pois, revolta - ou está munida dela. Ademais, atrelado a ele está também o profundo sentimento de solidariedade com o outro; a necessidade de se transformar as condições concretas de vida não apenas do militante em si,

mas de outras pessoas, militantes ou não, o que expressa o caráter dialético do que pode ser lido, na superfície, como um fatalismo sinônimo de paralisia.

Nesse sentido, cabe refletir sobre pontuações que são colocadas por Costa e Mendes (2020c) em que os autores constroem uma reflexão crítica sobre o conceito de fatalismo cunhado anteriormente por Ignacio Martín-Baró. O fatalismo, na construção teórica *baroniana* é entendida como o “destino fatal que marginaliza os povos latino-americanos de suas próprias histórias por meio de uma aceitação passiva e resignada de sua condição” (Costa & Mendes, 2020c, p. 698). No entanto, cabe entender que, na verdade, o fatalismo, a partir da realidade de desigualdade social, se configura como a internalização e subjetivação da realidade objetiva e externa. E essa compreensão leva os sujeitos, especialmente pauperizados e marginalizados, a se perceber fadados às limitações dadas e impossibilitados de qualquer transformação social.

Complementarmente e em paralelo ao que se compreende por sofrimento psíquico, enquanto expressão da lógica vigente e como sua denúncia, o “fatalismo é, dialeticamente, a expressão da miséria real e o protesto contra ela.” (Costa & Mendes, 2020c, p. 694). Dessa forma, podemos refletir que o fatalismo apresentado pelos(as) participantes desta pesquisa se configura como essa internalização de que não há saída a (des)ordem opressiva e não, cabe, nem mesmo tentar transformá-la. No entanto, objetivamente, não é o que ocorre já que estes sujeitos são exatamente os que têm buscado saídas pela via da resistência, pela revolta e, portanto, reafirmam saídas e alternativas a tal miséria.

Assim como acontece ao falar de outros desafios e impasses da vida militante, afirmar sobre essas impossibilidades concretas e imediatas apontam também para as alternativas e potencialidades da própria militância para que viabilize, minimamente, essas garantias. E é nesse sentido, que chama atenção a afirmação de que a organização política e o(a) militante em si não tem a possibilidade de “melhorar a vida” de alguém, por meio da satisfação de necessidades básicas para a sobrevivência, como a moradia. Essa afirmação carrega um

realismo, no sentido de que, de fato, no modo de produção capitalista, as expressões da questão social, como pobreza e suas reverberações não serão extintas, mas pode incorrer também em uma negação da própria luta. Por outro lado, pode-se entender que essa problemática viabiliza fissuras reflexivas sobre as possibilidades mais imediatas da militância no que tange ao alcance de elementos mais essenciais à vida. E é neste ponto que é possível sinalizar a relevância das organizações políticas e movimentos sociais como tensionadores de fortalecimento de políticas públicas, vias pelas quais é possível minimizar o sofrimento psíquico e garantir serviços e bens essenciais à sobrevivência da população, de forma mais imediata.

Nesse sentido, ao passo que a política social “busca um equacionamento das refrações da questão social capitalista e, portanto, está circunscrita aos marcos do modo de produção capitalista” (Yamamoto & Oliveira, 2014), minimizam as mazelas, diminuem tensões sociais e a aparente necessidade de transformações mais profundas, também gerenciam os *sintomas sociais*, minimizando as expressões da questão social. Diante disso, ainda que exista divergências táticas quanto a incidência do grupo militante na reivindicação construção, manutenção e fortalecimento das políticas sociais, pode-se levar em consideração que há possibilidade de viabilização e fortalecimento da própria luta quando se tem um conjunto de políticas, sistemas e serviços capazes de garantir, ao menos, moradia, saúde, etc.

Sem tornar invisível as contradições inerentes e menos ainda sem findar o horizonte nesse aspecto limitando-a “à arte do possível” (Harnecker, 2018, p. 16), mas destaca-se a relevância da aproximação de organizações políticas das políticas públicas, inclusive, no que tange a políticas de saúde e suas disputas em torno do campo da saúde mental. Se abordamos aqui a precarização da vida, o sofrimento psíquico na e da militância e questionamos sobre quais são as estratégias possíveis, podemos tirar dessas reflexões o apontamento da possibilidade participação popular na elaboração, execução e fortalecimento das políticas que vão, inclusive, fortalecer seus processos de saúde e a própria capacidade militante.

Em continuidade aos desafios compartilhados pelos(as) militantes que participaram desta pesquisa, existem também duas categorias que se relacionam substancialmente, e sintetizam o que emerge nas falas das três organizações de formas distintas, o que demonstra a convergência, mas também singularidades das diferentes organizações e entre os(as) próprios(as) militantes. A *fragmentação do(a) militante*, que expressa esse recorte do sujeito entre vida militante e não militante, aparece nas organizações C e B, de formas diferentes, e não aparece na organização A. Já a categoria *negação da singularidade* expressa o que é dito na fala de uma entrevistada da organização A e não aparece nas outras duas.

As duas categorias podem ser entendidas como desdobramentos de uma divergência entre individual *versus* coletivo, no qual alguns militantes se veem inseridos em um conflito no qual, aparentemente, a vida militante existe de modo separado e divergente de uma vida não militante. Entende-se que o sujeito não é fragmentado, e que suas atuações em um contexto e noutro não o torna distinto ou parcelado, mas que sua existência, sua totalidade compreende uma síntese dinâmica dessas múltiplas determinações sociais. Isso implica que, mesmo circulando em diferentes espaços e construindo diferentes tipos de relações, no trabalho, com familiares, com amigos não militantes, no contexto da organização política, este sujeito ainda deve ser entendido enquanto uma totalidade. Essa impossibilidade de fragmentação é ilustrada quando a Participante B1 diz “(...) desligar uma chave da minha vida pessoal, porque isso não existe.”

Por outro lado, há a demonstração de uma dificuldade presente no contexto da militância de conciliação de diferentes aspectos e relações da vida, tornando-se necessário, gerenciar seus diferentes papéis a fim de evitar ou minimizar o sofrimento psíquico. Demonstrando, dessa forma, a relevância também do estabelecimento de limites para a saúde mental a fim de não estabelecer uma relação trefista e de hiperprodutividade. E isso não implica na fragmentação

do sujeito, mas no amadurecimento da necessidade de cada um, que por vezes, implica na modificação dessa relação com a luta organizada.

Na organização B, há a expressão da dificuldade de conciliação presente da militância com outras áreas da vida, tornando necessário abrir mão de algo e lidar com o sofrimento que isso lhes confere. O que fica demonstrado no trecho a seguir:

eu tenho muita dificuldade de conciliar minha vida coletiva com a individual e eu vejo que isso não é um problema só meu. Então por exemplo, uma coisa que acaba que eu tenho muita dificuldade, que eu vejo que outros militantes também tem, é você conseguir conciliar, por exemplo, seu tempo com a família, o seu tempo com os amigos, com as tarefas da militância e aí começa a ter uma cobrança de todos os lados da sua vida e você sabe que por você ser militante você tem um compromisso a mais com uma organização que não é o compromisso que todas as pessoas ao seu redor vão ter, não é o compromisso com a sua família tem [...] enfim você fica com essas com esses pesos aí que você tem que fazer, se sentindo mal por priorizar uma coisa, mas mal por também não priorizar a outra (Participante B2)

Ao mesmo tempo, uma entrevistada da organização A sinaliza que sente falta de que exista, além de um “olhar para o coletivo”, “um olhar também para o individual”, apontando para uma necessidade de atenção às singularidades em uma coletividade. Ou seja, é necessário atentar-se às dimensões coletivas do sofrimento psíquico e isso não deve implicar na completa anulação e diluição do sujeito, mas sim na atenção também da dimensão singular do que está sendo manifestado, que diz respeito ao grupo e a própria realidade.

Cabe, no entanto, destacar que não há dicotomia entre individual e coletivo, uma vez que singular não é sinônimo de individual-privativo, pelo contrário, apreender a dimensão singular de um sujeito implica a dialética de que na singularidade está contido o universal, o universal se expressa no singular (singularmente), ao passo que o singular conforma o universal

e é a vida de acesso (mais concreta) a ele, conforme assinala Pasqualini e Martins (2015, p. 366):

Considerar que o singular e o universal coexistem no fenômeno significa afirmar que “o homem é, ao mesmo tempo, portador de uma singularidade, que o distingue de todos os outros seres, e de uma generalidade, que o torna um ser semelhante a qualquer outro” (Almeida, 2001, p. 71). Trata-se, então, de revelar como a universalidade do gênero humano se expressa e se concretiza na singularidade do indivíduo.

Nesse sentido, cabe apontar a impossibilidade dessa fragmentação do sujeito tanto no sentido de que uma individualidade apartada e isolada do todo, uma vez em que o ser social, em sua totalidade é síntese de múltiplas determinações, quanto no sentido das possibilidades concretas de vida. A experiência de usufruir do tempo de formas distintas, em contextos e ciclos sociais distintos não fragmenta o sujeito e a vida, pelo contrário, torna-o coletivo. Além disso, cabe destacar que a individualização e fragmentação do sujeito por uma ótica privatista vai no sentido contrário ao que se tenta viabilizar pela organização política. E isso não significa anular as singularidades, o esforço pode e deve ser em razão do fortalecimento das potencialidades de cada pessoa, sem buscar uma homogeneização (Harnecker, 2018). Ao mesmo tempo em que se viabiliza o fortalecimento do grupo enquanto coletividade, entendendo que essa é uma importante potencialidade do que se refere a saúde mental militante.

Intimamente relacionada a uma percepção individual-privativa de ser, a categoria *psicologização do sofrimento* expressa alguns aspectos do senso comum sobre saúde mental e sobre a problemática de redução da saúde e do sofrimento psíquico ao campo *psi*. Ressalta-se que o conhecimento prévio da temática da pesquisa e da área de conhecimento da pesquisadora - psicóloga - tende a levar os e as participantes a conduzirem as suas respostas pela via de aspectos mais comuns sobre saúde mental, tais como sua relação com a psicologia, incorrendo

em “psicologizações” do sofrimento e das estratégias de enfrentamento. Contudo, também pode expressar a própria hegemonia psicologizante sobre a saúde mental.

Dessa forma, houve a partilha do entendimento sobre *saúde mental* a partir do senso comum, e perspectiva tradicional e hegemônica do campo *psi*, em que essa temática se relaciona preponderantemente ao campo da psicologia, sendo restrito às e aos psicólogos(as) e/ou profissionais de saúde. Por vezes, manifestam a impossibilidade de lidar com o sofrimento psíquico de militantes dentro da organização pela inexistência de um(a) militante-psicólogo(a) habilitado a construir formas de cuidado. Também mencionaram a si próprios como incapazes de apoiar camaradas adequadamente, por não serem psicólogos(as) ou da área da saúde, como exemplificado nas falas a seguir

Nem todos os militantes são psicólogos, né? Então também não tem como a gente assumir esse papel tem os limites (Participante B3)

Tem esses pontos delicados de... precisa ser psicólogo? não precisa? Se sim, tem... Até que ponto a gente pode falar ou não? Porque tem as... as questões de segurança da informação da própria militância. Enfim, por aí vai, sabe? Então, acredito que a gente tá ainda no caminho de descobrir qual vai ser a melhor forma (Participante B2)

Então o que que a gente faz com esses jovens muito jovens que já estão vindo com problema, sabe?... Ou ou sem a gente ir p'rum caminho que a gente não sabe, porque a gente não é psicólogo, a gente não é da saúde nem nada. (Participante B4)

Tipo, tá, e é um o que? Um psicólogo militante, mas se ele é da mesma organização, ele vai estar convivendo com pessoas, então a pessoa de fora, mas enfim, né? Ainda não tem essa resposta (Participante B2)

Os militantes, às vezes, tem eh num, num, num, num fazem terapia, por exemplo, e, e buscam isso em em outros camaradas.... e essa não é uma...acho que essa não é uma

boa opção, porque o camarada ele não é.... ele não vai saber lidar com seus problemas, porque ele não é um psicólogo (Participante A3)

A gente é acostumado também a pensar saúde mental na sala de terapia. E eu não saberia dizer como a gente não pensa saúde mental fora disso. (Participante A1)

Isso leva a outro aspecto percebido na fala desses(as) militantes que é a minimização das táticas já existentes da organização para lidar com o sofrimento psíquico, por não terem sido essas validadas por um(a) profissional - sobretudo, do campo *psi*. Além de minimizar a relevância do que já existe, esses(as) militantes parecem ter desenvolvido as ideias ao longo dos grupos focais, demonstrando que não haviam pensado tanto sobre a temática anteriormente. Isso permitiu identificar outros aspectos que comumente não são mencionados como relacionados diretamente com a saúde mental - mesmo sendo - e observar essas lacunas, do que de fato, não existe.

Dessa forma, é possível constatar uma concepção na militância estudada - que é a concepção hegemônica - da saúde mental como sinônimo ou ausência de doença, de sofrimento, de modo que, seja por uma via ou por outra, a saúde mental orbita ou oscila em torno da doença, do sofrimento: é o “pêndulo da doença” (Costa, 2023b, s/p.). A partir disso, o sofrimento psíquico na militância deve ser analisado como algo que pode expressar o aumento do sofrimento como um todo em nossa sociedade, dizendo do avanço da precarização da vida, sobretudo a da classe trabalhadora, mas, também, do ganho de força da saúde mental em nossa dinâmica presente, compreendida hegemonicamente em tais marcos, o que tende a resultar numa produção artificial de sofrimento, uma psicopatologização da vida.

Ainda nesse sentido, há uma grande contradição, de modo que a redução da saúde mental ao sofrimento psíquico, obstaculiza, quando não oculta, a sua visualização atrelada à produção de vida; no caso aqui analisado, da produção de vida na e pela militância, sendo que esta, como já vimos, também adquire sentido de humanização aos e às militantes. Ou seja, o

que foi tratado e discutido inicialmente quanto ao papel da militância, a partir do momento em que se fala propriamente de saúde mental, parece ser apagado, ganhando cena apenas o que dela se relaciona ao sofrimento.

Considerando o caráter político de tais organizações e os seus sentidos, os postulados de Martín-Baró (2017a) se tornam ainda mais relevantes:

[...] acredito que há uma tarefa urgentíssima de educação para a saúde mental e que não consiste tanto em ensinar técnicas de relaxamento ou novas formas de comunicação - por mais importantes que estes objetivos passam ser -, mas em formar e socializar para que os desejos dos salvadorenhos se ajustem, verdadeiramente, às suas necessidades. Isto significa que nossas aspirações subjetivas, grupais e individuais devem se orientar para a satisfação de nossas verdadeiras necessidades, isto é, das exigências que conduzem ao caminho de humanização e não daquelas exigências que nos prendam ao consumo compulsivo em detrimentos de muitos e da desumanização de todos. Talvez, esta seria a melhor psicoterapia para os efeitos da guerra e, certamente, a melhor psico-higiene para a construção de nosso futuro (Martín-Baró, 2017^a, p. 267).

Parafraseando o autor, há uma tarefa urgentíssima de educação para a saúde mental e que não consiste tanto em encaminhar para psicoterapia, ensinar técnicas de relaxamento, *mindfulness*, *coaches* e afins, mas socializar e formar para que os desejos dos brasileiros, da classe trabalhadora brasileira, se ajustem, verdadeiramente, às suas necessidades. Tal tarefa consiste em apreender que, sendo a saúde mental manifestação de como nos produzimos, o cuidado em saúde mental está na totalidade de nossas ações e, nisso, na potencialização de determinadas esferas e dinâmicas de vida, no fortalecimento das relações sociais nas quais me humanizo. Considerando o caráter político da militância, esta tarefa parece ainda mais importante, de modo que, ao fortalecer tal entendimento e abordagem *internos*, na própria militância e organização política, seja possível fortalecê-los para além de si e de seus militantes.

Na contramão, a organização vinculada à Luta Antimanicomial não trouxe esses aspectos da psicologização e patologização do sofrimento psíquico como desafio, mas como alvo intencional de transformação. Com alinhamento com o próprio campo de luta, elas apontam que

As pessoas acham que é só psi, então é só psiquiatra e psicólogo. Eu acho que quando a gente pensa nesse coletivo, que tá querendo trazer debates com a população, a gente tira essa estigmatização de que é essa essa saúde mental primeira coisa né? Que é psi, psi psi que é elitizada enfim que é dentro de um consultório (Participante C1)

Isso é um indicativo da necessidade de aproximação das militâncias do campo dito progressista como um todo, sobretudo as radicais, revolucionárias, à militância da Luta Antimanicomial, ao campo da saúde mental. Entendendo que, ainda que exista um campo mais ou menos específico de luta pelo fim dos manicômios em suas várias expressões, há uma convergência estrutural destes campos. Inclusive, isto é evidente nas próprias gênese e história da Luta Antimanicomial brasileira, que tem na Reforma Psiquiátrica Brasileira, uma de suas conquistas, mas que emerge de forma imbricada às demais lutas de trabalhadores e trabalhadoras no país, num contexto de efervescência política, como uma das variadas frentes de luta da classe trabalhadora brasileira (Amarante, 1998; 2007; Albrecht, 2019).

Esse movimento dialético - de ambos os lados - pode, inclusive, contribuir para que a Luta Antimanicomial supere a endogenia que a configurou mais recentemente, de modo que se descaracterizou daquilo mesmo que a constitui, ao se distanciar de outras lutas, pautas, movimentos etc., ao passo que também foi perpassada por inúmeras inflexões e recuos políticos, indo na contramão de sua radicalidade (antimanicomial) “que visa a transformação societária buscando o fim da propriedade privada, das opressões/explorações de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade e etc.” (Passos, 2017, p. 72). De acordo com Albrecht (2022, p. 62), houve uma “drenagem para o aparelho de Estado, em seus diversos dispositivos, [que] parece

subtrair do movimento sua condição de organismo vivo na luta, comprometendo sua capacidade de ação”. Ainda concordando com a autora:

A consolidação da reforma como direção da política pública parece se afirmar, assim, em um vetor contrário ao que acompanha o movimento social que a impulsionou, que minguava dramaticamente ao longo dos anos. O debate estratégico, neste curso, se esmaece significativamente. O movimento parece refluir à sua particularidade, retrocedendo a uma dimensão particular de ser movimento. Limita-se à (frágil) luta pelos direitos de cidadania de usuários dos serviços de saúde mental, sem qualquer referência à sociedade na qual essa luta se desenvolve, bem como aos seus limites. O horizonte de uma emancipação política cada vez mais recuada parece substituir definitivamente o de uma emancipação humana (MARX, 2009) (Albrecht, 2022, p. 62).

Além disso, ainda na categoria da *psicologização do sofrimento*, outro ponto muito relevante é a manifestação de que terapias convencionais não têm sido espaço adequado para o cuidado no que se refere ao sofrimento de militantes. Nas experiências desses(as) participantes, a psicoterapia é uma estratégia de cuidado individual, mas também é um espaço no qual não há compreensão de especificidades militantes, havendo minimização da importância da luta organizada para este(a) sujeito. Sobre isso, uma entrevistada diz que:

Então eu tenho que gastar muito tempo explicando essas coisas pra ela. E aí ter que estar fazendo com que o mundo entenda os meus problemas individuais que também são problemas do mundo, isso me cansa de um jeito do qual já não basta estar vivendo isso, aí eu vou pro meu espaço de terapia também tenho que estar é... fazendo essa disputa né? Porque é uma disputa que eu estou fazendo ali com a minha terapeuta de visões de mundo e tudo mais (Participante B1).

O que é expresso nessa categoria demonstra uma insuficiência da psicologia para dar conta do sofrimento humano, em especial de pessoas engajadas com a luta política. Também

convoca a refletir sobre como a amplificação do entendimento sobre saúde mental humaniza o seu sentido e dinamiza as formas de enfrentamento. A partir do momento em que se entende o sofrimento humano para além de categorias diagnósticas e medicamentação, de uma *mentalização*, compreende-se que o sofrimento psíquico é expresso como a manifestação das dinâmicas da realidade social, territorial e histórica em que esses sujeitos estão vivendo. É importante destacar ainda que se a psicologia não lida com o singular, mas sim em uma perspectiva individual-privativa, nega justamente a singularidade dos indivíduos.

Além disso, enfatiza-se que o sofrimento psíquico que tem sido aqui contextualizado às vivências de militantes não se restringe a esses grupos, pois dizem também de toda uma realidade que é multideterminada socialmente. Ou seja, quando se diz sobre a fragmentação de sujeitos que são também atravessados pela impossibilidade de encontrar suporte profissional fora desse contexto, alerta-se para uma dinâmica social na qual as pessoas são convocadas a exercer múltiplas atividades produtivas alienantes que as distanciam de uma produção de vida.

Ao que parece, portanto, a vida não é feita para lutar e isso não é uma coincidência, mas um projeto. À medida que uma pessoa precisa se desdobrar, se dividir, se fragmentar e ocupar-se de convencer o mundo de que aquilo é necessário e até mesmo satisfatório, isso enfraquece a sua capacidade singular e coletiva de luta. E quando militantes identificam a existência de sofrimento em sua organização, mas se veem sem estratégias de enfrentamento coletivo - pois entendimento convencional sobre saúde mental leva a estratégias convencionais (e não humanizadoras) - perde-se força, tanto em quantidade de pessoas na organização, quanto em capacidade produtiva de fato.

E isto dialoga com o que é discutido por Barbosa (2023). Numa longa e importante passagem, na qual dialoga com outros autores e, inclusive, os cita, a autora reflete que:

a medicalização social e a lógica de psicopatologização da vida são desdobramentos da decadência ideológica burguesa deste momento histórico, evidenciando a falência das

relações sociais vigentes e a construção de respostas parciais e limitadas da burguesia para enfrentamento da crise em curso, deslocando-as do contexto político-econômico. Para legitimação dessas táticas (medicalização e psicopatologização), faz-se necessário, por parte da classe dominante: 1) reafirmar a perda da centralidade da classe, defendendo a existência estrita de uma multiplicidade de identidades pulverizadas, que não podem compor uma unitotalidade (Neves, 2020), e 2) patologizar e despolitizar os conflitos sociais (Barbosa, 2023, p. 194).

Seguindo com a apresentação dos resultados e discussões acerca dos desafios da e na militância, há também a categoria *militância voltada para institucionalidade*. Contextualizando, essa categoria expressa um conjunto de falas dos(as) militantes da organização B, que é uma organização política que, diferente dos outros dois, participou do processo eleitoral para Câmara dos Deputados do DF e para Câmara Federal em 2022, sem ter conseguido eleger nenhum dos(as) duas candidaturas. Isso indica que os desafios relacionados à política institucional estavam à época da entrevista (janeiro de 2023) muito recentes para os(as) entrevistados, os quais compuseram as candidaturas do referido grupo. No entanto, cabe enfatizar que a forma organizativa deste grupo não está restrita a disputas eleitorais e internas ao aparato do Estado. Este grupo tem relevante incidência em ações e mobilizações populares que superam os limites da institucionalidade.

Nessa categoria, os e as militantes sinalizam que, no DF, a militância é muito voltada para a institucionalidade, isso significa que eles e elas percebem haver um direcionamento das lutas para processos eleitorais, assim como mencionam que alguns dirigentes de organizações políticas se encontram em cargos políticos, como lideranças ou outros cargos do Poder Legislativo ou Poder Executivo, federal ou distrital. Em suas perspectivas, parte disso se dá em razão do DF ser a capital do país e, portanto, concentrar muito poder político. Essa perspectiva

surge muito fortemente, relacionando-se também com outros aspectos que permitem fazer uma avaliação mais complexa sobre o DF e que é discutida em outro ponto desta dissertação.

Além dessa constatação, os e as participantes também se referem à centralidade da política institucionalizada como uma barreira à militância de base, e um desafio aos movimentos e partidos revolucionários, conforme ilustrado na fala a seguir:

Então, pra gente que tá num horizonte revolucionário, às vezes é um pouco difícil, porque o lado institucional tem muita força e nem sempre tem vontade e disposição de tá lutando pautas que não são só na institucionalidade, né? Isso acaba trazendo algumas barreiras pros movimentos e partidos revolucionários ao meu ver, assim, dentro da militância do DF (Participante B2)

A temática da luta política pelas vias da institucionalidade também é apresentada em outros momentos das entrevistas e aqui é apresentada quando se discute sobre alguns aspectos da configuração territorial do DF. E cabe ressaltar que esse elemento da centralidade nas instituições como ferramentas para tensionamentos políticos não é exclusividade do DF, mas há nesta região a característica relevante de ser a capital do país e, portanto, aglutinar potências políticas de todo o país. Isso reverbera institucionalmente, sendo uma cidade profundamente pautada no serviço público, com muitas possibilidades de empregabilidade por alianças políticas. E tem desdobramentos relacionados a mobilizações populares de rua no sentido em que ações, eventos, reuniões, marchas de dimensões nacionais tendem a serem realizadas neste local, capital do país.

Nesse sentido, é possível refletir que aliar determinadas ações militantes a instituições do Estado não é, por si só uma barreira, uma vez que essa aliança pode ser utilizada de modo estratégico de modo a possibilitar fissuras, abrindo possibilidades para transformações mais profundas. No entanto, entendendo que esta, assim como as outras, são organizações localizadas no campo radical e que são orientadas, portanto, a uma transformação

revolucionária, é pertinente refletir que ensimesmar-se em vias institucionais, em políticas públicas pode ser uma forma de distanciamento do horizonte revolucionário.

Diante desses desafios, adiciona-se a manifestação da *falta de estratégias para lidar com o sofrimento*. Essa categoria expressa tanto uma ausência de recurso da organização, quanto também pela incapacidade de identificar de recursos ou ideias que já existem. Ou seja, na falta da estratégia também está contida a própria estratégia. Isso significa que quando militantes afirmam que falta à organização pensar em alguma estratégia, imediatamente, apontam para algumas possibilidades, negando a ausência. Alia-se a isto a concepção hegemônica de saúde mental como sinônimo sofrimento e/ou como algo passível de ser abordada apenas pelo campo psi e há uma desconsideração de estratégias que os próprios grupos lançam mão cotidianamente e se atrelam à saúde mental.

Esse apontamento de estratégias para lidar com o sofrimento psíquico contido em sua negação é feito pelas organizações A e B. No entanto, os (as) militantes da organização A, mesmo indicando algumas possibilidades do que poderia ser benéfico para a organização, ainda demonstram precariedade para lidar com o sofrimento psíquico. Eles(as) próprios(as), durante o grupo focal, percebem-se em sofrimento psíquico, ressaltam a existência de diferentes dimensões desse sofrimento entre camaradas, mas impressionam-se com a falta de estratégias para lidar com estes no bojo do grupo político ao qual fazem parte. Isso pode ser ilustrado pela seguinte fala:

Eu acho que a gente ainda não tem um na nossa organização uma forma específica de lidar com isso, sabe? A gente não tem um um um... setor assim, um.... é até difícil pra mim pensar o que a gente não tem, porque como não tem aí é difícil, assim, imaginar como seria se tivesse, mas a gente não tem uma forma da organização de lidar com isso. Isso não é sobre a nossa organização, assim, acho que todas..... tem umas que são até pior, assim, mas se você for parar pra pensar, mas assim... eh.... eu acho que isso é um

problema, sabe? (...) se pegasse essa pessoa e botasse sua camisa de força e algum, sei lá, um bombeiro botasse essa pessoa nas costas e levasse, todo mundo ia aplaudir e achar maneiro, sabe? É uma forma muito assustadora de lidar com essas coisas e eu sinto que quando esse debate chegou eh... a gente não tava preparado pra lidar com ele, assim, como na na organização a gente não tá preparado pra lidar com problemas eh... de saúde mental, sabe? (Participante A3)

Já na organização B, há a afirmação de que não existem estratégias para lidar com a saúde mental, mas esta aparece apenas na entrevista individual, que foi realizada pela impossibilidade da participante em dar continuidade no grupo focal. No entanto, isso também emerge do grupo, de formas menos categóricas. Nessa organização, há um interesse e esforço prévio evidente de atentar-se à saúde mental de militantes e em construir estratégias, mas estas parecem estar pouco estruturadas. Os e os militantes dessa organização, sinalizam a falta de estruturação, mas conseguem extrair que formação política, melhor divisão de tarefas e direcionamentos para crise são possibilidades identificadas, que ainda não foram colocadas em prática.

Nesse sentido, cabe resgatar que mesmo havendo o apontamento de que não há estratégias para lidar com a saúde mental por parte desses(as) participantes, essa afirmação está mais relacionada a: 1) uma visão atravessada pela hegemonia do campo psi que vincula saúde mental a ausência de sofrimento ou que, na sua existência, vincula esta manifestação de sofrimento psíquico a sintomas de categorias diagnósticas, ao invés de tomá-los como “sintomas da sociedade”; 2) leitura ainda individualizadora e psicologizante da saúde mental na qual entende-se que se não há intervenções específicas de psicólogos(as) às e aos militantes, não se tem estratégias reais para lidar com questões relacionadas à saúde mental; 3) desvinculação da militância enquanto movimento de superação das explorações e opressões e, portanto, de criação de nova realidade, que pretende extinguir mecanismos sociais que

estruturalmente são adoecedores; 4) ignorar potencialidades da e na militância como elementos essencialmente vinculados à manutenção e/ou superação de algumas expressões do sofrimento intenso.

Isso não significa que as organizações políticas que participaram desta pesquisa, assim como outras, tenham explorado ao máximo suas capacidades de construção de estratégias para o cuidado em saúde mental. Pelo contrário, Santos (2022) e Keppler (2011), por exemplo, já indicaram uma insuficiência dos movimentos sociais e outras organizações políticas no que se refere à saúde mental, bem como também já indicaram alguns elementos que contribuem para potencializar essas estratégias. As autoras também apontaram ainda a existências de problemáticas relacionadas a uma reprodução da lógica de exploração e opressão internamente a esses grupos. No entanto, isso não é sinônimo da inexistência das estratégias, uma vez que a própria organização popular pode ser lida como uma.

Nesse sentido, corroboramos com Santos (2022) que aponta que é importante dar início a um

processo de construção de uma política de saúde mental interna a essas organizações que será distinta, a depender da localidade das regionais e das demandas. Porém, primeiramente, é preciso partir de um mapeamento das condições da realidade: uma caracterização do sofrimento psíquico; o que tem provocado o seu agravamento; quais as consequências reais desse processo para os trabalhadores e para os militantes; a relação disso com a crise em curso, dentre outros. Depois de construída essa política interna, faz-se necessário avaliar e reavaliar sua pertinência e seu impacto (pp. 152/153)

Dessa forma, cabe apresentar também as categorias que, de forma integrada e dialética, foram apresentadas como potencialidades na e da militância no que se refere à saúde mental. Enfatizo também que, ainda que aqui estejam sendo feitas apresentações e discussões de categorias, ponto a ponto, essa foi uma forma de discussão cuja opção se dá por fins didáticos e

de organização, entendendo que cada uma dessas categorias só pode ser lida dessa maneira ao considerarmos suas relações umas com as outras.

A luta torna a vida possível: as potencialidades da e na militância

Apesar dos e das participantes fazerem afirmações categóricas da ausência de estratégias para lidar com a saúde mental em suas organizações, foi possível identificar que elas existem. Assim como foi possível identificar desafios da e na militância que se configuram como produtores ou intensificadores de sofrimento psíquico, percebeu-se também potencialidades da atuação militante para a produção de saúde mental e para o cuidado dela.

No roteiro semiestruturado, há perguntas sobre como a organização lida com questões de saúde mental. O objetivo era extrair se havia estratégias pensadas especificamente para a saúde mental de militantes na organização e quais seriam elas. A partir disso, identificou-se que em duas das organizações, a A e a B, há tentativas e elaborações sobre possibilidades e em uma delas, segundo as falas, não existe qualquer estruturação ou tentativa de estruturar algo favorável à saúde mental de militantes. No entanto, como dito anteriormente, o fato de não haver estruturações formais ou destas estarem em processo de construção não significa a inexistência das estratégias em si.

As formas particulares de lidar com o sofrimento psíquico parecem relevantes para as pessoas que compartilharam suas experiências. A primeira, a Participante B1, menciona a realização da terapia, da ioga e da acupuntura como tentativas individuais de equilibrar-se. O segundo militante, menciona acompanhamento psicoterapêutico em projeto que oferece atendimento psicológico gratuito para militantes como algo que o ajuda. Cabe destacar que, como discutido anteriormente, a psicologia hegemônica cumpre um papel histórico de ajustamento dos sujeitos e de mistificação da realidade. No entanto, a psicoterapia é citada não só como aliada, mas como *o* espaço e *a* possibilidade de cuidado, ou seja, como sinônimo de

cuidado. Ainda que estrutural e historicamente, a psicoterapia ocupe este lugar de cuidado individual-privativo, de ajustamento e adequação ao ordenamento social, é possível que seja um instrumento de minimização mais imediata do sofrimento.

Para isso, contudo, é necessário modificar a identidade e o papel desempenhado pela psicologia hegemônica, que não só tem a clínica tradicional (no modelo autônomo-libera) como seu carro-chefe - por mais que haja um processo de assalariamento também na Psicologia, sobretudo nas políticas públicas (Guareschi et al., 2022) -, mas a clínica numa perspectiva individual-privativa contrária à lógica coletiva, de solidariedade da militância (ao menos, que deveria ser). Em consonância a Martín-Baró (2017c), quando reflete sobre o papel da psicologia no processo revolucionário salvadorenho, a necessidade de “atender os traumas do conflito e da desintegração social” (p. 225)²⁵, como nos casos de sofrimento psíquico na militância, a psicologia é convocada a abarcá-los numa perspectiva que não se oponha à coletivização, socialização e politização do próprio sofrimento psíquico, que é coletivo, social e político. Parafraçando-o, mais uma vez, “a atenção aos setores discriminados no trabalho [e na militância] deveria resultar em uma reconsideração sobre o que é a saúde mental no mundo do trabalho [e na militância]”, sendo “necessário redefinir o conceito de saúde mental à luz da totalidade política e não a partir de uma concepção puramente individualista ou tecnocrática” (Martín-Baró, 2014, p. 621). Ou, como postula Boechat (2022) ao falar da psicologia, o que expandimos ao campo psi como um todo e seus instrumentos, em vez de: “ocuparmo-nos exclusivamente da construção de uma ‘nova psicologia’ (tarefa, sem dúvida alguma, bastante importante), precisamos lutar e trabalhar pela construção uma nova sociedade em que a psico-logização da ‘questão social’ seja substituída por uma forma de responsabilidade comunitária” (p. 36).

²⁵ “O psicólogo terá que antecipar os problemas que surgirão com a finalidade de facilitar e humanizar a passagem à nova sociedade. No curto prazo, terá que atender os ‘traumas’ do conflito e da desintegração social. A médio e longo prazos, deverá colaborar na edificação social de um homem novo, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da justa solidariedade” (Martín-Baró, 2017c, p. 26).

Continuamos o diálogo com Martín-Baró (2017d), mais especificamente, com a sua proposição de modelo psicossocial de análise (para nós, de *práxis*) dos sindicatos, o qual consideramos pertinente não só ao sindicalismo, mas para as demais formas organizativas de luta e militância, resguardando suas especificidades. A perspectiva grupal defendida por Martín-Baró (2017d) sustenta-se em três pilares. Primeiramente, a identidade grupal, que é como o grupo se organiza (e como isto é formalizado), como ele se define e como tal definição de si se dá em relação a outros grupos, numa dialética intergrupal, assim como quais são os critérios de pertença subjetiva e de identificação. Em segundo lugar está a dimensão do poder grupal, que diz respeito a como o grupo consegue (ou não) mobilizar seus participantes e os recursos (materiais e simbólicos) tanto em relação aos seus próprios objetivos quanto em relação aos outros grupos com e contra os quais ele se define. Dessa forma, a perspectiva de poder que Martín-Baró analisa não é a de um poder difuso, mas concreto, atrelado às condições materiais de desenvolvimento do grupo, que só é compreensível na relação estabelecida entre grupos distintos e com recursos díspares; ou seja, na própria organização militante e nas relações que ela estabelece com outras, com as pessoas etc.

Por fim, como terceiro elemento constitutivo, Martín-Baró (2017d) propõe a dimensão da atividade grupal, que caracteriza os aspectos do conteúdo da atividade dos grupos (“o que o grupo faz”), seus meios de execução das atividades (“como o grupo opera”) e as consequência de suas ações (“quais os efeitos da ação grupal”). Assim, o autor chega a uma perspectiva que toma o grupo enquanto uma mediação concreta nas relações históricas. Para ele, o grupo humano é “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza, em cada circunstância, necessidades individuais e/ou interesses coletivos” (Martín-Baró, 2017d, p. 210).

Martín-Baró (2017d) defende, então, uma perspectiva dos grupos com história (e como história); uma teoria dialética dos grupos, buscando superar o “individualismo, a parcialidade

paradigmática e o a-historicismo” (Martín-Baró, 2017d, p. 208) característicos das abordagens da psicologia tradicional. Como mencionado, acreditamos que tal modelo psicossocial serve não só para a análise dos sindicatos, mas para a *práxis* em saúde mental, com a saúde mental de militantes.

Dessa forma, a psicoterapia não se configura como *a* protagonista do cuidado, nem como medida exclusiva, sendo realizada por uma perspectiva crítica. Assim, ela pode ser uma aliada, de modo que os cuidados individuais não negam as saídas coletivas, pelo contrário, os primeiros podem - e devem - potencializar as segundas. Porém, para cumprir tal papel é necessário que se reflita sobre a própria clínica, seus limites, ainda mais ao se tratar da saúde mental enquanto manifestação ou desdobramento da “questão social” e no contexto da militância - isso sem falar da clínica nos moldes tradicionais, pautada no modelo biomédico, psiquiatrizante ou psicologizante. Dialogando com Costa e Faria (2021), postula-se que o cuidado em saúde mental vá *além da clínica*, de modo que, se é a saúde mental diz da produção de vida, a expressando e conformando, é necessário considerar o seu cuidado não como em ensimesmado, devendo pensá-lo inclusive incorporando outras possibilidades à *práxis*. Em hipótese alguma isso significa a desconsideração ou o desprezo pela clínica - não à toa, buscase ir *além dela*, num movimento de superação por incorporação. Consonante a Portugal, Mezza e Nunes (2018, p. 15), é preciso colocar a “clínica entre parênteses”, da mesma forma como “colocar a doença entre parênteses não supõe rejeitar o específico do sofrimento psíquico, e sim suspender a construção ideológica que, principalmente, a psiquiatria constrói sobre ele”.

Em conformidade com Keppler (2011), a prática psicoterapêutica aparece enquanto possibilidade de assistência e cuidado ao(à) militante em sua singularidade, que não é sinônimo de individual-privativo, mas o seu contrário. Grosso modo, um atendimento psicológico que, ao se tratar de uma necessidade, se coloque a potencializar a militância (e a saúde mental nela e por ela), em vez desconsiderá-la, ou tomá-la como penduricalho, quando não como desvio,

patologia - algo que a psicologia historicamente tratou de fazer²⁶. Uma clínica consciente de seu caráter de classe (e aqui tomando o ponto de partida da classe trabalhadora como seu), racializada, gendrada etc. Isso tudo sem necessariamente afastá-lo(a) do coletivo, como se esse fosse um imperativo, afinal, o indivíduo se faz nas relações com os outros, e, no caso de militantes, nas relações também de militância, solidariedade, camaradagem, dentre outras. No entanto, em alguns casos, o processo poderá requerer algum tipo de afastamento das organizações, o que não significa tomar a militância *per se* como adoecedora, muito menos como algo obrigatoriamente permanente, ao passo que também não implica desconsiderar problemas na organização, suas contradições e a consequente necessidade de mudanças nela/por ela.

Destaca-se também que o que é explicitado enquanto forma particular de se cuidar não recai necessariamente em uma individualização, já que os sujeitos são seres sociais. Sendo assim, estratégias que são mencionadas como individuais não tornam esses sujeitos isolados da realidade e dinâmica social, na qual produzem a si e o mundo. Entendendo a “unidade entre singularidade-universalidade como polos opostos interiores um ao outro” (Pasqualini & Martins, 2010, p. 365), toma-se o sujeito como um ser integral, o qual tem em sua singularidade as expressões do universal, bem como o que tomamos como universal só é universal pela composição dessas singularidades. Dessa forma, é relevante apreender que o sofrimento psíquico visto a partir das suas expressões particulares revela as dimensões singulares do sujeito e do grupo, mas também carrega em si a expressão do universal, que “se opõe à variabilidade sensória das expressões singulares do fenômeno, mas contém em si toda a riqueza

²⁶ Mencionamos a incontornável pesquisa de Cecília Coimbra presente em seu livro *Guardiães da Ordem*, no qual a psicóloga, militante, que foi presa e torturada na ditadura empresarial-militar pelo governo da época, aponta que uma das contribuições da psicologia ao referido regime foi a psicologização e a consequente psicopatologização das ações de militantes, que passaram a ser tratados como *desviantes*, numa lógica da tirania do privado e da intimidade: “[p]atologiza-se, assim, aqueles que se lançam na resistência contra a ditadura militar: são doentes e é preciso tratá-los” (Coimbra, 1995, p. 202).

do particular e do individual, não apenas como possibilidade, mas como necessidade de sua própria expansão, de seu desenvolvimento” (Pasqualini & Martins, 2010, p. 365).

Dessa forma, cabe compreender que estratégias singulares para lidar com as questões de saúde mental são colocadas aqui como uma tentativa individual de dar conta dos processos de saúde, mas isso não desqualifica o sujeito enquanto ser social. Pelo contrário, admite as especificidades das necessidades, entendendo que existem, inclusive, pessoas que precisam de suporte profissional intensos e diários para conseguir gerir suas vidas (Passos, 2022). Na dialética singular-universal, as estratégias particulares não retiram do sujeito as estratégias coletivas, e nem se coloca equiparada à ideia neoliberal de individualização e isolamento das demandas de saúde.

Além disso, cabe também, neste ponto, lembrar lições de Frantz Fanon, que situa a “doença”, em nosso caso, o sofrimento psíquico, como algo que não está restrito à esfera individual. Ao resgatar ensinamentos práticos e teóricos de Fanon, Costa e Mendes (2021b) apontam que o psiquiatra e revolucionário martinicano:

alerta reiteradamente é a necessidade de contextualização; de entendimento da patologia como suposta anormalidade em uma condição “normal” de existência que é particular, mesmo que inserida numa totalidade social; isto é, de que sua compreensão considere o contexto sociocultural no qual é produzida. O louco só é louco em comparação com o não - louco, o normal. Mas o que é ser normal nessa sociedade? Melhor dizendo, quem é ela pra exigir normalidade, quando se caracteriza pela exploração e opressão; que esse é o seu normal (Costa & Mendes, 2021b, p. 70)

Essa leitura sobre a loucura e apontamento da necessidade da contextualização e da loucura como sintoma da sociedade auxilia a reflexão de que ainda que existam essas expressões e estratégias particulares para lidar com o sofrimento, isso não desconfigura este sujeito como um ser social, cuja existência se dá nas/pelas relações sociais. Dessa forma, as

estratégias particulares apresentadas por participantes dessa pesquisa não incorrem em uma individualização da problemática e nem reduz a elas.

Em conformidade com essa reflexão, além das estratégias particulares, foram também apresentadas, pelos(as) participantes, estratégias coletivas para lidar com a saúde mental de militantes. Essa categoria se dá em uma tentativa de organizar o que há de sistematização mais explícita de estratégias das organizações no que se refere à saúde mental. Essas estratégias são mencionadas de forma bem expressiva nas falas dos e das militantes das três organizações e ilustra o que já existe e é identificado por eles(as), e em como explicita também estratégias que ainda não são colocadas em prática, mas podem vir a ser.

Algumas dessas estratégias que se destacam nas falas dos (as) entrevistados (as) são: a necessidade de momentos de descontração, em que camaradas se encontrem para atividades que não são restritas à militância; a importância da melhor divisão das tarefas, para a qual deve-se identificar limitações individuais e distribuir atribuições a fim de evitar sobrecargas; e a relevância da formação política e pedagógica, sobre a qual reflete o Participante A1 na seguinte fala:

E quando você consegue assentar isso a partir de um trabalho de formação política, partindo pra população ou seja, fazendo um trabalho de base adequado, pautando saúde de qualidade, a gente também dá esse primeiro passo pra gente entender, "olha só, saúde mental é uma questão, a gente é adoecido por causa do capitalismo, por causa de Brasil, principalmente aqui" E a gente a gente consegue minimizar esse sofrimento e a gente consegue inclusive apontar uma saída pra esse sofrimento pra, pelo menos, esse sofrimento da forma como ele é hoje, né? Pra que a gente possa ter a liberdade de sofrer por nossas individualidades. Como já tinha comentado antes, eu acho que o trabalho, que o trabalho do trabalho de base é exatamente esse, assim, se a gente quer falar de saúde a gente precisa pautar o que é essa saúde, o que é esse processo da doença e

quando a gente constrói essa categoria assentado nesse materialismo, assim, a gente tá... corroborando pra que a gente tenha uma nova visão de saúde, uma visão que passe por a gente se entender melhor, e aí já é um avanço (Participante A1)

Além disso, são mencionadas como estratégias coletivas: o acolhimento entre camaradas, de modo equilibrado a fim de que não sobrecarregue quem acolhe; debates internos, a participação em projetos que abordem a temática da saúde mental; e rodas de conversas entre militantes da organização. Os(as) participantes sinalizam a percepção de que há um processo em curso, no qual, identificam a partir da própria dinâmica do coletivo quais são as necessidades e como serão traçadas as estratégias a partir disso.

É nesse processo de construção, em que duas das organizações indicam a existência de comissões específicas. Ambas parecem funcionar ainda de modo embrionário, mas têm como um de seus objetivos atuar com saúde mental de militantes da organização. Ou seja, as comissões existem, estão atuantes, mas ainda não há o desenho exato de como será a atuação em saúde mental. Essas comissões parecem ser parte do processo indicado por uma das entrevistadas:

E eu acho que é orgânico isso também, né? Da gente ir vendo e saber tudo, como se organiza melhor, né... Até porque a gente foi pensando em estratégias, né... Acho que como a gente lida, a gente foi vendo (...) foi tentando pensar algumas estratégias (...) a gente foi pensando em estratégias, por exemplo, a gente falou que a gente precisa fazer o estatuto né, que vai definir melhor essas tarefas, né, a gente vai criar uma comissão de ética pra... eh... conversar com essas pessoas e né? (Participante C3)

Outra potencialidade da militância para a saúde mental de militantes e para a própria luta é a *desindividualização/coletivização do sofrimento*, que se configura pelo processo no qual o sujeito reorganiza a dinâmica das relações sociais e passa a compartilhar angústias com os(as) camaradas. Essa parece ser uma das grandes potências da organização coletiva no que

se refere à transformação social. É um elo da saúde mental e da militância, é onde se tonifica a saúde mental e a própria luta.

A organização coletiva se configura como potencializadora das capacidades humanas de transformação tanto de si quanto do mundo, é onde a luta coletiva ganha sentido. Sem incorrer em romantizações, pois as complexidades da vida e das relações, assim como a própria dinâmica neoliberal, imprimem em todas as relações, inclusive militantes, desafios. Mas é viável apreender destas entrevistas que, apesar e a partir de tantas adversidades, é possível também extrair e construir vida, saúde, bem-estar e sentido na luta organizada, construída coletivamente, conforme ilustra o Participante B4:

Eu sinto que a gente vive numa sociedade que busca individualizar a gente o tempo inteiro. Então tudo que a gente faz, geram aspectos individuais e que... pra mim, isso aumenta o nosso sofrimento de um jeito absurdo e quando a gente consegue ver a força que a gente tem enquanto coletivo é... isso é uma parada que, pra mim, virou uma chavinha e que é uma chavinha que toda vez é reafirmada quando a gente... eu tô dentro dos espaços de atuação e luta da militância.

Nesse sentido, é possível compreender, a partir das falas dos(as) entrevistados(as), que o fato de se organizar coletivamente em uma organização política tem uma função importante para a saúde mental desses(as) militantes. É no encontro com o outro, com o(a) camarada, que as revoltas, as angústias, as indignações ganham um sentido novo. Isso se dá, tanto pelo encontro, compartilhamento e identificação do caráter coletivo desses incômodos, quanto pelas possibilidades do que fazer a partir disso, conforme ilustra a fala a seguir:

Porque a militância, ao mesmo tempo que ela te dá esse... esse discernimento e de certa forma esse acolhimento de é isso, essa resignificação do que é o seu sofrimento, do que é a sua saúde mental, porque você está inserido dentro dentro desse contexto e você não está sozinha, sabe eh... a sociedade nos adocece em conjunto eh... e dá um propósito

também né? A nossa frustração, a nossa.... tudo isso, é... que nem o *Participante A3* falou, é canalizado em uma coisa maior do que a gente e eu acho que isso traz traz um conforto. (Participante A2, grifos nossos)

Essa coletivização do sofrimento, que não necessariamente se configura como *sofrimento psíquico*, se refere tanto por essa partilha de uma revolta e uma angústia, que antes era experienciada de forma mais solitária, quanto pelo suporte que uma organização dá a essa revolta, no sentido de organizá-la e construir estratégias concretas de enfrentamento. Além disso os(as) entrevistados(as), sinalizam que o fato de estar organizado(a) coletivamente implicou em novas reações diante de desafios e novas visões de mundo, com aprimoramento do pensamento crítico.

Cabe apontar que organizar-se politicamente é abordar e atuar em saúde mental, visto que saúde mental aqui é produção de vida. Nesse sentido,

Quando nos mobilizamos para atender as necessidades concretas e imediatas de companheiros(as) e camaradas, estamos fortalecendo a saúde mental deles(as) e a nossa, pois estamos nos humanizando neste processo, mesmo que desumanizados. Quando barramos coletivamente mais uma iniciativa que vai impactar negativamente na vida da classe trabalhadora (mais uma contrarreforma, um pedido de reintegração de posse, demais medidas autoritárias etc.), quando conquistamos algum direito, estamos atuando positivamente em e com nossa saúde mental. Apropriar-se da saúde mental implica, pois, um movimento de apropriação dos indivíduos sobre si e suas próprias vidas (Costa et al., 2023, no prelo)

Ser militante e construir a transformação da sociedade conjuntamente em uma organização política se configura por si como uma potencialidade da militância em relação à saúde mental. Além disso, há ainda reflexões sobre essa coletivização do sofrimento apontadas por um entrevistado que vai ao encontro com esses apontamentos e com a pertinência da

aproximação da militância geral com princípios essenciais da Luta Antimanicomial. Isso fica ilustrado na fala seguinte

Eu acho que é bem mais interessante pra você lidar com seu sofrimento psíquico quando você entende que olha, certas questões são estruturais, não que é você que é problemático ou louco ou.... certo? Você assenta sua.... seu processo de saúde-doença em uma materialidade. (Participante A1)

Essa fala expressa elementos essenciais da Luta Antimanicomial, na qual busca-se reconstruir as compreensões acerca da loucura. Ao afirmar que “assenta seu processo de saúde-doença em uma materialidade” e que não é ele o “problemático ou louco” ele diz sobre um processo de despatologização, no qual retira-se do sujeito a culpa e a estigmatização por uma dinâmica que difere do comum e confere a isto um caráter dinâmico, contextualizado e multideterminado. Reiteramos, portanto, a relevância de se apreender a determinação social da saúde mental, não só da loucura, do sofrimento psíquico, que remete, mais uma vez, à sua compreensão atrelada à produção de vida em nossa realidade concreta. Mesmo no caso do sofrimento psíquico, nas suas variadas formas, já há um desenvolvimento profícuo no âmbito da tradição marxista, atrelado à própria determinação social do processo saúde-doença (por exemplo: Viapana, 2017; Almeida, 2018; Minetto, 2018; Costa, 2023a)

Essa tomada de consciência que coloca em xeque o sofrimento psíquico a partir de categorias diagnóstica e recoloca a questão a partir de uma dinâmica despatologizante se configura como importante estratégia de enfrentamento político, visto que “a psiquiatria, no Brasil, sempre foi acionada como saber/poder para operar na efetivação de um projeto de nação” (Passos, 2022b, p. 2). Portanto, a saída desse lugar de militante como “problemático ou louco” tem também uma função profundamente antimanicomial, em que se desfaz dessas amarras estratégicas de poder, em que se busca docilizar sujeitos que afrontam a ordem, burguesa, racista, patriarcal, capacitista e, portanto, manicomial. Isso nos direciona novamente

à pertinência das aproximações da militância em geral da Luta Antimanicomial, “já que tratar de saúde mental é disputar projetos, concepções, éticas, valores e posturas individuais e coletivas” (Passos, 2022, p. 3). Ou seja, é cada vez mais necessário, com o ganho de relevância da saúde mental, aproximar o campo da saúde mental da militância, não só a militância do e no campo da saúde mental, da mesma forma que aproximar as diversas formas de militância do campo da saúde mental, e, nisso, da militância em tal campo, isto é, da Luta Antimanicomial.

Outro aspecto que se configura como potencialidade da/na militância e que comparece de forma muito expressiva nas falas dos(as) entrevistados(as) é o “comprometimento”. Os(as) participantes das três organizações enfatizam que a militância requer um compromisso sério, sendo este um dos seus pilares. Eles(as) apontam que percebem que ainda que exista sofrimento psíquico intenso, muitas pessoas mantêm um compromisso forte com a organização e, especialmente, com a transformação social que se pretende pela luta. Uma entrevistada aponta ainda que diante desse forte compromisso, a luta seria mais satisfatória se as pessoas não estivessem em sofrimento intenso, nas palavras dela a luta “teria muito mais resultado se a gente não tivesse com a cabeça tão, tão arrebetada” (Participante B1).

Esse compromisso apresenta-se como um aspecto intimamente relacionado à camaradagem, discutida mais adiante nesta dissertação, bem como também se relaciona com a noção de pertencimento de militantes com a organização social da qual fazem parte, apresentado também por Boulos (2016). O comprometimento desses(as) militantes está correlacionado com a noção de expectativa camarada e com a disciplina que esses sujeitos estabelecem uns com os outros. Dean (2021, p. 20) sinaliza que a denominação “camarada” imprime “um conjunto de expectativas de ação em direção a um objetivo comum”. E esse conjunto de disciplina, aqui representado pelo comprometimento, aliado a alegria, se configuram como “aspectos da camaradagem como forma de pertencimento político” (Dean, 2021, p. 28).

Nesse sentido, esse comprometimento demonstra as possibilidades concretas desses(as) militantes construírem, de fato, essa outra sociabilidade, pautada na confiança mútua e disciplinada, em detrimento das formas relacionais contemporâneas, pautadas em um profundo individualismo e competitividade. Adicionalmente ao comprometimento, outro aspecto que foi possível identificar nas falas dos(as) entrevistados(as), foi o alinhamento político-ideológico, que expressa uma fidedignidade e coerência de cada um com a organização da qual faz parte.

Esse aspecto indica tanto o sentido do vínculo de uma pessoa a determinada organização, ou seja, porque uma pessoa está em uma organização e não em outra; quanto a congruência das dinâmicas atuais dessa organização com o seu horizonte. Nesse sentido, os e as militantes das organizações B e C apontam para a importância de encontrarem a identificação dos próprios valores com os da organização.

Esse alinhamento permite que as organizações se atentem às suas próprias dinâmicas, a fim de tentar não reproduzir o que criticam e enfrentam. No caso da organização que constrói a Luta Antimanicomial do DF, há uma evidente preocupação com a saúde mental das militantes. Ainda que seja um movimento social que não é composto por usuários de serviços da Rede de Atenção Psicossocial²⁷, mas por trabalhadoras do campo, a saúde mental das próprias militantes é algo que recebe atenção, conforme elaboram no seguinte diálogo:

Me veio uma palavra que é... a gente é muito fidedigna ao que a gente fala. (...) É porque não veio outra, tipo a gente é muito, a gente tenta né? Ser fidedigna ao que a gente ta falando, a gente ta vivendo o que a gente ta falando...(Participante C2) Tem coerência né? (Participante C3) Coerência acho que vai ser coerente A gente é um coletivo de saúde mental e nesse coletivo não tem saúde mental? Não faz sentido nenhum, tanto que em vários momentos a gente se priorizou ao invés de fazer alguma

²⁷ O segmento dos usuários tem uma relevância histórica na Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica brasileira, entendendo que deve-se tê-los como protagonistas. No entanto, trabalhadores(as) da saúde mental sempre tiveram inserção nessa luta, participando ativamente das ações e construções por todo o país.

(ação) né? A gente se isentou de algumas coisas pra se priorizar, porque tava capengando assim (Participante C2)

Outro ponto relevante que surge na fala dos(as) participantes que diz sobre a realidade do DF e que aponta para caminhos da saúde mental no campo da militância de esquerda, pautada em uma transformação social, é o que é afirmado pelos(as) participantes ao apontarem quais potencialidades da militância no DF:

E aí a última coisa eu vou reforçar assim que a *Participante B2* trouxe que eu acho que isso é muito legal aí pro campo da militância dentro da saúde mental que seria a gente fechar o São Vicente de Paula²⁸. É... e aí pensa em formas mesmo de intervenções, de várias coisas pra trazer esse debate à tona também. Que é fundamental (Participante B4).

Ou seja, de forma alinhada com as perspectivas políticas e ideológicas desses grupos, há o apontamento da necessidade de fechamento do Hospital Psiquiátrico público da região. Isso reforça o que a Luta Antimanicomial está construindo há décadas e que tem sido operacionalizado na Reforma Psiquiátrica Brasileira, apesar dos entraves e dos avanços logrados pelo campo manicomial. Esse apontamento também reforça o entendimento de que ao abordarmos a saúde mental de militantes, deve-se destacar que, além dos outros pontos aqui sinalizados, deve-se rememorar sempre e colocar sempre em pauta a urgência da extinção de instituições manicomiais. Entendendo que, ainda que a Luta Antimanicomial seja pela superação do manicômio em suas múltiplas formas, que o manicômio é “o meio externo” (Fanon & Asselah, 2020), é a sociedade (capitalista), a forma mais aparente, enquanto instituição, seus muros e tudo o que este representa e mantém - a violência - devem ser

²⁸ Hospital Psiquiátrico (manicômio) público do Distrito Federal, que funciona de maneira ilegal há 24 anos conforme a Lei Distrital nº 975 de 1995 (Distrito Federal, 1995).

combatidos e extinguidos como objetivo mais imediato, como mediação tática (Costa & Mendes, 2021b).

Ainda sobre as potencialidades da militância, na fala dos(as) entrevistados é possível extrair um aspecto relevante da vinculação desses sujeitos a uma organização coletiva e do compromisso e engajamento desses enquanto militantes, que é a *desalienação*. Essa denominação se dá nas manifestações dos entrevistados que diz respeito a um processo no qual tornar-se militante se refere a uma tomada de consciência crítica, na qual, a luta coletiva se faz necessária. Os(as) militantes das três organizações mencionam esse movimento de desalienação, no qual formam-se sentidos novos e a partir disso, identifica-se a necessidade de transformação do mundo e da coletividade como meio. Essa ideia é bem exemplificada pela fala seguinte:

Eu acho que quando você é militante, é uma revelação do tipo, “é, eu não consigo fazer isso sozinho”. E isso nunca vai... eu nunca vou conseguir fazer o mundo mudar sozinho e eu não me conformo que o mundo seja assim eh... então, aí quando a gente tem esse virar na mente de entender eh... o coletivo das coisas e como a organização de fato é a única coisa que vai eh... transformar, de fato, o mundo, aí a gente se engaja nisso e se compromete com essa mudança. (Participante A2)

Entendendo que saúde mental se refere a um modo de produzir-se de maneira mais humanizada, o processo de desalienação configura-se como um processo de tomada de consciência crítica que, por si só, dificilmente promoverá mudanças. No entanto, na esteira de Freire (2002), Martin-Baró (1996, p. 18) aponta que “a conscientização não só possibilita, mas facilita o desencadeamento de mudanças, o rompimento com os esquemas fatalistas que sustentam ideologicamente a alienação das maiorias populares”.

Outro aspecto que parece ser importante no fortalecimento da militância e do engajamento desses(as) militantes é o resgate da memória de luta no DF. Esse resgate é feito

por militantes de duas das três organizações, citando nomes como de Darcy Ribeiro²⁹ e Honestino Guimarães - no que se refere a luta que aconteceu mais especificamente na Universidade de Brasília (UnB) - e, sem citar nomes, indicam a relevância histórica de militantes da Luta Antimanicomial do DF. Esses apontamentos conferem historicidade ao que tem sido construído hoje, imprimindo uma dinâmica que se dá por uma continuidade não linear, mas que se articula com acontecimentos e enfrentamentos que foram feitos por gerações anteriores. Isso também se apresenta como um lembrete do que a luta contemporânea tem sido e pode ser.

Essa categoria expressa e sintetiza aspecto fundamental da militância que é a historicização, noção de continuidade, dinamização, possibilidade de avaliação crítica de como os movimentos sociais se organizaram e como podem se organizar conforme os objetivos. Esse resgate da memória da luta, que é feito pelos entrevistados, parece também ser apontado como um impulsionador e apontamento da relevância deles(as) próprios enquanto agentes históricos. Se houve militantes, as lutas presentes são atravessadas pela luta desses que vieram antes, assim como eles são os sujeitos que tem construído as condições para continuidade desse enredo.

Esse resgate da memória dialoga com o processo da desalienação, tendo em vista que contribui para este processo, conforme lições *baronianas* que sinalizam que a necessidade de “colaborar com a ruptura com o presentismo de nossas formas de vida, que quebra nossa identidade histórica e bloqueia qualquer projeto nacional. A recuperação da memória coletiva deve servir como veículo de conscientização e como instrumento de luta popular” (Oropeza & Rosa, 2021, p. 834)

Por fim, um aspecto relevante, que foi demarcado pelas falas dos três grupos entrevistados, é a *camaradagem*, que é o termo utilizado para apresentar alguns aspectos que dizem respeito às relações entre os(as) militantes e que foi utilizado pelos(as) próprios(as)

²⁹ Antropólogo, sociólogo, professor, escritor, indigenista e político brasileiro.

participantes para se referirem às relações dentro da organização política da qual fazem parte. Existe um vínculo específico entre uns(umas) e outros(as) e o vínculos destes (as) com a causa, que se conforma como um elo entre esses(as) camaradas. Essa manifestação conceitual vai ao encontro do que é apresentado por Jodi Dean (2021), a qual apresenta o termo *camarada* como algo que “designa uma relação política, um conjunto de expectativas de ação em direção a um objetivo comum” (p. 20) e que conduz a ação revolucionária priorizando os laços da coletividade.

Conforme Dean (2021) apregoa, a camaradagem é uma relação política entre pessoas que figuram nos mesmos lados de uma luta política, cuja relação se dá por um compartilhamento de ideologia, compromissos e objetivos comuns (superação do capitalismo) em ações não eventuais. A autora sinaliza ainda que a utilização de *camarada* para se dirigir ou se referir a alguém implica a existência de uma expectativa, “dirigir-se a uma pessoa como ‘camarada’ a faz lembrar que se espera algo dela” (Dean, 2021, p. 28) e conseqüentemente, agir como camarada, implica uma responsabilidade e entendimento de que esperam algo de você, de que outras pessoas contam com você.

Em consonância com esse entendimento, os(as) participantes da pesquisa apontam as suas relações camaradas como um porto seguro, um “lugar de encontro”, lugar “de onde se tira forças” (Participante C3). Ora, não seriam estes alguns dos horizontes de qualquer processo de cuidado? Ao mesmo tempo, se reitera que o indivíduo, enquanto ser social, se faz nas relações com o outro, de modo que tais relações sociais devem não apenas ser abarcadas no processo de cuidado em saúde (e, nisso, saúde mental), mas fortalecidas, produzindo relações mais humanizadas e humanizantes - e menos alienadas - no sentido do que apreende Martín-Baró (2017a) para a saúde mental, como “materialização em uma pessoa ou grupo do caráter humanizador ou alienante de uma trama de relações históricas” (p. 255). Na mesma direção, a camaradagem para esses(as) militantes, institui uma segurança, tanto para o compartilhamento

do cuidado entre si, quanto na segurança política. O trecho a seguir demonstra a percepção de como esse elemento dá sustentação e confiança na militância, bem como ilustra a coletivização da vida política.

E eu acho que a camaradagem, ela também é um componente fundamental do bem-estar dentro da militância. Você tem a confiança de que eh aquelas opiniões e as diferenças que vocês tem elas não estão naquelas esfera do bem e do mal, sabe? O do mau caráter e do bom caráter ou do ruim e do bom, mas ela ela está ali numa esfera de confiança eh... não só confiança no sentido de eu confidenciar algo, mas também no sentido de eu saber que aquela opinião que tá sendo transmitida ali ela é fundamentada, ela e de confiar de que se eu passar uma uma tarefa ali pra *participante A2* ela vai fazer, ela vai conseguir fazer com qualidade, sabe? E é um alívio, de você saber que você não tá sozinho nessa, acho que isso é um é um ponto importante (Participante A3).

Ou seja, a camaradagem, que é experienciada por esses(as) militantes, se refere a essas relações nas quais há o compartilhamento de formas de ser e estar, visões de mundo e de ação coordenada em razão da intenção de transformação radical da sociedade, mantendo a atenção às necessidades de cada um(a) com solidariedade. No que se refere à saúde mental, a camaradagem é apontada pelos(as) participantes como “componente fundamental do bem-estar na militância” e como algo que favorece a saúde mental, conforme sintetiza o Participante B4:

E falar um pouco sobre o que são esses laços de camarada, a gente busca sempre reforçar cada vez mais isso, porque é uma forma de olhar pro outro de um jeito diferente né? Que não só o outro, mas alguém que está compartilhando uma perspectiva de mudança de mundo comum com você e que isso ajuda a gente a conseguir lidar com outro melhor, a se sentir bem dentro desses espaços e que molda um pouco assim as relações e pra mim fortalece muito essa questão de de se combater um processo de adoecimento ou ou garantir um mínimo de saúde mental ali além de questões materiais

né? Tipo da gente garantir que todo mundo que quer ir pra uma atividade não vão falar "pô eu não vou, porque eu não consigo botar gasolina no carro, porque eu não consigo comprar minha marmita do almoço" e aí fica sentindo mal por isso. E a base da luta, quando a gente garante esse básico esse mínimo, a gente garante que as pessoas possam ir pras nossas atividades também. Então sempre a gente busca garantir a alimentação da galera e sempre que possível o transporte também. (Participante B4)

Não reiterando noções da militância como terapêutica ou terapia, ressalta-se aquilo que a militância pode promover, que diz de seus princípios e do que ela deve fomentar, do seu conteúdo. Porém, algo que não deve (deveria) ser restrito a ela, exclusivo dela: no caso, a camaradagem, os laços de solidariedade, como expressões mais pronunciadas de um ser que se faz no e pelo outro; uma dinâmica relacional mais condizente com a própria *natureza* social e histórica do ser humano. Reconhecer a camaradagem e o que ela expressa como constitutivo de processos de cuidado, como algo atrelado à saúde mental, é fundamental, sobretudo na militância, dado o seu caráter político, e visto que se trata de um movimento de politização da produção de vida e, portanto, de saúde mental. Assim, a camaradagem é entendida como um tipo de relação, mas também é apontada como uma cultura, uma dinâmica de relações, de convívio, de produção de vida imprimindo uma complexidade para além das relações em si. Tudo isso reforça que, *sim*, as organizações políticas têm abordado a saúde mental; com inúmeras contradições, dificuldades e limitações, mas têm abordado - e de uma maneira que pode ser mais potente que os meios tradicionais do campo psi considerados como *cuidado* à saúde mental, pois mais condizente com a própria condição dos indivíduos enquanto seres sociais, que se fazem nas/pelas relações sociais.

Essa cultura se relaciona, inclusive, com uma tentativa de fazer como que esses contextos sejam diferentes, como uma tentativa de oposição a uma lógica de vida cada vez

mais individualizada, privativa (e privatizada), egoísta, competitiva, de indivíduos e dinâmicas de vida isolados (Costa & Mendes, 2021a), conforme ilustra também a Participante A2:

por mais que a organização esteja inserida dentro da realidade que a gente está inserida e que ela reproduz as contrações dessa realidade, eu percebo que existe um esforço muito grande em fazer com que seja um espaço diferente. Então eh... a camaradagem, por exemplo, eu acho que é um exemplo perfeito disso de como a gente quer que as nossas relações lá dentro se construam de uma forma diferente disso, de outros espaços da nossa sociedade (Participante A2).

Ao mesmo tempo, cabe indicar que essas experiências, ainda que indiquem uma potencialidade muito expressiva nas militâncias aqui abordadas, devem ser ponderadas quanto a generalizações para que não se incorra em universalização de particulares (ou singulares) romantizadoras, idealistas. Tendo em vista que, como a própria realidade, as relações militantes são dinâmicas e perpassadas por múltiplas determinações, há e haverá contradições e variações quanto a como essa camaradagem é experienciada pelos indivíduos em suas singularidades – se homens, mulheres, pessoas não-binárias, pessoas brancas, não-brancas, pessoas cis ou trans, sexualidades diversas etc. –, bem como pelos próprios grupos, considerando que também são dinâmicos, processuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação iniciou-se pela apresentação da pesquisadora, que é também militante, por alguns delineamentos históricos sobre o que se apreende por saúde mental e como se configura o Distrito Federal, em termos de produção de vida e militância. Por meio de *aproximações sucessivas* com o objeto dessa pesquisa, inicio as considerações finais apontando que esta é uma pesquisa inconclusa. Não por ter debatido de modo incipiente toda a temática aqui proposta, mas por conceber a própria realidade como dinâmica, processual e, por sorte, inacabada.

Acrescento também que esta pesquisa permitiu a tecitura conceitual de elementos fundamentais para as dinâmicas das militâncias – e da potencialização destas quanto a transformação social – ao mesmo tempo que também fornece a mim, enquanto militante, e a outros(as), elementos norteadores de como fazer na e da luta, produção de vida. Muitas lacunas permanecem ainda e, em cada uma delas, boas oportunidades de reflexão e aprofundamentos. Tanto na pesquisa acadêmica quanto no cotidiano dos enfrentamentos e resistências coletivas.

Nesse sentido, a realização de uma pesquisa que atravessa pessoalmente também a minha própria trajetória profissional e de vida, enquanto psicóloga e militante, dá consistência a ambos papéis. A realização de uma pesquisa qualitativa, com aprofundamentos e diálogos com a literatura marxista em um programa de pós-graduação em psicologia sinaliza importantes possibilidades e necessidades atuais, nas quais rejeita-se a ideia de uma psicologia imparcial, ao mesmo tempo que também demarca a possibilidade e existência de um compromisso ético político na pesquisa e na atuação profissional. Por conseguinte, a realização de uma pesquisa que conta com um diálogo intenso entre o arcabouço teórico sobre a temática e com as pessoas que vivenciam a militância, dá coerência e fortalece a minha própria articulação e vivência na Luta Antimanicomial e dos(as) meus e minhas camaradas.

Dos muitos questionamentos que emergem a partir dessa pesquisa, aponto o grande desafio de integrar de forma coerente as coletividades militantes às políticas públicas, de modo que seja possível fortalecer a atuação do Estado na garantia de direitos sem, contudo, desconsiderar o seu caráter contraditório, de classe, incorrendo em um distanciamento do horizonte de emancipação humana e transformação radical da sociedade, na qual haja a superação da exploração e opressões, bem como do próprio Estado que “é o mesmo que impõe e sustenta os mecanismos de exploração e de produção social da loucura e da violência” (Manifesto de Bauru, 1987). Além disso, deixo também reflexões relacionadas às concepções do que é ser militante e quais as suas reverberações concretas na práxis, rememorando os tensionamentos e desencontros teóricos apontados na busca por uma conceituação de militância.

A despeito do que fica para ser aprofundado, esta pesquisa tem o objetivo de compreender a vivência de militantes jovens de diferentes organizações políticas e movimentos sociais do Distrito Federal quanto à saúde mental. Para isso, realizou-se revisão bibliográfica e pesquisa empírica, com a participação de militantes de três organizações políticas do DF. A partir da revisão da literatura, evidenciou-se que, ainda que seja uma temática pouco explorada, há relevantes pesquisas e aumento tímido da abordagem acadêmica sobre o assunto. Nessas pesquisas e nos resultados discutidos aqui ficou evidente que há o aumento da importância sobre a temática que se dá, em boa parte, pela intensificação do sofrimento psíquico de modo geral e seus atravessamentos também na militância. Isso leva a outro aspecto que é o fato de que a temática tem sido abordada com ênfase no sofrimento psíquico - por muitas vezes lido pelo viés da psicopatologização - e menos na análise da militância em si como contexto e modo de vida que confere ao sujeito e à coletividade a possibilidade de novas e diferentes modos de sociabilidade, menos *sofríveis*. Por sua vez, tal preponderância reflete a própria hegemonia do

campo psi sobre a saúde mental, inclusive na/pela militância, compreendendo-a e a abordando como sinônimo de doença, por perspectivas psicologizantes e psiquiatrizantes.

Nesse sentido, ao explorar a saúde mental *da* e *na* militância, foi-se tornando pertinente também algum aprofundamento sobre a própria militância e seus sentidos, os atravessamentos da juventude na luta e algumas contextualizações sobre o território em que essas disputas políticas eram construídas cotidianamente, mais especificamente, o DF. Essa amplitude, permitiu uma visão bem ampla acerca da temática, evitando que incorrêssemos em reducionismos superficiais sobre a temática aqui estudada. Por outro lado, reiteramos que é possível que alguns debates específicos tenham ficado insuficientes, sobretudo, no que tange a formação social e a realidade do DF e suas reverberações à militância atual e disputas políticas.

Ainda que estas limitações estejam colocadas, foi possível apreender os sentidos que os(as) participantes atribuem à militância e visualizar que, apesar dos desafios da conceituação, tendo em vista seus múltiplos sentidos e expressões, e das disputas ideopolíticas acerca do próprio conceito, a militância é entendida aqui como a organização coletiva orientada a um horizonte estratégico, que é a transformação (superação) da sociedade capitalista. Essa coletividade e objetivo comum confere a esta, apesar dos entraves, a capacidade de humanizar-se pelo encontro com o outro e pela esperança imbuída pelo objetivo comum - de superação do capitalismo e suas formas de opressão. Sendo assim, a militância favorece a saúde mental de militantes e do povo como um todo, tendo em vista a sua disponibilidade (e capacidade) para conquistar, de fato, modos de produção de vida melhores, mais humanizados e, portanto, com melhor saúde mental.

Ainda que seja possível a construção imediata de condições melhores de vida, de relações de camaradagem realmente pautadas pela humanização do ser e por vínculos de confiança e solidariedade, o sofrimento psíquico existe no contexto da militância e evidencia-se um olhar ainda pautado pela lógica da *psicologização* da vida. Isso reverbera nos modos

com os quais esses grupos lidam com a saúde mental uns dos outros, frequentemente questionando-se sobre impossibilidades de enfrentamento, visto que estas partem preponderantemente de ideias *psicologizantes*. Entretanto, a forma com a qual o grupo que compõe a Luta Antimanicomial enxerga as demandas relacionadas ao sofrimento psíquico e suas agudizações, demonstra a pertinência da aproximação da militância como um todo ao campo da Luta Antimanicomial - e desta para outras formas organizativas de luta e militância, quebrando com sua endogenia. Além da urgência da construção de uma *sociedade sem manicômios*, há também a possibilidade de construção de outras formas de enxergar a saúde mental - como produção de vida - pela aproximação *tática e estratégica* de umas e outras.

Cabe ainda registrar que ainda que sejam apontados em muitos momentos a ausência de estratégias para lidar com sofrimento psíquico no âmbito da organização, elas existem - mesmo que limitadas ou contraditórias. E a concepção dessa existência é também um elemento chave para pensar na potencialização desses espaços como a própria estratégia, sobretudo, quando identificamos a preponderância da visibilidade sobre a temática pelo viés do sofrimento. A esse respeito cabe questionar que se a intenção de transformação da sociedade parte, em algum tanto, de uma revolta, da angústia, sendo essas também propulsoras de ação, como pensar a minimização do sofrimento da e na militância - incluídas a sensação de revolta, de injustiça, de angústia - e ainda assim intentar uma revolução? Ou seja, como canalizar um protesto que atenta contra quem protesta, na forma do sofrimento psíquico, para uma ação coletiva, organizada, consciente e direcionada às reais causas deste protesto?

E aqui reiteramos que o sofrimento é humano, não sendo nosso objetivo (irreal) a sua extinção, visto que é intrínseco ao gênero humano. Mas o que se vislumbra modificar são os modos, a determinação social, os *porquês* e as formas de lidar com o *sofrimento psíquico*. O sofrimento que emerge pela sensação de injustiça social, suscita solidariedade. A união e os vínculos que existem a partir da intenção de destruir formas de opressão, pela *revolta*

consciente, coletiva e organizada, fortalecem o sujeito e a coletividade, num movimento *da individualização do sofrimento à coletivização da vida pela luta*, como já se anuncia no título do presente trabalho. No entanto, o sofrimento psíquico e suas intensificações expressas em crises ou suicídios, enquanto modo de expressão e de denúncia de uma realidade desumanizada, não precisam ser fomentadas, menos ainda romantizadas. O que busca-se evidenciar aqui é que se a busca é por uma sociedade que difere da atual, com todas as mazelas do modo de produção capitalista e suas características profundamente desiguais, racistas, misóginas, LGBTQIAPN+fóbicas, capacitistas etc., o processo não precisa ser afundado nelas; pelo contrário, deve se orientar a superá-las; pode e deve se assentar em determinações não exploratórias, opressivas, alienadas e alienantes por mais que estas também se façam não só presentes, mas hegemônicas por vezes.

Nesse sentido, ainda que as organizações políticas sejam contraditórias e passíveis de reprodução do que se pretende enfrentar, é possível - e está sendo - construir relações sociais mais humanizadas e humanizadoras no contexto da militância. Nesse sentido e resgatando a problemática da *psicologização*, faz-se possível e necessário pensar qual o papel da Psicologia junto às militâncias. E, entender os desafios e as potencialidades destas no que se refere a saúde mental, se configura como parte do processo que sugere Felipe Boechat (2022, p. 36), na esteira de Martín-Baró, aponta como uma *Antipsicologia da Libertação*, que “implicaria a construção de relações sociais não alienadas e não alienantes”. Além disso, configura-se como uma tentativa de contribuir para a emancipação humana, quando nos aliamos aos “movimentos sociais insurgentes e anticapitalistas” (Lacerda Jr., 2015, p. 125).

Por fim, essa pesquisa convoca, dentre tantas coisas, a uma articulação entre a psicologia e os movimentos sociais, mas em um sentido de superação dos modelos hegemônicos da primeira. Entendendo que, para além da participação social institucionalizada, em políticas públicas, por exemplo, é urgente que a psicologia se ocupe de uma

(re)aproximação mais consistente e comprometida ética e politicamente com a as camadas populares. E, para isto, é fundamental conceber e potencializar as interlocuções possíveis e necessárias entre a saúde mental, enquanto produção de vida, e enquanto possibilidade concreta de fortalecimento do povo como articulador de transformações sociais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, D. L., & Leite, J. F. (2016). Protestos de Junho 2013 no Brasil: novos repertórios de confronto. *Revista Polis e Psique*, 6(3), 12-35. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.65499>
- Albrecht, D. (2022). A Luta Antimanicomial nos governos democrático-populares: contribuições para um balanço a realizar. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 20(49). <https://doi.org/10.12957/rep.2022.63479>.
- Alcântara, V. P., Vieira, C. A. L.; Alves, S. V. (2022) Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*. 27(1), 351-361. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.22562019>.
- Almeida, M. R. (2018). *A formação social dos transtornos do humor* [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. <https://repositorio.unesp.br/items/740ada3c-4cbc-4e5a-92e4-c255b8e251eb>
- Alves, J. D. B., Fernandes, S. L., & Mesquita, M. R. (2021). Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento sem Terra na Região Semiárida de Alagoas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(1), 10-29. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.59366>
- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Editora Fiocruz.
- Amarante, P. (1998). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Editora Fiocruz.
- Azevedo, S. (2017). *Leis que não pegam: o caso da Lei 10.216/01 em Brasília* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24536>.

- Azevedo, V. C. (2019). *Ceilândia: os movimentos sociais de moradia como novo paradigma do pluralismo jurídico* [Trabalho de Conclusão de Curso] Centro Universitário de Brasília. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13733>.
- Barbosa, C. (2023). Saúde mental e relações de camaradagem nos partidos políticos da esquerda radical. *Argumentum*, 15(3), 188-205. <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i3.39979>.
- Barros, D. R. (2023). Junho não acabou. In C. Freitas, D. R. Barros, & F. Demier (eds.), *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)* (pp. 36-51). Usina Editorial.
- Baltazar, B. (2004). Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20, 183-190. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722004000200011>.
- Boechat, F. (2022) A psicologia entre a política social e o poder popular. In: I. F. Oliveira, & B. S. Sousa (eds), *Psicologia e políticas sociais: conservadorismo em tempos de capital-barbárie* (pp. 25 - 37). Editora ABRAPSO.
- Boulos, G. C. (2016). *Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo* [Dissertação de Mestrado] Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.5.2017.tde-06062017-084608>.
- Brasil. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. Ministério da Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf.
- Brasília. (2022). Mapa das desigualdades. IESC. https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Mapa-das-desigualdades_Versao-digital.pdf.

- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. 2013. *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. CFP.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020a). Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a Psicologia brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020c). Dialética do Fatalismo: do Fatalismo dos Indivíduos para o da Ordem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 682-702. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52593>.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020c). A eterna fuga da ningüendade: ofensiva do capital, identidade brasileira e produção de neoninguéns. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 476-489. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n49/v20n49a02.pdf>.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021a). Saúde mental em tempos de crise e pandemia: um diálogo com Martín-Baró. *Revista Psicologia e Saúde*, 13(1), 217-231. <https://doi.org/10.20435/pssa.v13i1.1367>.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2021b). Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. *Sociedade em Debate*, 27(1), 66-82. <https://doi.org/10.47208/sd.v27i1.2809>.
- Costa, P. H. A. (2022). Marx sobre a loucura. *Revista Dialectus*, 26, 11-31. <https://doi.org/10.30611/2022n26id81487>.
- Costa, P. H. A. (2023a). Marx e a loucura no/do capitalismo: caráter e determinação sociais da loucura e do campo psi e superação da lógica asilar-manicomial. In P. H. A. Costa (ed.), *A loucura e o marxismo* (pp. 35-152). LavraPalavra.
- Costa, P. H. A. (2023b). Saúde mental e militância. Um debate necessário: Saúde mental como produção de vida. *Esquerda Online*, março de 2023.

- <https://esquerdaonline.com.br/2023/03/26/saude-mental-e-militancia-um-debate-necessario-saude-mental-como-producao-de-vida/>.
- Costa, P. H. A., & Faria, N. C. (2021). “E agora, José”? Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica brasileiras na encruzilhada. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(4), e310412. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310412>.
- Costa, P. H. A.; Oliveira, J. G. C. A. M.; Medeiros, L.; Freitas Jr., L. C. de; Silva, M. T. M.; Carneiro, S. M. (No prelo). Luta que cura? Saúde mental e militância na barbárie. In C Antloga et al. (eds.), *Psicologia Clínica e Cultura VII*.
- Codeplan (2023). *Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal*. Codeplan. <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/08/Boletim-Juventude-PED-2023pdf>.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”*. Oficina do Autor.
- D’Andrea, T. P. (2013). *A Formação dos Sujeitos Periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/en.php>.
- Dean, J. (2021) *Camarada: um ensaio sobre pertencimento político*. Boitempo.
- Demier, F. (2023). Houve, uma vez, dois Julhos: luta por direitos, anticorrupção e antipolítica em 2013. In C. Freitas, D. R. Barros, & F. Demier (eds.), *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)* (pp. 52-81). Usina Editorial.
- Distrito Federal (1995). *Lei Distrital nº 975 de 12 de dezembro de 1995*. http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/48934/Lei_975_12_12_1995.html.

- Elias, G. S. (2011). *Estratégia e identidade nos Movimentos Sociais Urbanos do Distrito Federal: os casos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e do Movimento Passe Livre* [Monografia de Bacharel]. Universidade de Brasília.
- Elias, G. S. (2014). *Criar poder popular: as relações entre o MTST e o Estado no Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/17435>.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Editora Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (1980). Carta ao Ministro Residente. In: Fanon, F. *Em defesa da revolução africana* (pp. 61-63). Livraria Sá da Costa Editora.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA
- Fanon, F. (2020) Traço de União. In: Fanon, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (pp. 261-291). Ubu.
- Fanon, F., Asselah, S. (2020). O fenômeno da agitação no meio psiquiátrico: considerações gerais, significado psicopatológico. In: Fanon, F. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos* (pp. 129-141). Ubu.
- Fernandes, F. (2020). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Contracorrente.
- Fernandes, M. (2011). Luta, que cura!. *PassaPalavra*, maio de 2011.
<https://passapalavra.info/2011/05/98612/>.
- Ferrari, A. de F. A., & Odeh, M. M. (2023). O circuito de afetos na construção e fortalecimento do Movimento Pró-saúde mental do Distrito Federal. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. 15(43), 29–47. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/76843>.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

- Gohn, M. D. G. M. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola.
- Gomes, R. (2011). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In MCS. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp.6-80). Vozes.
- Guareschi, N. M. F., Galeano, G. B., Casteluccio, M. C., & Marques, C. F. (2022). Contextos de atuação profissional da Psicologia: uma análise dos setores público e privado a partir dos marcadores de raça/cor/etnia. In Conselho Federal de Psicologia [CFP] (ed.), *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume I* (pp. 192-205). CFP.
- Grupo Organizador de Debates sobre as Instituições Psiquiátricas [GODIP]. 1977. A loucura em questão. In: Cooper et al. (eds.), *Psiquiatria e Antipsiquiatria em debate* (pp. 110-123). Edições Afrontamento.
- Harnecker, M. (2012). *Estratégia e tática*. 2ª ed. Expressão Popular.
- Harnecker, M. (2018). *Ideias para a luta: doze artigos para o debate militante*. Expressão Popular.
- Hirata, H. (2016). O trabalho de cuidado. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(24), 53-64. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>.
- Imperator, T. K. (2022). O hibridismo na cultura política do Distrito Federal: entre o clientelismo e a luta por direitos mediante a participação social. In A. V. Neves, & R. Ghiraldelli, R. (eds.), *Trabalho, democracia e participação no Brasil* (pp. 239-261). Editora UnB.
- Janata, N. E. (2020). *“Juventude que ousa lutar”*: Trabalho, Educação e Militância de Jovens assentados do MST. [Tese de doutorado] Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99307>.

- Keppler, I. L. S. (2011). Saúde e Militância: Reflexões a partir da escuta de militantes. [Monografia graduação] Universidade Federal de São Paulo. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/54628>.
- Keppler, I. L. S. (2017). Quem está doente é o sistema social: notas sobre saúde mental e militância. *Esquerda Online*, junho de 2017. <https://esquerdaonline.com.br/2017/06/14/opinio-que-m-ta-doente-e-o-sistema-social-notas-sobre-saude-mental-e-militancia>.
- Lacerda Jr., F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar. In A. F. Lima, D. C. Antunes, & M. G. A. Calegare (eds.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 111-128). Editora ABRAPSO.
- Löwy, M. (2006). Um Marx insólito. In K. Marx, *Sobre o suicídio* (pp. 13-20). Boitempo.
- Magalhães, B. (2019). Vida militante e saúde mental. *Revista Movimento*. <https://movimentorevista.com.br/2019/09/vida-militante-e-saude-mental/>.
- Manifesto de Bauru (1987). *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, 3(2), 537-541. <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/19775>.
- Marques, J. P. L. F. (2013). *O papel do movimento estudantil Sem Campus para a consolidação do campus da Universidade de Brasília na cidade de Ceilândia-DF*. [Monografia de Bacharelado]. Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/6943>.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 2, 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.
- Martín-Baró, I. (2014). Psicologia Política do Trabalho na América Latina. *Rev. psicol. polít.*, 14(31), 609-624. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a12.pdf>.
- Martín-Baró, I. (2017a). Guerra e saúde mental. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 251-270, F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.

- Martín-Baró, I. (2017b). O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 66-88, F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017c). O psicólogo no processo revolucionário. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 25-29, F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017d). Os grupos com história: um modelo psicossocial. In I. Martín-Baró, *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 204-229, F. Lacerda Júnior, Trad.). Vozes.
- Marx, K. (2006). *Sobre o suicídio*. Boitempo.
- Marx, K. (2010) *Sobre a questão judaica*. Boitempo.
- Marx, K. (2007). *Miséria da Filosofia*. Boitempo.
- Marx, K. (2008) *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular.
- Marx, K., Engels, F. (1998). *Manifesto Comunista*. Boitempo.
- Mattos, M. B. (2023). Junho e a luta de classes no Brasil da última década. In C. Freitas, D. R. Barros, & F. Demier (eds.), *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)* (pp. 12-35). Usina Editorial.
- Melo, H. P. D. (2013). A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. *Revista Estudos Feministas*, 21, 605-615. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200012>.
- Minetto, I. (2018). *Sofrimento psíquico na militância: uma análise de seus processos críticos* [Trabalho de Conclusão de Curso]. da Universidade Federal do Paraná.
- Montaño, C. (2021). *"Identidade" e classe social: uma análise crítica para articulação das lutas de classes e antiopressivas*. Editora Anita Garibaldi.
- Montaño, C., & Duriguetto, M. L. (2014). *Estado, classe e movimento social*. Cortez Editora.

- Moura, A. M. A. (2021). *A atuação do Movimento Estudantil na UnB durante a distensão política da ditadura militar (1974-1985)* [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/30337>.
- Neto, A. R., & Mota, D. (2021). Juventude, saúde mental e o uso de internet: uma abordagem social e histórica. *Cadernos de Psicologia*, 3(6), 338-359. <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3178>.
- Neves, V. (2020). Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista. *Marx e o Marxismo*, 8(14), 36-52. <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/366>.
- Oropeza, I. D., & Rosa, M. P. (2021). Psicologia Social a partir da América Central: Desafios e Perspectivas. Entrevista com Ignacio Martín-Baró. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(2), 826-839. <https://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61072>.
- Passos, R. G. (2016). *Trabalhadoras do care na saúde mental: contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino* [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19193/2/Rachel%20Gouveia%20Passos.pdf>.
- Passos, R. G. (2017). Luta Antimanicomial no Cenário Contemporâneo: desafios atuais frente à reação conservadora. *Sociedade Em Debate*, 23(2), 55-75. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1678>.
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10(3), 10-23. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>.
- Passos, R. G. (2020). Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 18(45). <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47219>.

- Passos, R. G. (2021). O lixo vai falar, e numa boa!. *Revista Katálysis*, 24, 301-309.
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>.
- Passos, R. G. (2022) Conjuntura, eleições presidenciais e a psiquiatrização da extrema-direita: notas para o debate. *Advir*, junho de 2022. <https://asduerj.org/v7/wp-content/uploads/2023/07/22-25-1.pdf>.
- Paviani, A. (1991). A construção injusta do espaço urbano In: A. Paviani (ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 75-96). 1ª ed. Editora UnB.
- Patto, M. H. S. (2003). O que a História pode nos dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In A. M. B. Bock (ed.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 29-35). Cortez Editora
- Portugal, C. M., Mezza, M., & Nunes, M. (2018). A clínica entre parênteses: reflexões sobre o papel da arte e da militância na vida de usuários de saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 28(2), e280211. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312018280211>.
- Rennó, L., Bertholini, F. Cabello, A., Nogalles, A. M. & Viana, G. (2022). Desigualdade da Mobilidade Urbana no Distrito Federal. *ObservaDF*. https://observadf.org.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio_mobilidade_final_revAM-Pronto.-1.pdf.
- Rodrigues, T. M. N. História do movimento feminista em Brasília/DF: memórias de luta de 1980 a 2000 [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília.
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6693/1/2013_ThaisMoysesNogueiraRodrigues.pdf
- Rosa, L. A. (2017). Potencial terapêutico da participação em movimentos sociais: um estudo a partir de militantes do MST. *Saúde & Transformação Social*, 8(1), 72-83.
<https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4375>.

- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática versus revisão narrativa. Editorial. *Acta Paul Enferm*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.
- Saboia, L., & Sandoval, L. (2012). A cidade é uma só? Luta por reconhecimento na relação centro-periferia em Brasília. III Seminário Internacional Urbicentros. https://www.researchgate.net/publication/315804607_A_CIDADE_E_UMA_SO_LUTA_POR_RECONHECIMENTO_NA_RELACAO_CENTRO-PERIFERIA_EM_BRASILIA.
- Sales, A. L. L. F. (2019). *Militância e Ativismo: Cinco ensaios sobre ação coletiva e subjetividade*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista. <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/167859/entre-a-militancia-e-o-ativismo-um-estudo-teorico-sobre-as-diferentes-estrategias-de-engajamento-do/>.
- Sales, A. L. L. F., Fontes, F. F., & Yasui, S. (2018). Para (re)colocar um problema: a militância em questão. *Temas em Psicologia*, 26(2), 565-577. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.2-02Pt>.
- Santos, C. B. D. O. (2022). *Sofrimento psíquico e militância: apontamentos sobre a discussão de saúde mental nos partidos políticos revolucionários*. [Dissertação de Mestrado]. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/53284>.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização*. Record.
- Santos, W. B. D. (2016). *As dobras da memória: a ditadura militar e a UnB*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Universidade de Brasília. <https://bdm.unb.br/handle/10483/18263>.
- Santos, J. H. S., & Santos, M. C. A. (2018). Interseção entre movimentos sociais e política de saúde mental: revisão integrativa da produção científica no cenário brasileiro. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(6), 419-433.

- Silva, D. D. (2016). *Psicologia comunitária e movimentos sociais: juventude, participação política e enfrentamento de formas de desenraizamento em Comunas do MST*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07102016-172321/pt-br.php>.
- Silva, M. A. B. R. (2017). *Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e Entorno* [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23758>.
- Singer, A. (2013). Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos CEBRAP*, 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.
- Sodré, F. (2011). A agenda global dos movimentos sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1781-1791. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300014>
- Souza, N. R. D. (1999). A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. *Revista de Sociologia e Política*, 131-146. doi.org/10.1590/S0104-44781999000100008.
- Torrenté, M. D. O. N. D., Marques, T. P., & Torrenté, M. D. (2023). Solidariedade, militância e saúde mental em tempos de pandemia. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 27. <https://doi.org/10.1590/interface.220136>.
- Viapiana, V. N. (2017). *A depressão na sociedade contemporânea: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença* [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/49331>.
- Vinadé, T. F., & Guareschi, P. A. (2007). Possibilidades militantes na liquidez contemporânea. *Revista Psicologia Política*, 7(14), 0-0. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a04.pdf>.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. In I. F. Oliveira, & O. H. Yamamoto (eds.) *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate* (pp. 21-46). Editora UFPA.

ANEXO I**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DOS GRUPOS FOCAIS**

1. O que é ser militante para vocês?
2. Como vocês avaliam a militância no DF?
3. Como vocês avaliam a saúde mental na militância do DF?
4. E como avaliam a saúde mental no âmbito da organização de vocês?
5. Como vocês compartilham e lidam coletivamente com essas questões de saúde mental na sua organização?
6. Há algo que pode ser feito na organização de vocês?
7. O que pode a militância no Distrito Federal no que se refere a temática da saúde mental da população em geral?
8. Vocês têm algum comentário adicional a fazer? Querem fazer mais algum apontamento? Possuem alguma pergunta?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “SAÚDE MENTAL E MILITÂNCIA NO DISTRITO FEDERAL”, de responsabilidade de *Marina Thuane Melo da Silva*, mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é *compreender a vivência de militantes de diferentes organizações políticas e movimentos sociais do Distrito Federal quanto à saúde mental*. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todas as informações necessárias antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome e o nome da sua organização/movimento social não serão divulgados, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *grupo focal* e é para esta modalidade de participação que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa *melhor compreensão sobre a saúde mental das pessoas que fazem parte de movimentos sociais do DF, potencializando-os por meio da incitação à reflexão crítica acerca da temática*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 98347-8809 ou pelo e-mail *marina_thuane@hotmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *relatório de pesquisa*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, CAAE: 61330922.4.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: *cep_chs@unb.br* ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Brasília, 03 de dezembro de 2022

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora
Marina Thuane Melo da Silva